



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS EDUCAÇÃO E LETRAS
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

TERESA ITSUMI MASUZAKI

MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DOS BRASILEIROS NO
COMÉRCIO EM SALTO DEL GUAIRÁ – PARAGUAI

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS EDUCAÇÃO E LETRAS
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

TERESA ITSUMI MASUZAKI

MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO DOS BRASILEIROS NO
COMÉRCIO EM SALTO DEL GUAIRÁ- PARAGUAI

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *stricto sensu* nível Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e linha de pesquisa: Dinâmica territorial e conflitos sociais no espaço de fronteira, como requisito parcial para obtenção de título de mestre.
Orientador: Marcelo Dornelis Carvalhal

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2013

Dedico este trabalho a meus pais, Virginia Maria Lima e Seiko Masuzaki que apesar das dificuldades, sempre me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram na realização deste trabalho. Aqueles que acreditaram em mim e contribuíram de alguma forma com discussões sobre a temática proposta, levantando questionamentos, críticas e sugestões. Ao professor Marcelo Dornelis Carvalho, mesmo com minhas dificuldades, me encorajou desde as pesquisas iniciadas na graduação a nunca desistir e se disponibilizou a me orientar. E por ser um excelente professor, trouxe ricas contribuições para minha formação acadêmica e pessoa.

Ao professor João Edmilson Fabrini, por sempre estar aberto a discussões e sempre incentivar as atividades no laboratório Geolutas. A professora Leila Limberger, que colaborou com estágio docente e sempre esteve disposta a ajudar.

Ao financiamento recebido através da bolsa de mestrado da CAPES – Coordenação e Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior.

Agradeço aos sujeitos desta pesquisa, trabalhadores do comércio Salto Del Guairá que se dispuseram a participar dos questionários e entrevistas. Especialmente, aqueles que me receberam em suas casas para entrevistas, mesmo depois de um dia de muito trabalho ou em seus preciosos dias de folga, sempre estiveram dispostos a contribuir com a pesquisa.

Agradeço de forma especial, a minha irmã Marilsa Rodrigues dos Santos de Farias e meu cunhado Romeu Paiano de Farias, pelas caronas até Salto Del Guairá/PY e Mundo Novo/MS. E em minha ausência, sempre terem sido prestativos com meus pais, socorrendo em momentos de maiores necessidades. Ao meu namorado, Luciano E. Palagano, por sempre me encorajar e contribuir com boas discussões.

E agradeço principalmente aqueles que tanto amo, meus pais Virginia Maria Lima e Seiko Masuzaki, que me incentivaram sempre estudar apesar das dificuldades. Obrigada pela confiança, apoio e incentivo.

RESUMO

A fronteira paraguaia destaca-se pelo forte crescimento do setor comercial, impulsionado por um sistema tributário favorável a brasileiros, cujas mercadorias são vendidas a preços inferiores aos praticados em seu país. Nesse sentido, nosso trabalho tem como objetivos: entender a mobilidade territorial do trabalho de brasileiros para o Paraguai como elemento estratégico para a expansão comercial em Salto Del Guairá e entender os significados dessa mobilidade internacional de mão de obra para as condições gerais do trabalho e para suas formas organizativas. Entendemos que a mobilidade territorial do trabalho não corresponde a um processo voluntário, pelo contrário, é consequência das relações de produção no espaço em nossa sociedade sob as condições criadas pelo desenvolvimento capitalista. Diante das alternativas precárias de emprego e renda nos municípios vizinhos do lado brasileiro, há a sujeição dos trabalhadores à exploração capitalista no comércio em Salto Del Guairá. O deslocamento para o outro lado da fronteira ocorre por dois motivos principais: atender brasileiros, que representam ampla maioria do público consumidor, e a aceitação das remunerações. Sujeitam-se às formas precárias de trabalho, tanto no mercado de trabalho formal como no mercado de trabalho informal. O mercado de trabalho muito desregulamentado e flexibilizado fragiliza o trabalhador frente à exploração capitalista. O capital está buscando cada vez mais novas formas de controle do trabalho e ampliação da mais-valia.

Palavras-chave: Trabalho; Fronteira; Território; Mobilidade

MOBILIDAD TERRITORIAL DEL TRABAJO DE BRASILEÑOS EN EL COMERCIO DE SALTO DEL GUAIRA – PARAGUAY

RESUMEN

La frontera paraguaya se destaca por el fuerte crecimiento del sector comercial, en que el sistema tributario facilita la venta de mercancías a precios inferiores a los practicados en Brasil. En este sentido, nuestro trabajo tiene como objetivo entender la movilidad territorial del trabajo de brasileños para el Paraguay como elemento estratégico para la expansión comercial en Salto del Guairá y entender los significados de esa movilidad internacional de mano de obra para las condiciones generales del trabajo, materiales/subjetivos y para las formas organizativas del trabajo. Entendemos que la movilidad territorial del trabajo no corresponde a un proceso voluntario, al revés, es consecuencia de las relaciones de producción en el espacio, en nuestra sociedad sobre las condiciones creadas por el desarrollo capitalista. Delante de las alternativas precarias de empleo y renta en los municipios vecinos del lado brasileño, existe la sujeción de los trabajadores a la exploración capitalista en el comercio en Salto del Guairá. El desbordamiento para otro lado de la frontera ocurre por dos motivos principales: dar atendimento a los brasileños, amplia mayoría del público consumidor y la receptividad de las remuneraciones. Se sujetan a formas precarias de trabajo, tanto en el mercado de trabajo formal como en el mercado de trabajo informal. El mercado de trabajo muy desregulado y flexibilizado fragiliza al trabajador frente a la exploración capitalista. El capital a cada día más, busca nuevas formas de control del trabajo y ampliación de la más-valía.

Palabras-clave: Trabajo; Frontera; Territorio; Movilidade

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS, MAPAS E TABELAS

Gráfico I: Crescimento do Emprego Formal em Guaíra e Mundo Novo (2000-2009).....	56
Gráfico II: Empregos Formais em Mundo Novo (2000-2009)	57
Gráfico III: Empregos Formais em Guaíra (2000-2009)	58
Gráfico IV: Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classe de rendimento nominal mensal – Guaíra/PR	65
Gráfico V: Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classe de rendimento nominal mensal – Mundo Novo/MS	65
Gráfico VI: Guaíra: População Economicamente Ocupada e Local de Exercício do Trabalho Principal	66
Gráfico VII: Mundo Novo – População Economicamente Ocupada e Local de Exercício do Trabalho Principal	67
Gráfico VIII: Faixa Etária dos Comerciantes Brasileiros em Salto del Guairá.....	70
Gráfico IX: Escolaridade dos Comerciantes Brasileiros em Salto del Guairá	71
Gráfico X: Trajetória Pregressa de Emprego dos Comerciantes Brasileiros.....	73
Gráfico XI: Níveis Salariais em Relação aos Vínculos de Emprego	92
Gráfico XII: Níveis Salariais em Relação ao Gênero	93
Gráfico XIII: Guaíra: Número de Cursos Superiores à Distância	129
Gráfico XIV: Trabalhadores com Curso Técnico ou Profissionalizante	132
Figura I: Região Limítrofe: Guaíra, Mundo Novo e Salto del Guairá.....	10
Figura II: Nota Fiscal do Comércio Paraguaio sob o Regime Especial de Turismo	41
Tabela I: Pessoas Ocupadas que Trabalham em País Estrangeiro/2010	27
Tabela II: População Residente em Guaíra (1970-2010).....	54
Tabela III: População Residente em Mundo Novo (1970-2010)	54
Tabela IV: Taxa de Informalidade Restrita (%).....	61
Tabela V: Taxa de Informalidade Ampla (%).....	61
Tabela VI: Mundo Novo: Instituição de Ensino Superior e Cursos Presenciais.....	130
Tabela VII: Guaíra: Instituição de Ensino Superior e Cursos Presenciais.....	130
Tabela VIII: Cursos Profissionalizantes em Guaíra	131
Tabela IX: Trabalhadores com Curso Superior Completo.....	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
-------------------------	-----------

Procedimentos Metodológicos	15
--	-----------

CAPÍTULO I

1. O Trabalho como Categoria de Análise da Geografia	18
---	-----------

1.1 Migração e Trabalho no Brasil	24
---	----

1.2 Fronteira	33
---------------------	----

1.3 Políticas de Desenvolvimento Econômico entre Brasil e Paraguai: O Avanço do Comércio de Reexportação no Paraguai.....	39
---	----

CAPÍTULO II

2. A Mobilidade Territorial do Trabalho dos Brasileiros para Salto del Guairá....	45
--	-----------

2.1 Elementos que Motivam os Brasileiros a Trabalhar em Salto del Guairá.....	53
---	----

2.2 Perfil da mão de obra brasileira que se desloca para trabalhar no Paraguai.....	70
---	----

2.3 A Utilização da Mão de Obra Brasileira sob o Ponto de Vista do Capital.....	77
---	----

2.4 O Trabalho Precarizado no Comércio em Salto del Guairá	86
--	----

2.5 A Migração de Trabalhadores no MERCOSUL: Políticas Públicas e o Trabalho dos Comerciantes Brasileiros em Salto del Guairá-PY	95
--	----

CAPÍTULO III

3. A Circulação da Mercadoria como Principal ele entre Brasil e Paraguai	108
---	------------

3.1 Superando as Dificuldades Encontradas no Cotidiano de Trabalho na Fronteira ...	114
---	-----

3.2 A Ampliação da Taxa de Mais-Valia Através do Envolvimento motivado (forçado) do Trabalhador com os Objetivos da Empresa	123
---	-----

3.3 Significados Materiais e Subjetivos do Trabalho	135
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	147
---------------------------	------------

ANEXOS	152
---------------------	------------

INTRODUÇÃO

As peculiaridades existentes na fronteira entre Brasil e Paraguai constituem fatores importantes para as estratégias de investimentos capitalistas. A fronteira paraguaia destaca-se pelo forte crescimento do setor comercial, em que o sistema tributário facilita a venda de mercadorias a preços inferiores aos comercializados no Brasil, atraindo o intenso fluxo de consumidores e trabalhadores brasileiros para o outro lado da fronteira. Para o processo de realização do circuito de mercadorias muitos trabalhadores brasileiros e paraguaios se inserem em atividades informais e clandestinas envolvidas com a compra, transporte e revenda de mercadorias, como sacoleiros, laranjas e camelôs.

O principal polo comercial do Paraguai localiza-se em Ciudad Del Este, de onde vem a maior parte das mercadorias, e se estende para outras cidades de fronteira como Pedro Juan Caballero e Salto Del Guairá.

A construção da Ponte Ayrton Senna, concluída em 1988, que liga a cidade de Guaíra/PR a Mundo Novo/MS, facilitou o fluxo de automóveis entre essas cidades e consequentemente entre Brasil e Paraguai, tornando a circulação mais rápida e barata. O aumento do fluxo de pessoas é um dos fatores que explicam as estratégias de investimentos que estão ocorrendo no comércio em Salto Del Guairá, como novos shoppings, supermercados, restaurantes e outros pequenos estabelecimentos comerciais.

Salto Del Guairá é a capital do Departamento de Canindeyu no Paraguai e possuía 11.298 habitantes até o ano de 2002, conforme os dados do DGEEC – Dirección General de Estadísticas, Encuestas Y Censos. (DGEEC, 2002) E faz fronteira com os municípios de Guaíra – Paraná e Mundo Novo – Mato Grosso do Sul, como pode ser observado no Figura (I) abaixo:

Figura I – Região Limítrofe: Guaíra, Mundo Novo e Salto Del Guairá



Fonte: Google, inav/Geossistemas SRL, Map Link, 2013. Org: Teresa Itsumi Masuzaki, abril de 2013.

O comércio em Salto Del Guairá se destaca pela existência de pequenas lojas e Shoppings, tais como o Shopping China, Shopping Salto e o Shopping América, além de outras lojas conhecidas como *departament stores*, grandes casas comerciais divididas por áreas de produtos. Como exemplos citam-se a Casa Nipon, Bless, Towers e Queen Anne. O comércio também é movimentado pelos camelôs e vendedores ambulantes paraguaios.

Salto Del Guairá atrai investidores de vários lugares, com a forte presença de comerciantes estrangeiros como chineses, libaneses, árabes e brasileiros. Esses últimos são

quem mais tem procurado e dado preferência pela mão de obra brasileira. Ao abrir um negócio acabam levando amigos e parentes para trabalhar no Paraguai.

O crescimento comercial em Salto Del Guairá é um grande atrativo para o excedente de mão de obra brasileira. São milhares de pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar no Paraguai, na maioria das vezes em situações de clandestinidade, preenchendo vagas de emprego no mercado formal e informal.

As empresas levam em conta as características locais para manipular a organização do trabalho a seu favor. O trabalho é um fator estratégico na mobilidade territorial do capital, que procura lugares convenientes para o seu processo de expansão e acumulação e ao mesmo tempo apresenta repercussões à mobilidade territorial do trabalho.

Em resposta à crise estrutural do capital iniciada a partir da década de 1970, começa uma nova fase de intensificação das tendências do capital. Por ser inerentemente expansivo, vem interferindo e trazendo fortes transformações ao mundo do trabalho, que por meio de políticas neoliberais e de reestruturação produtiva têm tornado ainda mais precárias as relações de trabalho.

Conforme Alves e Antunes (2004) nesse processo há a desconcentração do espaço físico produtivo. Várias modalidades de flexibilização e a introdução de novas tecnologias têm favorecido a desregulamentação do mercado de trabalho, reduzindo o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais.

A flexibilização aumenta o trabalho não continuado e temporário. O trabalhador em situação precária encontra-se numa fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e em um menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Essa estratégia de expansão e reprodução capitalista produz riqueza de um lado em detrimento da estabilidade e das condições humanas de trabalho. O crescimento do trabalho informal, antes conhecido como trabalho atípico, no capitalismo contemporâneo tornou-se normal.

Segundo Carvalho (2008) a divisão territorial do trabalho ensejada pelo capital está articulada tanto à necessidade expansiva do capital, quanto à própria geografia do capitalismo, que ao expandir-se reproduz as desigualdades espaciais, com valorização em alguns lugares e desvalorização em outros. Ao mesmo tempo em que ocorrem a saturação do mercado e o excesso de acumulação, o capital precisa encontrar mecanismos de garantir sua reprodução ampliada.

Salto Del Guairá está no rol de investimentos do capital comercial, onde podemos observar que a região de fronteira internacional torna-se um trunfo estratégico para a expansão capitalista, devido também ao forte incentivo do Estado paraguaio para o crescimento do setor comercial. O país tem uma política de turismo por meio de um sistema tributário que reduz taxas de importação, somada à redução de impostos e à mão de obra barata, o que o torna atraente para investimentos.

Conforme Meneleu Neto (1996) o capital tem buscado regiões “novas” onde a classe trabalhadora não passou pelas mesmas experiências de lutas e conquistas trabalhistas das áreas centralizadas, buscando lugares onde há mão de obra barata e com baixa tradição de organização e luta coletiva, sindicatos pouco combativos e baixas oportunidades de emprego. “A relação entre o desemprego e a fragilização das relações de trabalho se manifesta de formas diversas, de acordo com a distribuição espacial das empresas e as condições da luta de classes”. (MENELEU NETO, 1996, p.91).

Portanto, a escolha do lugar para o investimento capitalista leva em conta o maior ou menor grau de maturidade da luta de classes. Onde a classe trabalhadora é menos resistente o capital tende a se instalar com a estratégia de exploração do trabalho.

Percebemos que os investimentos capitalistas em Salto Del Guairá correspondem ao processo de territorialização do capital sobre o trabalho, com a manutenção de formas precárias nas relações de trabalho em um país onde as conquistas trabalhistas são incipientes, cuja legislação trabalhista é frágil e há o aproveitamento da mão de obra brasileira. Buscamos entender a mobilidade territorial do trabalho de brasileiros para o outro lado da fronteira como elemento estratégico para a expansão comercial em Salto Del Guairá. Além de compreender a dinâmica territorial do capital no âmbito da fronteira Paraguai-Brasil, as implicações dessa territorialização para a classe que vive do trabalho, em suas formas organizativas e sua resistência frente às arbitrariedades do capital.

No capitalismo a mobilidade humana está mais centrada no trabalho e no processo de valorização do capital. Entendemos que a situação peculiar da fronteira entre Brasil e Paraguai está inserida em uma realidade muito mais ampla, da divisão internacional do trabalho.

O comércio é importante para a reprodução do capital. As mercadorias chegando ao consumidor final realizam por completo o circuito do sistema de produção capitalista. No comércio em Salto Del Guairá percebemos relações precárias de trabalho, em condições de

trabalhadores formais e informais. A lucratividade capitalista se dá através de formas degradadas de trabalho. Essas relações, mesmo à margem do sistema capitalista, não estão excluídas do processo de valorização do capital, haja vista que é sobre as formas precárias de trabalho com a exploração do trabalho vivo que se garantem menores custos e a maior acumulação de capital.

O desenvolvimento desta dissertação tem como objetivo estudar a mobilidade territorial do trabalho de brasileiros para o Paraguai como elemento estratégico da expansão comercial em Salto Del Guairá e seus significados para as condições gerais do trabalho, materiais e subjetivas e para suas formas organizativas.

Este trabalho baseia-se em levantamentos bibliográficos que sustentam a discussão proposta. E as discussões nas disciplinas que foram oferecidas pelo Programa de Mestrado de Geografia da Unioeste – campus de Marechal Cândido Rondon, que contribuem para o debate e melhor compreensão de conceitos e estudos sobre a temática fronteira e a participação em alguns eventos, cujos diálogos e debates trazem novas informações e questionamentos sobre o assunto. Fundamental também é o acompanhamento do orientador, norteando o trabalho, corrigindo e contribuindo com suas formidáveis sugestões e questionamentos.

Essa pesquisa tem fulcro também em levantamento de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, do RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais e outros. A análise de documentos e cartilhas elaboradas pelo MERCOSUL, pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, da CNI – Conselho Nacional de Imigração e o Código do Trabalho do Paraguai.

Também há entrevistas com alguns empregadores, com funcionários do IPS – Instituto de Previdência Social e com um funcionário do Ministério da Justiça e do Trabalho em Salto Del Guairá.

Há dez entrevistas com comerciários brasileiros de Salto Del Guairá, realizadas fora do local de trabalho para que não intimida-los, para nos relatarem suas condições de trabalho. São apenas dez entrevistas devido à dificuldade de agendar uma data com esses trabalhadores, por conta do cansaço e compromissos diversos. Sem muita resistência em relação às entrevistas pelo fato de anteriormente já termos entrado em contato com esses trabalhadores, inclusive em alguns casos por mediação de parentes e amigos, além de estarmos sempre nos posicionando e esclarecendo os objetivos da pesquisa.

Há trinta e oito questionários aos trabalhadores, de forma aleatória, para o levantamento de dados e amostragem. Os questionários com perguntas mais objetivas, facilitam a aplicação no local de trabalho e a participação de um número maior de trabalhadores.

Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, primeiramente realizamos levantamentos bibliográficos e fichamentos pertinentes ao assunto. Principalmente leituras sobre questões conceituais como fronteira, mobilidade do trabalho, território e outros, como também compreender de forma geral, as transformações no mundo do trabalho e como essas transformações se repercutem geograficamente.

Foram feitos levantamentos documentais para entender os avanços das políticas migratórias no âmbito do MERCOSUL, como a cartilha “Como Trabalhar nos Países Membros do MERCOSUL: guia dirigido aos nacionais” e o livro “MERCOSUL e as Migrações: Os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração”. O primeiro elaborado pelo Ministério do Trabalho dos Estados Partes do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) tem como objetivo trazer esclarecimentos ao imigrante quanto aos seus direitos de trabalho em cada Estado membro. O segundo pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e a CNIG – Conselho Nacional de Imigração que aborda um conjunto de textos que discutem as medidas políticas voltadas para as migrações no MERCOSUL.

Entramos em contato por e-mail com secretário do Ministério da Justiça e do Trabalho no Paraguai (sede em Assunção), para obter acesso ao Código do Trabalho do Paraguai, com o objetivo de avaliar os direitos do trabalhador no Paraguai e fazer uma breve comparação com os direitos legais concedidos aos trabalhadores brasileiros no Brasil.

Foram feitos levantamentos de dados da RAIS, para obtermos o número de empregos formais em Guaíra e Mundo Novo. Levantamento de dados do IBGE, para obter dados empíricos sobre o contingente populacional de Guaíra e Mundo Novo, números de emprego, a PEA – População Economicamente Ativa, número de trabalhadores em países estrangeiros, taxa de informalidade, entre outros. Esse levantamento empírico foi importante para a compreensão do contexto das cidades de origem dos brasileiros que se deslocam para trabalhar no comércio no Paraguai.

No site da SEED – Secretaria do Estado da Educação do Mato Grosso do Sul e da SEED – Secretaria do Estado da Educação do Paraná para mapearmos os cursos profissionalizantes oferecidos nas escolas estaduais de Mundo Novo e Guaíra, respectivamente. E levantamento dos cursos superiores presenciais e a distância no site do

MEC - Ministério da Educação e Cultura em ambos os municípios. Como também buscamos fazer um levantamento pela internet dos cursos oferecidos pelo Sistema FIEMS – Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul (SESI, SENAI e IEL) e no Sistema FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná (SESI, SENAI e IEL). Buscamos elencar as escolas que os trabalhadores frequentam para obter as principais qualificações para o trabalho. Pois entendemos que a qualificação é um dos elementos da territorialização local que contribui para entendermos suas particularidades e como o capital forja o território.

Foram realizadas duas entrevistas com representante do Ministério da Justiça e do Trabalho do Paraguai, localizado em Salto Del Guairá. A primeira com a intenção de compreender como funciona o mercado de trabalho e como os brasileiros se inserem enquanto trabalhadores estrangeiros. A segunda, mais com a finalidade de tirar algumas dúvidas que surgiram no decorrer da pesquisa. Essas entrevistas contribuíram para análise de como os brasileiros se inserem no mercado de trabalho paraguaio, como são assegurados pela legislação trabalhista do Paraguai e se estão representados por algum sindicato, entre outras questões. Houve uma grande dificuldade em relação ao diálogo devido à compreensão do idioma e à relutância do representante do Ministério em nos receber.

Em fevereiro de 2012 foi realizada uma entrevista com funcionário do IPS – Instituto de Previdência Social, para melhor compreender sobre a seguridade social que os brasileiros usufruem no Paraguai e buscar informações sobre as demandas dos brasileiros junto ao instituto. Em novembro de 2012, houve um retorno para compreender o contexto após a mudança do governo de Estado no Paraguai.

O diálogo com trabalhadores no primeiro momento foi informal, em que me apresentei como estudante e pesquisadora do Programa de Mestrado em Geografia da UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon e informações quanto aos objetivos da minha pesquisa, em que tive acesso a e-mails e telefones para futuros contatos. As entrevistas foram marcadas posteriormente, pessoalmente, por telefone ou pela internet e agendadas em local e horário fora do expediente de trabalho.

Foram realizadas dez entrevistas entre os meses de Abril e Maio de 2012. Houve uma dificuldade muito grande no agendamento, devido à rotina cansativa e indisponibilidade dos trabalhadores, não pela falta de vontade, mas pelos compromissos que assumiam durante o tempo livre. Muitos precisavam sair para estudar, outros com os compromissos do lar, entre outros e o próprio cansaço e indisposição.

Os 38 questionários foram aplicados nas lojas em Salto Del Guairá, nos dias de menor movimento no comércio. As questões eram mais objetivas com a finalidade principal de levantar dados, o que não impossibilitou a troca de informações entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Foram nas segundas-ferias e nas terças-feiras do mês de agosto, possibilitou a avaliação de dois momentos distintos do comércio no Paraguai. No período das entrevistas realizadas no início do ano, havia um movimento considerável de consumidores no comércio. No mês de agosto, houve a redução das vendas e muitos trabalhadores foram demitidos ou pediram a demissão.

Em novembro de 2012 houve a última saída à campo em Salto Del Guairá, em que tivemos um diálogo com representante do IPS – Instituto de Previdência Social e entrevistas com 07 gerentes de vendas e empregadores. Muitos contatos foram realizados através das redes sociais como Facebook ou Messenger, sendo possível tirar pequenas dúvidas e manter diálogo com os trabalhadores.

CAPÍTULO I

1. O Trabalho como Categoria de Análise da Geografia

As diferentes classes sociais que compõem a sociedade, os interesses divergentes, marcam os conflitos e antagonismos existentes nas relações dentro da sociedade. O espaço, segundo Moreira (1988) é resultado de um conjunto de relações sociais, onde o homem realiza sua vida, produz e cria espaço através de algo pré-existente, natural ou produzido pelo homem. Através do trabalho a natureza é transformada pelo homem, por isso ela não é uniforme e exterior ao ser humano.

O espaço se organiza segundo a estrutura de classes do lugar e, uma vez assim organizado, reverte sobre a estrutura de classes, sobre determinando-a. As lutas de classe regem a dialética do espaço e a dialética do espaço rege as lutas de classes, uma vez que a dialética do espaço é a dialética de classes. [...] Cada classe define seu espaço próprio de existência, marca-o com suas condições de existência, nele estampando (na morfologia, como na organização) seu caráter. (MOREIRA, 1988, p.38)

O homem enquanto natureza, precisa se relacionar com a natureza, transformando-a, processo que se dá através da mediação do trabalho. “O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza.” (MARX, 1983, p.149)

O trabalho é ontológico ao ser social, isto é, inerente a sociedade. É a “expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que em seu vir a ser está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem.” (THOMAZ JR, 2002,p.2).

A relação homem-meio e a relação sociedade-espaço são, ambas, formas de metabolismo, metabolismo natural e metabolismo social, respectivamente, metabolismo por meio do qual o homem faz-se a si mesmo, ao tempo que faz a sociedade e a história, hominizando-se pelo trabalho. [...] (MOREIRA, 2002, p.21)

Para Moreira (2002) o metabolismo homem-meio é uma relação de intercâmbio de matéria e energia passada entre o homem e as demais formas da natureza. A força de que seu corpo é dotado (como pernas, braços e mãos) colocam-se em movimento para utilizar

matérias que fora útil à sua vida. É o processo no qual o sujeito homem faz-se a si mesmo um ser a um só tempo natural e social, através da transformação da história natural em história social.

Já o metabolismo homem-espço é uma relação de intercambio do homem com outros homens, que se passa através da cooperação na divisão do trabalho, uma relação intra-social na qual a configuração do espaço intervém como forma de regulação da relação humana desde o âmbito natural, tal como nos termos da reprodutividade das relações de produção.

A Geografia busca entender a realidade, as relações sociais dentro de sua totalidade. A Geografia do Trabalho tem como enfoque o trabalho, compreendido tanto na sua expressão da relação metabólica homem-natureza, quanto na regulação sociedade- espaço que busca entender uma dimensão da realidade.

Ao mesmo tempo em que o trabalho é ontológico, ele é também um ato teleológico, pois o homem transforma a natureza, planejando e projetando antes mesmo de realizá-lo.

Mas o que distingue, de antemão o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo do trabalho obtém-se um resultado que já no início deste já existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele apenas não efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1983, p.149-150)

A mediação entre homem e natureza se dá de forma pensada, soldando a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal. O trabalho como expressão da relação metabólica do homem e a natureza, é a forma do homem se realizar, material e espiritualmente, garantindo a realização de sua vida, dando-lhe sentido.

Conforme Thomaz Jr. (2002) a natureza transformada pelo trabalho do homem assume um caráter cumulativo, o homem age sobre uma natureza já transformada, transformando também as relações sociais. O mundo do trabalho possui complexas relações com características espaciais e territoriais, que são o marco tempo-espço do resultado teleológico do trabalho, do qual o homem cria e renova as próprias condições de sua reprodução.

Neste sentido podemos observar como a variação da forma de valor no tempo e como tem transformado a organização da sociedade. Nas sociedades mais antigas predominava-se o valor-de-uso, com o desenvolvimento do capitalismo é o valor-de-troca que predomina sobre o valor-de-uso. Na organização do trabalho, na sociedade em que a divisão técnica do

trabalho e da troca era pouco desenvolvida predominava-se também o trabalho concreto, produtor de valor de uso. Conforme o desenvolvimento da sociedade esse quadro foi invertendo-se e a predominar o trabalho abstrato, produtor de valor-de-troca.

A divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor-de-troca. Mas o produto só lhe proporciona a forma equivalente geral, socialmente válida, depois de convertido em dinheiro, e este se encontra no bolso alheio. Para tirá-lo de lá, a mercadoria tem de ser, antes de tudo, valor-de-uso para o dono do dinheiro e o trabalho nela despendido tem de possuir, portanto, forma socialmente útil, ou de ser reconhecido como elemento da divisão social do trabalho. (MARX, 2011, p.133)

Para Marx a divisão social do trabalho é um sistema de produção que se formou e continua a envolver, à margem da consciência dos produtores de mercadorias. O trabalhador é separado dos meios de produção e passa a utilizar ferramentas que não são suas e a produzir objetos que foram idealizados por outras pessoas, por fim elaborar mercadorias que não são para seu próprio uso.

A organização e a divisão do trabalho eram diferentes nas sociedades em que o valor de uso e a necessidade exerciam uma função reguladora básica. No capitalismo ocorreu uma divisão hierárquica para que o metabolismo social estivesse voltado para a ampliação dos valores de troca, no qual o trabalho deve subsumir-se ao capital.

É como podemos olhar a motivação para a mobilidade humana ao longo do tempo. Conforme Rocha (1998) na pré-história a mobilidade humana esteve mais atrelada à vida cotidiana dos povos nômades, a caça, a busca por áreas protegidas. Espontânea ou forçadamente, desenvolvem a própria atividade numa conquista incessante de terreno, de acordo com suas necessidades vitais. Isso vai transformando lentamente uma vida nômade para uma vida sedentária, e mesmo quando isso ocorre, permanece uma situação de insegurança, seja em razão de fenômenos naturais, seja em razão de expansionismos político-militares.

Conforme as transformações da organização da sociedade e com o desenvolvimento do capitalismo, com o predomínio dos valores de troca sobre o valor de uso e do trabalho abstrato sobre o trabalho concreto, a mobilidade humana está mais centrada no trabalho e no processo de valorização do capital.

Hoje mais do que nunca, observamos como os movimentos migratórios em busca de emprego são consequências da assimetria entre os países, a pobreza e desigualdade social no interior de cada Estado-Nação.

A mobilidade do capital na busca de alternativas para a acumulação capitalista também tem importância na organização do trabalho, em suas formas de uso e exploração que acaba interferindo na própria mobilidade territorial do trabalho. A força de trabalho desloca-se em função da dinâmica de mercado, em busca dos meios necessários para sua sobrevivência.

Em Salto Del Guairá os brasileiros sujeitam-se às formas intensificadas de trabalho no comércio, sob a pressão impostas pelas metas de vendas, em que a pressão também se constitui na necessidade de vender, já que é por meio da troca dessas mercadorias em dinheiro que eles adquirem os meios necessários para a sua sobrevivência.

Percebemos que o comércio em Salto Del Guairá cumpre o destino final de realização da mercadoria, que é o consumo. A intensificação das vendas de mercadorias na fronteira Paraguaia corresponde à necessidade expansiva de acumulação de capital, que utiliza a mão de obra paraguaia e brasileira sob condições precárias de trabalho, constituem também formas intensificadas de trabalho nos pólos produtivos como a China, Índia, Taiwan e outros. E a pressão sobre o trabalhador altamente qualificado e intelectual, que atua no desenvolvimento de novas tecnologias. A cada momento produtos como celulares, computadores, notebooks, gravadores, equipamentos de som, aparelhos de armazenamentos de arquivos vão tomando novas formas e conteúdo informacional. Esses produtos rapidamente vão se tornando ultrapassados e descartáveis.

No entanto, quando essas mercadorias chegam ao consumidor final, este não percebe as relações de trabalho concretizadas nesta mercadoria. Como o trabalhador altamente qualificado que desenvolve pesquisas para a produção de novas tecnologias e sofre hoje sérios problemas de saúde físicos e psicológicos.

A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que “a qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o *invólucro*, a *aparência* ou aprimoramento do *supérfluo*, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado. (ANTUNES, 2009, p.52)

A necessidade dos capitalistas reduzirem o tempo de vida útil dos produtos, para aumentar as vendas e garantir altos níveis de lucratividade, corresponde hoje na diminuição

da qualidade de vida de trabalhadores de todo o mundo, “o trabalhador a viver para trabalhar”, sofre desmotivação no trabalho e interferências diretas em sua vida social.

Para Antunes (2009) esse processo corresponde à subordinação das necessidades humanas e à reprodução do valor de troca, no interesse da auto-realização expansiva do capital. Ou seja, para converter a produção do capital em propósito da humanidade era preciso separar o valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo.

A crise estrutural do capital que desencadeou o processo de reestruturação produtiva iniciada a partir de 1970 e visa recuperar os padrões aceitáveis de acumulação, provocou um conjunto de modificações no âmbito do trabalho e alterações no espaço e no território.

Conforme Thomaz Jr. (2002) a dinâmica da produção capitalista e particularmente do trabalho, sinaliza desdobramentos diferenciados, mesclam distintos processos produtivos, formas diferenciadas de contratação, relações interfirmas, desverticalização, a mobilidade das unidades produtivas de uma região a outra, projetos organizativos e de dimensão política que redimensionam a territorialidade da sociedade e da luta de classes.

Entendemos que o trabalho é transformado pelas relações sociais, sendo as relações de trabalho resultado de um processo histórico. A relação homem-meio constrói a organização social e espacial, sendo o trabalho enquanto ato teleológico o que redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico.

O desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço é de importância impar para sua expansão e acumulação, por ser inerentemente contraditório. A fronteira torna-se estratégica nos parâmetros do modo de produção capitalista, no seu processo de produção-circulação-consumo, no que tange a divisão internacional do trabalho.

A expansão do trabalho comercial em Salto Del Guairá, explica-se dentro de um contexto muito mais amplo, do capitalismo globalizado. O dinamismo local, a característica de fronteira permite entender parte da realidade, mas ela não se explica por si só. É importante a apreensão de uma escala maior, das relações internacionais do capital.

No modo de produção capitalista, diferentes espaços são combinados para que ocorra a circulação de mercadorias. Elementos como dinheiro, matéria-prima e força de trabalho são reunidos em um lugar específico, onde uma mercadoria possa ser produzida. Para serem enviados para outros lugares, para mercados em que possam ser vendidas e consumidas. Um computador, por exemplo: O desenvolvimento de seu software, a produção de suas peças, montagem e comercialização partem de diferentes lugares.

Conforme Harvey (2011) a Geografia resultante da produção e do consumo é profundamente sensível ao tempo e custo de atravessar no espaço. O problema das distâncias tem um papel cada vez menor na limitação da mobilidade geográfica do capitalismo. Isso não significa, porém, que as diferenças geográficas não importam mais. Precisamente o contrário: o capital altamente móvel presta muita atenção até mesmo nas pequenas diferenças, nos custos locais, pois contribuem para juros maiores.

Um mundo geográfico de imensa diversidade de atributos físicos e condições culturais e sociais pode melhor contribuir para o capitalismo. Uma empresa com fins lucrativos sonda as possibilidades em todos os lugares e descobrir o que funciona se torna fundamental para a reprodução do capitalismo. “A diversidade geográfica é uma condição necessária, e não uma barreira, para a reprodução do capital. Se a diversidade geográfica não existe, então tem de ser criada.” (HARVEY, 2011, p.133)

A geografia do capitalismo atenta para a produção da diferença do espaço, tomando como base a história, a cultura e as vantagens naturais. A reprodução do capitalismo internaliza todos esses fatores. O capitalismo promove certa homogeneização que marca sua expansão, se consideramos a destruição de outros modos de produção e os outros padrões de consumo e trabalho. Mas também se utiliza das diferenças geográficas entre regiões e estados para as estratégias diferenciadas de investimento e busca o monopólio espacial dado pela singularidade da situação e das qualidades ambientais e culturais.

A abertura econômica dos países em desenvolvimento, sobretudo durante a década de 1990, foi fundamental para a circulação do capital e para a redistribuição geográfica das empresas, que começaram a buscar melhores condições de rentabilidade e que influencia diretamente na mobilidade territorial do trabalho.

Neste sentido, mercadorias produzidas com baixo valor agregado em países com economia altamente competitiva como China, Taiwan, Indonésia, Índia e outros, conseguem adentrar fronteiras de países de quase todo o mundo. Países com uma política de abertura comercial, como a existente no Paraguai são importantes para a intensificação da circulação de mercadorias. Aliada à política de abertura e baixa tributação há uma oferta de mão de obra barata, utilizando-se inclusive de paraguaios e brasileiros para suprir a demanda do comércio transfronteiriço.

Nas pesquisas de campo, foram observados que muitos comerciários brasileiros que trabalham em Salto Del Guairá vieram de outros Estados brasileiros, principalmente de São

Paulo, atraídos principalmente pelo salário oferecido no Paraguai. Dos 38 questionários aplicados, 15 pessoas afirmaram ser oriundas de outros estados.

Entendemos que os movimentos migratórios são decorrentes de um contexto muito mais amplo de uma economia globalizada que diferencia o espaço, em cada lugar particular no modo de produção capitalista, que se desenvolve de forma desigual, contraditória e combinada. Formam-se lugares de expulsão e atração de mão de obra. Muitos brasileiros retornaram da Europa devido à crise financeira, e muitos estrangeiros oriundos da Europa adentraram a fronteira brasileira para trabalhar nos setores que avançam hoje no país como a indústria de prospecção de petróleo e as obras da Copa.¹ E a mão de obra oriunda de países da América Latina, estes últimos assumem postos de trabalho mais precarizados.

Neste sentido, vamos entender um pouco sobre o movimento migratório no Brasil. Tanto de pessoas que saem do país para trabalhar no exterior, como também as pessoas que regressam ao país de origem. Entender como a economia globalizada atinge diretamente mercado de trabalho que tem dinamizado os movimentos migratórios e provocando o sentido inverso destes deslocamentos.

1.1 Migração e Trabalho no Brasil

Nos modos de produção pretéritos os homens foram obrigados a deslocar-se no espaço geográfico, mas no capitalismo a mobilidade assume maior centralidade. A mobilidade tem ganhado relevância especial na era da globalização e parte importante desses fluxos é constituída por homens e mulheres que se deslocam em busca de melhores condições de trabalho e renda.

A grande maioria dos movimentos migratórios é conduzida pela desigualdade espacial. Nos modos de produção anteriores ao capitalismo, o desenvolvimento do espaço já era desigual. Mas “a Geografia do capitalismo é mais sistemática e completamente uma parte integral do modo de produção, mais do que ocorreu em qualquer modo de produção anterior.” (SMITH, 1988, P.151)

¹ PASSOS, Najla. ‘Oásis’ global, Brasil ‘importa’ mais e ‘exporta’ menos trabalhadores. **Carta Maior** (sábado, 24 de dezembro de 2011). Disponível em www.cartamaior.com.br.

INTANTE, Anelise. Crise na Espanha empurra imigrantes latino-americanos para o Brasil. **BBC Brasil** (quarta-feira, 22 de junho de 2011)

A migração, no modo de produção capitalista está cada vez mais centrada no trabalho e no processo de realização do capital. Em que o sujeito é reduzido à condição de trabalhador livre, despojado de todo trabalho que não seja sua força de trabalho. Consequentemente, despojado de todo tipo de relação que não derive dessa última condição. Então mesmo o trabalhador seja livre na escolha para migrar, a forma como reproduz a sociedade no espaço, o quadro de opções do trabalhador são criados pelo sistema capitalista.

Chesnais (1996) aponta que um dos aspectos mais decisivos da mundialização do capital, saída da liberalização, da desregulamentação e das privatizações é a capacidade do capital de colocar em concorrência direta (de país para país) assalariados, proletários, no sentido de gente que é obrigada a vender sua força de trabalho, ou seja, arrumar um emprego para viver.

E essa concorrência direta é resultado da liberalização e desregulamentação das trocas, dos investimentos diretos no estrangeiro e dos fluxos de capitais móveis. E os grandes beneficiários são os bancos, fundos de pensões e de colocação financeira e os grandes acionistas privados.

Conforme Chesnais (1996) o capital é obrigado a encontrar respostas para contrariar a baixa taxa de lucro, que é uma tendência contínua do capitalismo. O capital é capaz de criar a concorrência entre assalariados por um número insuficiente de empregos. Essa concorrência é enfrentada de diferentes maneiras, entre as quais através da imigração e da situação de profunda dependência dos imigrantes face ao capital, mas também das condições que conhecem os precários e os desempregados.

A concorrência direta acaba pressionando o preço da mão de obra dos países centrais, até a mais qualificada, diante da facilidade do capital tem em se deslocar no espaço em busca da mão de obra mais barata, reduzindo a oferta de emprego nos países sede. E controla, pelo fluxo migratório, o exército industrial de reserva.

A crise estrutural do capital acentua cada vez mais a condição de miséria dos trabalhadores, a exploração de sua força de trabalho, a opressão do sistema financeiro e de crédito e o desrespeito aos seus direitos fundamentais. E os migrantes enfrentam a precariedade das condições de trabalho, diferenciação de salários, dificuldades para regularizar sua residência permanente, e a xenofobia que é estimulada para dividir a organização enquanto classe.

E nessa situação encontram-se milhões de trabalhadores latino-americanos, como os bolivianos que trabalham nas confecções de São Paulo, os trabalhadores haitianos para trabalharem nas obras de construção civil do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, os brasileiros que migram de uma região a outra do país, sofrendo exploração e discriminação. Os latino-americanos que migram para serem explorados em países como o Japão, Estados Unidos e Europa. PATARRA, 2005; OCADA 2010; THOMAZ, 2011)

Com a crise de 2008, principalmente nos EUA e Europa, mas com repercussões no mundo inteiro, houve uma mudança do percurso dos fluxos migratórios. O Brasil passa a se inserir como país de destino de muitos imigrantes, tais como espanhóis, portugueses e latino-americanos que retornam da Europa.

Conforme Najla Passos (2011) ² o número de estrangeiros que escolhem o Brasil aumentou cerca de 50% a partir de 2010. Segundo Departamento de Estrangeiros, em dezembro de 2010 eram 961 mil estrangeiros vivendo regularmente no país. Até junho de 2011 esse número já era de 1, 466 milhões.

Em uma reportagem do Jornal BBC - Brasil (2011) ³, entre 2003 a 2007 a Espanha recebeu dezenas de milhares de imigrantes, em que 70% deles ocupavam o setor de construção civil, mas com a crise econômica que persiste no país está alterando o fluxo migratório. O Brasil, Estados Unidos e Argentina são os destinos preferidos pelos latino-americanos que saem da Espanha.

Conforme as fontes investigadas, o número de espanhóis no Brasil aumentou de 5.505 para 59.322 pessoas. E os portugueses de 276.703 para 328.856 pessoas. Esses vêm para o Brasil geralmente para exercer funções altamente especializadas, voltadas para as obras da Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, além de obras para abastecimento de energia, na atividade de prospecção de petróleo, proteção ambiental e turismo. Entretanto são trabalhadores sazonais.

No país também cresce o número de estrangeiros que, pelos mesmos motivos, entram ilegalmente no país em busca de emprego. Como os bolivianos, paraguaios e em condições mais precárias os haitianos.

² PASSOS, Najla. 'Oásis' global, Brasil 'importa' mais e 'exporta' menos trabalhadores. **Carta Maior** (sábado, 24 de dezembro de 2011). Disponível em www.cartamaior.com.br.

³ INTANTE, Anelise. Crise na Espanha empurra imigrantes latino-americanos para o Brasil. **BBC Brasil** (quarta-feira, 22 de junho de 2011)

Conforme as fontes anteriormente consultadas, os bolivianos aumentaram de 35.092 para 50.540 e os paraguaiois de 11.229 para 17.604. Bolivianos e paraguaiois procuram melhores condições de vida em um país próximo. A mão de obra pouco qualificada, muitas vezes em condições ilegais, estão mais sujeitos a superexploração do trabalho, como os bolivianos nas indústrias têxteis.

E a onda migratória de haitianos para o Brasil por melhores condições de vida, teve início em 2010 após o terremoto que devastou o Haiti. Conforme a antropóloga Thaisa Yamaue (2011) ⁴, que estuda os haitianos que buscam refúgio em massa no Acre, aponta que estão sendo vítimas de extorsão, roubo, estupro e mortes quando percorrem territórios do Peru e da Bolívia.

Conforme Yamaue (2011) no mundo inteiro os imigrantes ilegais são tratados com muita violência quando não portam documentos. E o fato de muitos haitianos não terem documentos, leva aos empregos mais degradantes e outras situações onde os direitos humanos são violados, o que inclui abusos como a escravidão e violência.

A emigração de brasileiros para o exterior também é considerável. Conforme o Ministério das Relações Exteriores, de 1996 a 2003 os países que mais recebiam imigrantes brasileiros eram respectivamente os Estados Unidos, Paraguai, Japão e países da Europa. (PATARRA, 2005, p.26).

A principal razão dessa direção dos fluxos migratórios está relacionada à situação de emprego nas economias latinas e à busca de melhores condições de renda nos países ricos. Geralmente os deslocamentos são impulsionados por redes familiares, por atravessadores profissionais e por informações transmitidas pelos meios de comunicação em massa.

Conforme o IBGE (censo, 2010), das pessoas ocupadas na semana de referência, 35.910 brasileiros tinham como local de exercício do trabalho principal país estrangeiro. Como segue a tabela (I).

Tabela I – Pessoas Ocupadas que Trabalham em País Estrangeiro/2010

Brasil	35.910
Paraná	8.771
Mato Grosso do Sul	4.145

Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010.

⁴ YAMAUIE, Thaisa. Haitianos relatam que encontram corpos em decomposição durante a fuga para o Brasil, diz antropóloga. **Blog da Amazônia** (dezembro de 2011).

O Paraná destaca-se como estado brasileiro com maior número de pessoas que tem como principal local de trabalho o país estrangeiro. O estado do Mato Grosso do Sul, com PEA de 1.258.710 pessoas, 4.145 pessoas trabalham em país estrangeiro. (IBGE, censo 2010)

A migração intra-regional na América Latina tem alcançado maior visibilidade nas últimas três décadas. Esses deslocamentos não são recentes, principalmente entre regiões supranacionais com características históricas e culturais comuns.

Albuquerque (2010, p.54) aponta que o aumento da migração fronteiriça na América Latina tem sido impulsionado pela busca de trabalho formal e informal nos países vizinhos (principalmente nos grandes centros urbanos), pela compra de terras mais baratas nas zonas de fronteira e pela extração de recursos naturais (seringueiras, madeira e minérios) em áreas poucos exploradas do outro lado da linha de fronteira internacional.

Entre as décadas de 1970 a 1990 a Argentina, a Venezuela, o Brasil e a Costa Rica destacaram-se como os principais receptores de outros latinos americanos, principalmente de seus vizinhos. E o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia e a Nicarágua eram os principais países emissores. (ALBUQUERQUE, 2010, p.55)

Os fatores de atração da emigração brasileira para países vizinhos foram principalmente o menor preço de terras, a mineração e os seringais. E hoje também atraem o comércio e o mercado de trabalho no setor terciário nas cidades de fronteiras.

Em nossa pesquisa, o movimento pendular de brasileiros para o Paraguai ocorre diante das condições precárias de emprego e renda no mercado de trabalho brasileiro e a expansão do comércio em Salto Del Guairá. Como também, observamos que muitos desses brasileiros tiveram outras experiências migratórias, tanto internacionais e principalmente no interior do próprio país.

No Brasil também é expressiva a migração interna. As regiões com maiores fluxos de migração entre os anos de 2003 e 2008 são os estados da Região Sudeste (461.983 migrações), e entre os estados do Nordeste e o Sudeste brasileiro (461.983 casos). Conforme o IPEA, a faixa etária, escolaridade, custo de vida e mercado de trabalho são os principais fatores que correspondem a essa dinâmica. Uma característica importante é que dos 3, 327 milhões de migrantes brasileiros, 45,6% são jovens com idade entre 18 e 29 anos⁵.

⁵ PEDUZZI, Pedro. Migrante brasileiro é jovem, trabalha mais e está no Sudeste, diz Ipea. **Agência Brasil**. (quarta-feira, 18 de agosto de 2010).

Os movimentos migratórios do trabalho para o capital, no Brasil, são renovados e ganham novas dimensões no século XXI. O desenho/redesenho dessas novas rotas migratórias está sendo definido, em essência, pela estimulação das políticas públicas, sobretudo no ambiente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Conforme Thomaz Jr. (2011) as obras de infraestrutura absorvem 65% dos R\$ 507 bilhões. Está potenciando obras, com alcance para saneamento, construção de pontes, estradas, recapeamento, obras de engenharia, tais como Usinas Hidrelétricas (UHE), bem como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). E ainda somam às obras previstas para a Copa Mundial de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Thomaz Jr (2011) aponta que as contradições desse processo impactam diretamente a força de trabalho. Os principais corredores migratórios, ou Estados/Regiões emigratórios (Maranhão, Piauí, Norte de Minas Gerais, Bahia, Alagoas) que há mais de duas décadas abastecem as demandas no corte de cana-de-açúcar no Centro Sul (mais propriamente São Paulo), e as colheitas de outros produtos agrícolas (laranja, café, morango), a partir de 2007 sinalizam alguns desvios de rota, para Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Ceará. Ou seja, a migração do trabalho para as atividades do agrohidronegócio apontam novas combinações de deslocamentos territoriais.

O fluxo migratório acompanha de perto a dinâmica do mercado de trabalho, o qual tem fundamental importância na fixação ou na transferência da força de trabalho de uma região a outra ou de um país a outro.

No trabalho de campo em Salto Del Guairá, analisando a trajetória pregressa dos trabalhadores, percebemos que dos 38 trabalhadores da amostra, 47,3% tiveram outras experiências migratórias. Muitos são provenientes de outros estados brasileiros ou migrantes retornados. Alguns relataram a experiência de trabalhar em até cinco estados diferentes. Como exemplo, o trabalhador “S” que afirma ter trabalhado em Sergipe, São Paulo e Pernambuco, antes de vir para o Paraná. E o trabalhador “L” que já trabalhou em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Entre os trabalhadores da amostra, mais de 52,6% nunca trabalharam em outro estado brasileiro, com exceção ao seu estado de origem, com alguns exemplos de migração interna, principalmente entre municípios próximos a Guaíra e Mundo Novo. E cinco trabalhadores nunca chegaram a trabalhar no Brasil, apenas no Paraguai.

Avaliando o perfil dos trabalhadores brasileiros que tiveram experiência apenas no mercado de trabalho paraguaio, correspondem ao sexo feminino, com faixa etária entre 17 e 23 anos. Percebemos que essas jovens foram trabalhar no Paraguai pela facilidade de encontrar um emprego que não exige muita experiência e qualificação e, principalmente por procurarem emprego com faixa etária abaixo dos 18 anos.

Entre os trabalhadores da amostra (38 brasileiros), três afirmaram ter experiência migratória para além mar, como na Itália, Holanda e Japão. Exceto os trabalhadores da amostra, outros dois brasileiros em um diálogo informal em Salto Del Guairá, informaram ter trabalhado na Itália e Portugal.

Analisando sua trajetória pregressa e os motivos que os levaram a deslocarem-se de um lugar para o outro, muitas vezes nos relatos dos trabalhadores de imediato a migração não foi processo decorrente do mercado de trabalho. Corresponde a vínculos familiares ou outros motivos. Posteriormente com o desenvolver da conversa percebemos que a mobilidade dos homens acompanha de perto a dinâmica do mercado de trabalho. Conforme se observa nas falas do trabalhador “P” e “A” respectivamente:

Os motivos que me desloquei de São Paulo a Guaíra não foi pelo trabalho. Mas pesquisei e aqui é uma cidade muito pequena. Não é uma cidade tão grande como já morei em Londrina é bem grande, São Paulo, Japão. Não sou acostumado numa cidade deste tamanho. As oportunidades de trabalho aqui são muito estreitas, ainda mais para minha área de publicitário, o que vou fazer aqui? [...] Eu sou formado, escolhi este caminho porque tava sem trabalho em São Paulo, tava lá no Japão e tava ficando apertado pra mim. E minha namorada era daqui. A mãe dela estava com câncer. E a única forma de trabalhar aqui em Guaíra, um pouco mais lucrativo que o normal e pra você ter um padrão de vida um pouco melhor, é trabalhando no Paraguai. (“P”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

Eu não sou daqui, sou do Mato Grosso do Sul, sou de Iguatemi. Moro lá com minha família, eu trabalhava lá e eu conheci um pessoal daqui de Guaíra que trabalham no Paraguai. E eles me chamaram para trabalhar aqui. Só que eu já tinha um serviço lá, eu trabalhava numa loja de celular, na TIM. E a loja fechou da noite pro dia. Aí me chamaram para vir para cá que tinha emprego pra mim em Salto. [...] Só que eu não dei conta. Aí fui embora para Cascavel e fiquei mais dois anos, morando em Cascavel e estudando. Aí ano passado, eu voltei pra minha cidade, fiquei lá dois meses e voltei para Guaíra em junho. Vim pra cá para trabalhar no Paraguai de novo. (“A”, entrevista realizada no dia 26 de março de 2012).

Nas entrevistas e conversa informal com os trabalhadores de Salto Del Guairá, há aqueles que somam outras experiências migratórias internacionais, como o trabalhador “P”

que tinha um emprego na área de publicidade, em momento de crise foi trabalhar no Japão. Ao retornar para o Brasil, sua formação em publicidade era considerada ultrapassada para o mercado. Hoje, encontra-se trabalhando no comércio em Salto Del Guairá/Paraguai.

A força de trabalho enquanto mercadoria está a serviço do capital, sendo um processo de alienação, o deslocamento funcional ou físico-espacial é determinado pelas leis gerais de acumulação capitalista, mesmo que as decisões sejam dos indivíduos e outros fatores também influenciem na hora da decisão de migrar, como os laços de parentesco e amizades, a cultura, condições climáticas e outros.

Se o migrante é um trabalhador, isto é, um portador de força de trabalho, as motivações para abandonar a sociedade de origem em favor da sociedade de adoção não são meros impulsos. Mas resultam de um tipo de consciência historicamente produzida pela sociedade original.

A experiência vivida pelo trabalhador contribui para a formação do seu próprio ser. Em que ao migrar para outro país depara-se com uma sociedade diferente, quanto à forma de se organizar, a cultura, a língua e as dificuldades encontradas para se inserir nesta sociedade, dentro e fora do trabalho. Quando retorna ao país de origem, é um sujeito transformado, com concepções e visão de mundo diferente.

O país de origem também passa por transformações, ao retornar o emigrante depara-se com um contexto político, econômico e social também diferente da época em que emigrou. Ao retornar o migrante tem o novo desafio de se reinserir na sociedade de origem.

Para Carvalho e Rigotti (*apud* Perpetua 2010, p.135) somente aqueles deslocamentos que implicam a mudança permanente do local de residência dos indivíduos podem ser chamados de movimentos migratórios. Há movimentos populacionais que não implicam tal mudança, como os temporários, sazonais, de populações nômades e os movimentos pendulares.

Por outro lado, em nossa pesquisa mesmo se tratando de um movimento pendular que tem por contexto temporal o cotidiano dos indivíduos, é também um movimento migratório e transfronteiriço. Não há uma ruptura com a sociedade de origem, mas em alguns aspectos se aproxima ao contexto daqueles que migraram para morar e trabalhar distante de sua terra natal.

Conforme Albuquerque (2010, p. 33) o migrante internacional é geralmente um indivíduo que saiu de um determinado país e ingressou em outro, visto que há um predomínio

do Estado nacional na organização política das sociedades contemporâneas. Nas travessias nas diversas alfândegas (terrestres, aeroportos e portos), os documentos básicos que garantem a cidadania no país de origem (cédula de identidade, cadastro da pessoa física, carteira de motorista, carteira de trabalho, título de eleitor etc.) perdem a validade e novos documentos são necessários para que essas pessoas permaneçam legalmente em novo território nacional.

Mesmo que os deslocamentos sejam entre países vizinhos e para uma distância que, a maioria das vezes, não ultrapassa 100 km do limite internacional, esses indivíduos deixam de ser reconhecidos como cidadãos e assumem a identidade ou são classificados oficialmente ou/e pela população nativa do país receptor como estrangeiros. (ALBUQUERQUE, 2010, p.34)

Os brasileiros residentes em Guaíra e Mundo Novo deslocam-se menos de 30 km para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá. Haja vista que esses municípios brasileiros são fronteiriços ao Paraguai, com rodovia asfaltada e ponte que facilita o transporte.

Os brasileiros que trabalham no comércio em Salto Del Guairá, passam por experiências semelhantes ao migrante que deixa o seu país para trabalhar em outro país distante. Mesmo que não haja uma ruptura total com seu local de origem, quanto a sua cultura, seus vínculos e identidade, eles passam pelas mesmas experiências semelhantes. Como exemplos o contato com uma cultura (com língua, costumes e hábitos) diferente, a experiência de ser um trabalhador imigrante, de enfrentar os trâmites burocráticos para regularizar sua situação de estrangeiro, de sofrer pressões por parte dos capitalistas diante de sua condição de imigrante, o risco de ser deportado, dentre outros exemplos.

Albuquerque (2010, p.34) aponta que a fronteira não é apenas a delimitação do território físico. Ela representa o fim e o início de jurisdição estatal, os limites da cidadania e dos símbolos oficiais da pátria. Muitas vezes significa zona de hibridismo cultural entre as línguas nacionais, costumes, comunicação e outros. As fronteiras nacionais são lugares de controle e travessia, lugares de movimento de pessoas que cruzam os limites internacionais.

As fronteiras nacionais estão em movimento, impulsionadas por fluxos migratórios, estratégias geopolíticas, as influências econômicas e culturais e por diversas formas de circulação de mercadorias.

Neste sentido, buscamos compreender a fronteira no processo de mundialização do capital, que hora derruba fronteiras e em outros momentos elas são reerguidas. E que diante tal processo, tanto para a mobilidade da mão de obra e quanto para a mobilidade do capital, as

fronteiras nacionais, por vezes, se tornam obstáculos, que não cessam a mobilidade em si, mas dificultam o reconhecimento legal da atividade laboral, com ônus para os direitos trabalhistas.

E buscamos compreender a fronteira, também para além do limite jurídico do Estado Nacional, mas em relação à expansão capitalista, a fronteira também é o espaço de dinamismo peculiar, de fluxo de pessoas, de encontro entre diferentes culturas. O encontro entre diferentes grupos. O encontro com o outro, que gera conflitos, e também contribui para a formação do novo.

1.2 Fronteira

O conceito de território na Geografia, assim como os demais conceitos-chave como espaço, região, paisagem, lugar e outros, são importantes para melhor analisar e compreender a realidade. Esses conceitos enquanto categorias de análise da Geografia são utilizadas para identificar ou interpretar a realidade socioespacial.

Desde as primeiras formulações, o conceito de fronteira sempre esteve imbricado com o conceito de território. A fronteira entendida a partir da sociedade que se organiza em um Estado para garantir a posse de um território.

A concepção da fronteira como limite jurídico-político do Estado-Nação, ocorre a partir das primeiras formulações sobre o território, que surgem ainda na Geografia Tradicional, com Frederick Ratzel, primeiro autor da Geografia Política. A sua abordagem territorial estão atreladas às estratégias políticas do Estado alemão, com a teoria do “espaço vital”, suas considerações se voltam para as relações internacionais, das fronteiras ou da guerra.

[...] É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de estes dois organismos estarem ligados ao solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana a terra. [...] (RATZEL, *apud* MORAES, 1990, p. 73)

Conforme Souza (1995), o território surge na geografia tradicional como um espaço concreto (com seus atributos naturais e socialmente construídos) e apropriado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo

não pode ser entendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural da sociedade está vinculada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem). O território não seria imutável, pois as fronteiras poderiam ser alteradas pela força bruta e válida como uma condição natural.

As formulações de Ratzel atuam no sentido de legitimar o projeto expansionista da Alemanha no século XIX, seja através de uma naturalização da guerra e da competitividade entre as nações, seja pela apologia do Estado existente em suas obras. A eficácia ideológica de seus escritos residia, exatamente, na aparente neutralidade de seu discurso.

Ratzel defendia que não é possível a existência do Estado sem o território e sem as fronteiras. O Estado teria como papel, proteger o território contra as violações vindas de fora que poderiam reduzi-lo. Quando a sociedade se organiza com o objetivo, sobretudo de manter a posse do território, ou em busca do incremento territorial do qual necessita para sobreviver, então ela se transforma e passa ser vista como um Estado. Ou seja, o Estado não existe sem o território e sem a fronteira. (MORAES, 1990)

Conforme Cataia (2008) Ratzel formula uma tipologia de fronteira que se relaciona com a necessidade de compreender os movimentos que ocorrem em cada parcela ou região do território nacional, assim as fronteiras teriam este princípio de existência. A mais simples de todas as fronteiras seria aquela que não tem contato com outra área política. Hoje é pouco provável uma fronteira sem contato com outro território, com exceções às águas territoriais (na atualidade a exploração do petróleo nas áreas marítimas torna-a uma questão de fronteira).

A tipologia de fronteira em Ratzel é dividida em três tipos. Os tipos principais: naturais, políticas e artificiais. As fronteiras naturais seriam a partir de uma delimitação físico/natural (uma cadeia de montanhas, um rio, e etc.), mesmo que a escolha do elemento natural seja carregada de intencionalidades. A fronteira política, a fronteira entre Estados, levando em consideração também as fronteiras internas. As fronteiras artificiais aquelas demarcadas por um tratado, mesmo que apoiada sobre um marco físico.

Ratzel, a partir do senso empírico buscou construir uma tipologia que tivesse a função de orientar os Estados na construção de seus territórios. Mas já afirmava que toda questão de fronteira, era antes uma questão territorial.

Outro clássico da Geografia Política apresentou proposta das tipologias das fronteiras em 1930, foi Jacques Ancel. A sua proposta apresentada após a Primeira Guerra Mundial, em face à fragmentação dos territórios, contribuiu para sua análise.

Cataia (2008) destaca na obra de Jacques Ancel a discussão sobre a “fronteira de pressão”, que são isóbaras políticas que resultam de um equilíbrio entre linhas de igual pressão (que os diplomatas transformam em fronteiras). Ou seja, linhas permanentes tensão entre dois campos de forças.

Essa tipologia foi criticada por alguns autores devido ao fato de que a lei ou acordos evitam o uso da força. Por outro lado, Cataia (2008) aponta que no início do século XX o mundo possuía por volta de 50 países e na atualidade ultrapassa 200 territórios nacionais, sendo que boa parte deles resultaram de sérios conflitos. Como ainda observamos com a formação do Estado palestino e a invasão israelense.

Outra questão que Cataia (2008) destaca na obra de Jacques Ancel é como trata as fronteiras naturais, chamada por ele por fronteiras físicas. Ancel, baseando-se nas obras de Vidal de La Blache, acreditava que as fronteiras físicas foram criadas para serem superadas pelo desenvolvimento técnico. Com a revolução dos transportes os obstáculos físicos podem ser superados. “De fato, as barreiras físicas foram caindo uma a uma, enquanto outros, políticas, foram sendo erigidas pelos homens.” (CATAIA, 2008, p.15)

Raffestin (1993) compreende que a fronteira é a delimitação entre Estados, essa demarcação permite o exercício de funções legal, de controle fiscal, a linha fronteira adquire diferentes significados segundo as funções das quais foi investida. A função legal delimita uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política.

Compreende-se que o exercício dessas funções ocorre com maior ou menor rigidez conforme os interesses de diferentes atores sociais, em que na luta entre diferentes forças, geralmente os hegemônicos conseguem impor regulações para chegarem a suas objetivações.

Os limites dependendo da função são frouxos ou rígidos e determinam sua área de extensão ou de ação. Os limites são utilizados para manifestar os modos de produção, e quando cristalizados se tornam então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder.

Para Raffestin (1993) os limites, não são inocentes, nem arbitrários e muito menos naturais. Não são inocentes porque são impostos por e a partir das relações de poder, com intencionalidades. Nem arbitrários porque podem surgir novas delimitações, com avanços ou

retrocessos. Muito menos naturais, por mais que seja um limite natural, foi escolhido por relações históricas e sociais, com intencionalidade.

A fronteira para Raffestin (1993) representa a face funcional das relações que a engendra. Ou seja, a face funcional informa a extensão zonal e linear de uma fronteira, mas encobre as condições (a partir de que relações sociais) que uma fronteira toma forma. A fronteira toma forma atendendo o interesse de diferentes grupos, geralmente em concordância com os objetivos das elites, que na maioria das vezes exercem sua hegemonia sobre o território.

Concordamos com Cataia (2010), quando diz que para não ceder ao risco da simples descrição da forma, entendemos que toda questão fronteiriça é antes uma questão territorial – a fronteira nunca pode ser dissociada do território. As fronteiras são o resultado do uso político do território.

Muitos discursos foram feitos sobre o debilitamento e o fim das fronteiras nacionais. Principalmente com o processo de reestruturação do capital a partir da década de 1970 e o anunciado das políticas neoliberais. As medidas políticas e econômicas objetivam o fim das restrições do mercado (com forte aparato de novas tecnologias de comunicação e informação), permitiu grandes empresas e corporações transnacionais a operarem com facilidade no nível transfronteiriços, com respaldo das instituições que regulam e ditam as regras da economia mundial, tais como FMI – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

Com o processo de mundialização do capital, as fronteiras estão cada vez mais complexas, em alguns momentos há o afrouxamento das fronteiras e em outras as fronteiras são reerguidas. Mas isso acontece conforme os interesses conflitantes de diferentes grupos, tanto de fora para dentro (a influência externa dentro de alguns países) e de cima para baixo (os acordos entre as elites internacionais, nacionais e locais).

A sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que nega as barreiras fronteiriças ao aspirar uma mobilidade internacional dos capitais, precisa da institucionalidade dos Estados nacionais. “O capital vê as fronteira de modo diferente do Estado nacional, já que só reconhece fronteiras funcionais a interesses, isto é, fronteiras úteis aos seus propósitos.” (PEDRÃO, 2004, p.222)

Mas as fronteiras não são inertes e nem meros objetos da ação do capital. Conforme Pedrão (2004) há questões mais profundas de territorialidade e identidade relacionadas com a

noção de fronteiras. As fronteiras são limites e são espaços específicos de sequências de acontecimentos que pode dar-se em nenhum outro lugar. Ao desenterrar os conteúdos espaciais do capitalismo, percebe-se que suas referências do poder econômico estão além da estruturação nacional. São os lugares da diferenciação que se recupera para o conjunto nacional.

As fronteiras representam experiências que se acumulam de modo diferenciado, que se tornam parte da estruturação cultural da sociedade. Como percebemos na fronteira entre Brasil e Paraguai, o perfil da mobilidade de trabalhadores de cada um desses países. Por isso, a fronteira é o lugar de intercâmbio e também a linha de conflito.

Os processos externos do capital quebram a territorialidade nacional. Nenhuma unidade nacional é capaz de se definir sem uma equação internacional. Mas os processos nacionais se desenvolvem em contraponto aos processos internacionais.

Os países centrais têm o controle dos fluxos internacionais de capital. Conduzem um processo genuinamente planejado a mobilidade do capital e a mobilidade da força de trabalho. Os trabalhadores e trabalhadores fazem a sua própria história, decidem se querem ou não mudar de um lugar para outro em busca de melhores condições de trabalho e de vida. No entanto, no modo de produção capitalista, a mobilidade da força de trabalho está subordinada ao quadro de opções estabelecido pelo capital. Neste sentido, não é o fim das fronteiras. Na verdade no modo de produção capitalista, as fronteiras são importantes para sua expansão e reprodução, como veremos adiante com a mobilidade cotidiana na fronteira Brasil-Paraguai.

O Paraguai tem uma política que abre suas fronteiras para a importação de mercadorias. Um atrativo para capitalistas que investem a baixos custos, com baixo pagamento de impostos e mão de obra barata. É significativa a participação brasileira tanto nos empreendimentos capitalistas, quanto na mão de obra empregada e o próprio mercado consumidor.

Conforme Harvey (2011) a lógica territorial são as estratégias políticas, diplomáticas, econômicas e militares mobilizadas pelo aparelho de Estado em seu próprio interesse. O primeiro objetivo dessas estratégias é controlar e gerenciar as atividades da população no território e acumular poder e riqueza dentro das fronteiras do Estado. Esse poder e a riqueza podem ser usados internamente para atender os interesses da grande maioria da população ou apenas de alguns grupos privilegiados (para criar um bom clima para os negócios) ou externamente para exercer influência ou poder sobre outros Estados.

Conforme Albuquerque (2010) no Paraguai a falta de um projeto nacional e de um mercado interno articulado na atualidade tem favorecido a ampliação dos interesses dos brasileiros no país e, segundo alguns analistas paraguaios, colocado em risco a própria soberania nacional. O país é triplamente dependente do Brasil: no setor energético, desde a construção da empresa binacional Itaipu; no setor agrícola, tendo cerca de 70% da produção de soja, principal produto de exportação, controlado por agricultores brasileiros ou seus descendentes; no comércio fronteiriço, pois são principalmente os consumidores brasileiros que comprem esses produtos nas cidades de fronteira.

Muitos tributos podem ser extraídos de posses coloniais ou de Estados fracos sobre a esfera de influência de outro Estado dominante. Na ausência disso, quando as condições de acumulação não são favoráveis dentro das fronteiras nacionais, o acesso a recursos, mercados, força de trabalho e capacidade produtiva podem ser garantidas com o deslocamento para outros países.

Os capitalistas estão sempre criando excedentes em forma de lucro e pela concorrência estão sempre forçados a investir parte desse excedente em expansão.

Harvey (2011) pondera que a lógica capitalista, coloca em foco a maneira pela qual o poder do dinheiro flui por dentro do espaço e fronteiras em busca da acumulação sem fim. Mas as motivações dos envolvidos – empresário e políticos – são bastante diferentes e por vezes profundamente contraditórias mesmo quando estão interligadas de forma inextricável. O capitalista que detém o dinheiro deseja colocá-lo em qualquer lugar que os lucros estejam. O capitalista, portanto, necessita de espaços abertos para se mover, e as fronteiras do Estado podem ser obstáculos em alguns momentos.

A circulação do capital também é o movimento espacial. O dinheiro é reunido em um lugar e investido em outro. A força de trabalho também pode se deslocar em função deste novo investimento, como também a utilização de matérias primas oriundas de várias regiões para ser levado a um mercado em outro lugar.

As fronteiras dos Estados Nacionais representam os limites de jurisdição e também os limites da cidadania e os símbolos oficiais da pátria. Mas a fronteira não é só isso. As fronteiras nacionais estão em movimento pelos fluxos migratórios, influências culturais, relações políticas e econômicas.

A fronteira do limite jurídico-político do Estado não se resume em função do capitalismo. As fronteiras são móveis diante de diferentes interesses entre grupos dominantes,

mas também por aqueles que não estão nos centros de decisão, mas que vivem e dinamizam a fronteira, e que podem se organizar (e se organizam) em resistência aos imperativos do capital.

Neste sentido, podemos entender a fronteira como limite jurídico-político, seja entre unidades de federação, entre Estados Nacionais, a fronteira entre cidades. Mas a fronteira é mais do que isso, entendida através das relações sociais, os conflitos territoriais em uma dada espacialidade.

Há aqueles que acreditam que a fronteira é o lugar das novas oportunidades. De conquista da terra, de expansão de novos empreendimentos, em que os fatores locais podem ser potencializados para motivar o desenvolvimento e ampliar a riqueza. Certamente, dependendo do ponto de vista de quem a vê, a fronteira pode ser o espaço de oportunidades.

Entendemos que a fronteira são territórios em conflitos. E conforme Martins (1997) é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si. Lugar de descoberta do outro e desencontro. Na fronteira o Outro é degradado, para desse modo, para viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.

Como observaremos nas políticas de atração da mão de obra brasileira para o Paraguai, sob princípios por vezes racistas e preconceituosos, em que a preferência por mão de obra brasileira muitas vezes é justificada pela suposta indolência dos paraguaios. E a maneira de como o brasileiro hoje vê o paraguaio e os indígenas, o sentimento de superioridade daqueles que estão no poder, e como isso legitimou a exploração, a pobreza e a desigualdade naquele país.

Na fronteira internacional, podemos encontrar outras fronteiras que não seja essencialmente ligada ao limite jurídico-político do Estado. A compreensão apresentada por Martins (1997), que a fronteira pode ser também o espaço próprio de encontro de sociedades e culturas diferentes entre si. É o lugar de busca desenfreada por oportunidades, mas também de genocídio de índios, massacre de camponeses pobres, subjugação dos frágeis e desvalidos. A fronteira é um lugar privilegiado de observação de conhecimento de conflitos e contribui para entender como a sociedade se forma, se organiza e se reproduz.

1.3 Políticas de Desenvolvimento Econômico entre Brasil e Paraguai: O Avanço do Comércio de Reexportação no Paraguai

O desenvolvimento do comércio no Paraguai, na faixa de fronteira com o Brasil compreende-se a partir de fatores históricos e de políticas de Estado. A fronteira é um espaço muito peculiar, com dinamismo próprio que pode ser um estímulo para as políticas governamentais.

Em 1941, no governo Vargas, começou uma aproximação entre Brasil e Paraguai que mudaria as relações da região. Foram feitos uma série de acordos de intercâmbios comerciais, técnicos e culturais. Mas foi durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) que aumentou a aproximação entre esses dois países e se concretizaram os principais projetos de integração física e econômica. Como o acesso paraguaio ao Porto de Santos. Em 1956, acesso ao Porto de Paranaguá. E entre a década de 1950 a 1960 o governo brasileiro e o governo paraguaio investiram em infra-estruturas como a Ponte da Amizade e a BR 277 que liga Foz do Iguaçu a Curitiba, completando o corredor entre o Paraguai com a costa brasileira. (RABOSSO, 2004; ALBUQUERQUE, 2010.)

Conforme Albuquerque (2010) foi num contexto de disputas por maior influência política e econômica na América Latina entre Brasil e Argentina que Alfredo Stroessner busca um caminho para escoar a produção sem ser pelo Porto de Buenos Aires e começa a desenvolver a área próxima da fronteira com o Brasil.

Neste sentido, o Paraguai diminuiria sua dependência em relação à Argentina. Para o Brasil essa relação também era interessante, com o crescimento da indústria nacional, poderia garantir um novo mercado para seus produtos.

O comércio no Paraguai nas cidades fronteiriças começou muito cedo, com medidas favorecendo importações de produtos para a re-exportação. A cidade que começou a se destacar como grande centro de compras no Paraguai foi Ciudad Del Este, devido à entrada de mercadorias pelo Porto Presidente Stroessner e a presença de turistas que ali chegavam pela Ponte da Amizade, atraídos pelo Parque Nacional do Iguaçu.

Conforme Rabossi (2004) desde 1970 uma série de regulamentos de isenção fiscal para o comércio destinado a re-exportação foi se desenvolvendo a partir de uma política chamada de Regime Especial de Turismo. Favorecia a importação de produtos para serem vendidos aos turistas que chegassem a Ciudad Del Este. Posteriormente se espalhou por todas as alfândegas do país, desenvolvendo o comércio ao longo da fronteira paraguaia.

Conforme informações de alguns comerciantes em Salto Del Guairá, o Regime Especial de Turismo é para todo o território nacional. Para os pequenos e médios comerciantes, o Registro Único de Distribuidor isenta impostos das mercadorias vendidas para estrangeiros. As mercadorias vendidas para os residentes nacionais, a contribuição é de 10% sob o preço da mercadoria vendida.

Neste sentido, precisam emitir uma nota fiscal que consta a residência do consumidor. Como segue na figura (I) abaixo:

Figura I – Nota Fiscal do Comércio Paraguuaio sob o Regime Especial de Turismo⁶

CÓDIGO		CANT.	DESCRIPCIONES	PRECIO UNITARIO	EXENTAS	VALOR DE VENTAS	
						5%	10%
8518.22.00		1	202XXXX0013051-GATELLITE Home THEATER AS-678 P-	193861	193,861		
RECIBIDO POR:							
SUBTOTAL:				193,861		0	
TOTAL A PAGAR - GUARANIES						193,861	
CIENTO NOVENTA y Tres Mil Ochocientos Sesenta y Un Con 0/100							
LIQUIDACIÓN DEL IVA:							
5%				0		0	
10%				0		0	
TOTAL IVA				0		0	

TIMBRADO 10008022
 Válido hasta: 31/marzo/2014
 7914
FACTURA
 N° 001-001 0000309
 1-309
 COND. VENTA: CONTADO ☒ CRÉDITO ☐
 RUC: X X X
 Residencia Extranjera
 Vend.: DNV
 NOTA DE REMISIÓN N°:
 M.T. GRAFICA S.A.I.C. - HABILITACION N° 1122 - RUC: 80011678-0 - Matriz: C.D.E., Avda. 11 de Setembro - Hotel Amambay - Sucursal: As. Carandaty 578 - TEL. (021) 220 507
 Original: Comprador - Duplicado: Archivo Tributario
 Triplicado: Contabilidad (no válido por crédito fiscal)

Fonte: Nota Fiscal. Org. Masuzaki, T.I. Trabalho de Campo, janeiro de 2013.

Conforme a figura (I) acima, na nota fiscal emitida pelo comerciante deve conter a residência do consumidor, como observamos no círculo (maior em vermelho), deve constar se o consumidor mora no Paraguai ou é estrangeiro. O círculo (menor em vermelho) abaixo, referente ao imposto a ser repassado. Quando a venda é realizada para turistas o valor total é isento. Os 5% é para outros tipos de serviços, como aluguel ou mesmo venda de combustível, por exemplo. Os 10% em impostos, são repassados ao governo quando as mercadorias são vendidas para os residentes no Paraguai.

Conforme o comerciante “N”, o Regime Especial de Turismo faz uma diferenciação do seu funcionamento em relação os pequenos/médios e grandes empresários.

⁶ O nome e o registro da loja foram resguardados.

Alguns comerciantes relataram que o Regime Especial de Turismo isenta de imposto totalmente algumas mercadorias, como eletrônicos e perfumaria. E outras mercadorias devem ser repassadas uma porcentagem, como roupas e calçados, devem ser repassados 10%, combustível, 5%.

O Regime Especial de Turismo é para incitar a expansão do comércio na fronteira, em que a isenção de impostos é para as mercadorias vendidas aos consumidores estrangeiros, que em sua maioria são brasileiros. As cidades de fronteira facilitam o acesso dos brasileiros ao comércio em relação às cidades do interior do país.

Conforme Moreira (*apud* ARRUDA, 2007) anteriormente a isso, Brasil e Paraguai já faziam acordos visando o intercâmbio comercial na fronteira. Como exemplos, o Convênio de Comércio Fronteiriço (1956) para a isenção de impostos para produtos importados ou exportados de qualquer um desses países. E o Convênio de Turismo e Trânsito que eliminou a necessidade de passaportes para naturais dos dois países para permanecerem no outro por até 60 dias.

Albuquerque (2010) aponta que para entender a intensificação desse tipo de comércio fronteiriço deve compreender as políticas desenvolvimentistas dos outros países do MERCOSUL, especialmente Brasil e Argentina. Esses dois países aumentaram o imposto de importação para proteger a indústria nacional. O Paraguai por outro lado, durante o século XX não desenvolveu uma base industrial e um projeto de desenvolvimento nacional. Esse país teve sua economia essencialmente agrícola até 1980. Depois dessa década o comércio e prestação de serviços ampliaram sua importância, principalmente na região de fronteira. Desde então, tem sido realizados acordos e políticas como redução de impostos, para o incentivo do comércio na fronteira paraguaia.

Muitos brasileiros foram atraídos pelas atividades comerciais na fronteira com Paraguai. Muitos são sacoleiros, comerciantes, camelôs, comerciários. Muitos brasileiros deslocam-se diariamente para trabalhar no outro país e muitos optaram por residir no Paraguai.

O turismo de compra no Paraguai aumentou significativamente a partir da década de 1990 com o Plano Real, que valorizou a moeda brasileira perante o dólar. E os produtos importados para reexportação ficaram ainda mais baratos em relação aqueles praticados no Brasil.

O comércio fronteiriço no Paraguai está voltado mais para os países vizinhos do que para o interior do próprio país. O comércio é mais movimentado pelos “turistas”⁷, que em sua maioria, são brasileiros que compram mercadorias para revender no Brasil.

Carvalho (2008) aponta que os Estados nacionais buscam adequar seus territórios aos propósitos dos capitais investidores, sofrendo interferência de entidades internacionais de gestão do capital que impõe reformas estruturais nas relações políticas e econômicas, ao mesmo tempo em que buscam acirrar a competitividade entre os lugares para atrair capitais investidores.

Neste sentido, Salto del Guairá está no rol de investimentos do capital comercial, em que podemos observar que a região de fronteira internacional torna-se um trunfo estratégico para a expansão capitalista, entre outros fatores, o forte incentivo do Estado paraguaio para o crescimento do setor comercial e a política de turismo de compras no país, o sistema tributário que facilita a venda de mercadorias a preços mais baixos que as praticadas no Brasil, outros incentivos fiscais e as condições de uso e exploração do trabalho que ganha grande relevância.

O comércio no Paraguai na região de fronteira, a maioria dos produtos são importados para a reexportação. Esses produtos são oriundos de várias regiões do globo, mas principalmente dos países asiáticos. Como também há produtos brasileiros que são exportados para o Paraguai, que escapam da carga tributária e retorna ao território brasileiro de forma ilegal.

Uma variedade de mercadorias movimenta o comércio, desde eletrônicos, roupas, bebidas, brinquedos, perfumaria, bugigangas, entre outros. Os donos dos comércios são paraguaios e também estrangeiros como coreanos, chineses, libaneses e brasileiros.

Nas pesquisas de campo em Salto Del Guairá, observamos que muitos dos comerciantes brasileiros vieram de regiões mais distantes do Brasil, como do Espírito Santo, São Paulo e Goiás. Pessoas que tinham algum capital ou com o deslocamento de alguma empresa brasileira para o Paraguai passaram a morar nas cidades de Guaíra e Mundo Novo.

A fronteira é caracterizada por um grande contingente de pessoas que atuam em atividades vinculadas ao comércio. Pessoas que atuam na compra, transporte e revenda de mercadorias, como os camelôs, sacoleiros, laranjas⁸ e comerciários.

⁷ Os compradores o fazem como turistas e assim desejam ser considerados, pois preferem não passar pelo crivo da tributação, mesmo que o valor das mercadorias exceda o de passe livre para turistas.

⁸ Alugam o direito de adentrar a fronteira de outro país com uma cota de mercadorias, quando na verdade a mercadoria pertence a terceiros.

Muitos comerciários brasileiros se deslocam diariamente para trabalhar no comércio paraguaio. Nas pesquisas de campo, observamos que muitos estão na informalidade ou na formalidade, mas à margem de qualquer direito trabalhista e garantia social. Neste sentido, buscamos compreender o conceito de mobilidade territorial do trabalho, em relação ao que estimula o indivíduo a migrar de um lugar a outro em busca de emprego e contextualizar o mercado de trabalho dos municípios de Guaíra e Mundo Novo para entendermos os motivos que levaram os brasileiros a decidirem a trabalhar no comércio em Salto Del Guairá e a sujeitar-se a rotina intensificada de trabalho e a baixa seguridade social.

CAPITULO II

2. A Mobilidade Territorial do Trabalho dos Brasileiros para Salto Del Guairá

O conceito de mobilidade do trabalho trazida por alguns teóricos estão baseadas na mobilidade da força de trabalho de Jean Paul Gaudemar, esta em uma compreensão muito mais ampla do que o simples deslocamento da mão de obra pelo espaço. É entendido a partir da reprodução das relações de produção no espaço, em nossa sociedade organizada sob os princípios capitalistas, o trabalho se torna móvel para o processo de valorização do capital.

Jean Paul Gaudemar (1977) faz uma análise marxista da mobilidade do trabalho e oferece um conceito mais amplo de mobilidade, diferente da concepção da teoria clássica ou neoclássica que se restringe ao mero deslocamento físico-espacial dos trabalhadores, aponta que a mobilidade pode ser setorial, profissional e a própria mobilidade espacial.

A mobilidade setorial e profissional se aproxima muito das novas relações e organizações de trabalho desenvolvidas no modo de produção capitalista, tais como a desregulamentação e a flexibilização do mercado do trabalho, em que o trabalho é flexível, móvel para o capital. Não dispensando esses elementos como condicionantes para compreendermos as relações de trabalho na fronteira. Buscamos entender em nosso trabalho a mobilidade do trabalho no espaço, em que homens e mulheres deslocam-se de um lugar a outro por melhores oportunidades de emprego, visando compreender a mobilidade territorial do trabalho, como em Jean Paul Gaudemar, uma mobilidade forçada.

A mobilidade no espaço consiste em um processo imposto pelo capital, visando sua reprodução e que se manifesta concretamente por meio da produção e do controle dos fluxos migratórios. O processo ocorre à medida que trabalhadores potenciais são atraídos por novas oportunidades de emprego inerentes a condições de sobrevivência. (PERPETUA, 2010, p.144)

Conforme Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho encontra nos neoclássicos tais como Von Thünn, Wever e Lösch seu estatuto conceitual, em que suas formas de existência empírica se inscrevem nesta recusa da diferença, em que o trabalho (não é imperfeito) comporta-se como mercadoria e por isso tem um comportamento imperfeito, como segue:

[...] Do mesmo modo que a mobilidade, o comércio externo só tem existência empírica a partir das disparidades espaciais que o seu exercício tem por objetivo único destruir. Nesta marcha para a homogeneidade do espaço, um e outro esbatem a pouco e pouco as heterogeneidade, que os fizeram nascer. Quando atingem finalmente o estado de não diferença ou, para retomar um conceito caro a Walras, as indiferenças foram até ao fim de si próprios e perdem a sua razão de ser. Compreende-se então por que motivo foi esta consideração das formas empíricas do espaço que permitiu

esta abertura tanto sobre a mobilidade do trabalho como sobre o comércio externo. [...] (GAUDEMAR, 1977, p. 175-176)

Conforme Gaudemar (1977) para os neoclássicos as ações econômicas dos homens sobre o espaço, pautadas nas leis do mercado e pelas premissas da racionalidade e da liberdade soberana dos homens, levariam a uma diferenciação espacial e que em certo momento encontraria um estado de equilíbrio. Os trabalhadores assim buscam encontrar sua inserção no mercado de trabalho, com base na demanda em seu ou em outros lugares ou regiões, de acordo com suas habilidades profissionais. As diferenças espaciais são assim equilibradas pelos fluxos migratórios que colocam ou levam a um dinamismo equilibrado.

Gaudemar (1997, p.177-178) aponta que para neoclássicos a mobilidade do trabalho centrada no valor dos grandes agregados econômicos (produção, consumo, etc.) define o equilíbrio e o crescimento, devendo ser perfeita, ligando o trabalho ao mundo da mercadoria. Paralelamente as concepções do espaço econômico, os axiomas da variedade e da livre concorrência que definem um espaço homogêneo, enquanto as observações empíricas destinadas a fundar uma política econômica revelam sua heterogeneidade.

Esses teóricos eram burgueses, suas formulações empíricas (físico-matemáticas) era uma forma de mascarar as relações de classe. Uma forma de generalizar a mobilidade do trabalho como se fosse perfeita, para que fosse aceita por todas as políticas capitalistas de mobilidade forçada.

Gaudemar (1977, p.191) entende que as diferentes formas do capital usufruir da força de trabalho para o seu processo de valorização correspondem ao processo de tornar móvel o trabalho. A mobilidade da força de trabalho faz parte da gênese do sistema capitalista, no processo de acumulação primitiva em que o trabalhador passa a ser livre para vender sua força de trabalho enquanto mercadoria, tornando-se trabalhador assalariado.

A liberdade do trabalho encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de vender. A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como condição de exercício de sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital. (GAUDEMAR, 1977 p.190)

Percebe-se que a força de trabalho enquanto mercadoria torna-se móvel para a valorização do capital, que neste sistema é utilizada de diversas formas. O trabalhador torna-

se livre para vender sua força de trabalho no mercado, mas encontra dificuldades diante das contrariedades que lhe são impostas por esta procura de emprego. A mobilidade corresponde à utilização da força de trabalho que se desdobra em diferentes formas, sob as exigências do capital.

A mobilidade da força de trabalho entendida através da desapropriação do trabalhador dos seus meios de produção e o torna trabalhador livre, assalariado. Que gera a dependência do trabalhador em relação ao capitalista, a necessidade em vender a força de trabalho para adquirir os meios de sobrevivência.

Martins (2003, p.119) discute o problema das migrações e a exclusão social no limiar do terceiro milênio, e afirma que a exclusão, em si mesma, como fenômeno isolado, é uma ficção. Na sociedade capitalista não pode haver exclusão, mas que ela se baseia nos processos de exclusão para incluir.

O capitalismo precisa incluir todo ser humano como membro da sociedade capitalista, em que todos precisam ser transformados em produtores e consumidores de mercadoria. Tudo tende a se reduzir a mercadoria. “Essa redução de tudo a produtores e consumidores de mercadoria significa que todos, para se integrarem na sociedade capitalista, devem ser transformados em trabalhadores ou, então, em compradores da força de trabalho”. (MARTINS, 2003, p.120-121)

Para Martins (2003) se o trabalhador é reduzido à condição de vendedor de força de trabalho, ele passa a ser em potencial um trabalhador a procura de trabalho, buscando sua reinclusão na sociedade. Em princípio estes podem ser os trabalhadores rurais, camponeses, os expulsos da terra. Mas podem ser também os excluídos da fábrica, os excluídos de seus empregos na cidade. E o problema para o autor não está na exclusão, mas em que tipo de inclusão a sociedade capitalista está propondo aos trabalhadores hoje. Como segue:

O trabalhador entra num processo demorado e patológico de reinclusão, que pode nem mesmo se concretizar, se degrada como pessoa, porque passa a ser um marginalizado, em termos de mercado, um consumidor marginal, que assim mesmo é essencial à reprodução do sistema econômico. (MARTINS 2003, p.124)

Os trabalhadores sofrem com o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do mercado de trabalho. Neste último processo, pode levar as relações de trabalho cada vez mais precárias, mas nem sempre a migração piora a sua situação. Em alguns

casos migrar poderá ter sido a melhor decisão obtida pelo trabalhador, quando melhora as suas condições materiais e subjetivas dentro e fora do trabalho.

Tratando-se dos processos migratórios, Martins (2003, p.126) aponta que a migração na sociedade moderna é normal. O que não é normal é a não migração. E aponta que a palavra migração é mal empregada. A título de exemplo, o sujeito que é obrigado a sair temporariamente para outro lugar em busca de meios de sobrevivência. É a forma mais dramática de migração, a migração temporária. E não aparece nas estatísticas de migração.

A classe trabalhadora está vivenciando transformações brutais no mundo do trabalho, que solapa ou atenua os direitos conquistados durante anos de luta social. O trabalhador tem degradado como ser político, como sujeito da história, porque perde o poder de reivindicação, o poder, por exemplo, de exigir o cumprimento da legislação trabalhista. E essas transformações incidem nos processos migratórios em geral.

A marca destrutiva do processo social redefine e potencia os papéis da migração do trabalho para o capital, em que o componente étnico-racial demarca novas identidades dos segmentos mais excluídos, como os negros, mestiços e mulheres. É a necessidade precípua do capital de estabelecer e cimentar o poder hierárquico e autoritário sobre o trabalho.

Por trás da palavra migração a preocupação de maior importância é com o problema social da migração, que está na reinclusão, na dificuldade de inclusão, na forma precária de inclusão. Por outro lado, quando vemos a migração como um problema social, deve-se considerar que sob o julgamento do migrante, ele decidiu migrar, porque migrar para ele era a melhor alternativa.

Gomes (2009, p.41) aponta que Marx demonstra a capacidade que o capital tem de mover os trabalhadores com o objetivo de construir o trabalho assalariado ou de abastecê-lo onde é necessário. E em Gaudemar, percebe que essa é uma das formas de mobilidade de trabalho, quando para sua reprodução, o capital controla e produz os fluxos migratórios. Trabalhadores potenciais são atraídos por novas oportunidades de emprego, impostas pelas condições inerentes à sobrevivência, precisando vender sua força de trabalho.

Entendemos a mobilidade da força do trabalho a partir de uma relação dialética. Em que as condições materiais do trabalhador na sociedade, as relações que ele se insere são pré-determinantes, mas não determinante em sua decisão para migrar. A mobilidade forçada é compreendida como uma necessidade de sobrevivência do trabalhador, mas não que ele não tenha outra opção, afinal ele pode escolher não migrar. E melhor, pode escolher não migrar e

lutar por melhores condições de sobrevivência em seu local de morada, de forma individual ou através de sindicatos, através dos movimentos sociais, associações e outras formas de participação e organização política.

Na sociedade capitalista, o quadro de opções para o trabalhador migrar corresponde aos interesses de acumulação capitalista e esses quadros mudam constantemente. Porque o capital é móvel. Neste sentido, se em um momento, um determinado lugar oferece melhores condições de emprego e renda. Em outro momento, este lugar pode não ser mais atrativo.

Os lugares que atraem imigrantes para o mercado de trabalho são criados pelas relações sociais, e corresponde ao processo de valorização do capital. O trabalhador é influenciado por condições pré-determinantes na sociedade, mas ele também pode influenciar na sociedade e fazer a sua escolha. O ser humano produz a sua própria história.

Neste contexto, buscamos compreender a mobilidade territorial dos brasileiros para o comércio em Salto Del Guairá-Paraguai, o que motiva esses brasileiros a irem trabalhar no outro lado da fronteira.

Neste sentido abordamos o conceito de território em Raffestin (1993, p. 143-144) como um espaço onde se projetou um trabalho, ou energia e informação, e que ao mesmo tempo revela relações marcadas pelo poder.

Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p.144)

Neste sentido abordamos o conceito de território em Raffestin (1993) como um espaço delimitado por e para as relações de poder, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.

Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. [...] Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se choca com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN 1993,p.153)

Entendemos que o território é formado pelo dinamismo dos processos sociais, em que está circunscrita a luta de classe e os interesses de diferentes atores sociais, que resultará na formação de diferentes territórios, que muitas vezes estarão sobrepostos.

Conforme Gemelli (2009, p.6) o território como todo processo social, é dinâmico e pode ser construído e desconstruído constantemente a cada ato de apropriação, de controle ou de resistência, seja por iniciativa de manutenção da hegemonia do capital, ou ainda por uma proposta de uma nova hegemonia, por iniciativa da classe trabalhadora.

A manutenção da hegemonia do capital sobre o território é uma de suas formas mais eficazes de controle, podendo operar com mais desenvoltura suas estratégias de acumulação. Os capitalistas em Salto Del Guairá contam com a fragilidade da legislação trabalhista e suas formas precárias de fiscalização do trabalho gozando do amplo poder de desrespeitar as leis. Isso ficou evidente quando questionamos aos trabalhadores brasileiros e aos empregadores sobre os direitos dos trabalhadores brasileiros no Paraguai, das quais muitas respostas foram: “Brasileiro não tem direito.” ou ainda “Aqui rege a lei do mais forte.”

Smith (1988, p.193) aponta que o capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. À medida que a paisagem fica sob o domínio do capital, estes padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais. A integração espacial é uma necessidade do trabalho abstrato e a diferenciação de espaços particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital, como um meio de organizar e integrar diferentes processos envolvidos na circulação e na acumulação de capital.

Para Smith (1988, p.208) o mosaico (natural) herdado é destruído, e desenvolve uma nova divisão territorial do trabalho peculiar ao capitalismo. As economias locais e internacionais são integradas nas economias nacionais e internacionais, como parte de uma nova configuração espacial. No modo de produção capitalista, o espaço é produzido de forma desigual e esta desigualdade cumpre função vital, uma vez que encontra funcionalmente combinada.

Entendemos que a mobilidade do capital voltado para o setor comercial na fronteira entre Brasil e Paraguai, ocorre combinadamente com a economia internacional, em que as mercadorias são produzidas em países como China, Taiwan, Índia e outros, para serem comercializadas em várias partes do mundo.

A fronteira entre Brasil e Paraguai é um território estratégico para a expansão e acumulação, em que são levados em conta os investimentos a baixo custo, o sistema tributário paraguaio que permite que as mercadorias possam ser comercializadas por um preço inferior às praticadas no Brasil, a renda dos brasileiros, além do tamanho da população, que os torna grande consumidores no mercado paraguaio e as condições de uso e exploração da força de trabalho, tanto paraguaia quanto brasileira.

A mobilidade do capital no espaço busca vantagens territoriais que correspondam ao processo de acumulação de lucros, o trabalho enquanto valor de troca é um dos elementos estratégicos para a expansão e reprodução do capital, no qual podemos perceber que a organização e as condições de uso do trabalho favorecem a expansão de determinadas atividades no espaço, como a expansão do comércio em Salto Del Guairá.

Para o comerciante, sua mercadoria não tem nenhum valor de uso direto, o que importa para ele é a troca de sua mercadoria por dinheiro. Mas, no processo da troca de mercadorias que ocorre no comércio, a mercadoria tem de comprovar-se como valor de uso.

O valor estudado independente de sua forma, o valor de uso ou bem só terá valor porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Sua grandeza de valor é medida pela quantidade de trabalho, pelo tempo de trabalho, ou seja, o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para os outros, dar origem ao valor-de-uso social. (MARX, 2011, p. 63)

A mercadoria tem seu valor determinado pelo trabalho despendido em sua produção, onde há a exploração da força de trabalho no setor produtivo. Na comercialização a forma de lucrar mais com a revenda de mercadorias está na diminuição dos gastos com tributos e com o custo da mão de obra. O empregador necessita da força de trabalho empregada na comercialização, então busca formas disfarçadas de exploração do trabalho, até o limite imposto pela luta de classes. Evidenciamos em Salto Del Guairá pelas formas flexibilizadas de contratos, do salário, intensa jornada de trabalho, não cumprimento da legislação trabalhista, assédio moral e outros, como detalharemos adiante.

O comércio é onde há a realização da circulação das mercadorias, em que há a relação de compra e vendas de mercadorias, que sai do processo produtivo para chegar ao consumidor. A lógica concorrencial, motiva intensa disputa entre diversos comerciantes, cujo alvo é o consumidor e que leva a uma série de ajustes que estabelecem os preços.

No comércio paraguaio, as mercadorias são praticamente as mesmas em todas as lojas. O capitalista exige do comerciante aptidão para as vendas, tais como ser comunicativo (falar a língua portuguesa torna-se um fator importante), conhecer as mercadorias, disponibilidade em mostrar os produtos da loja. O conhecimento na área de informática e eletrônicos contribui para o desempenho nas vendas. Entre outras características, o trabalhador brasileiro está mais adaptado ao perfil de comerciante exigido pelos capitalistas naquele local. Segundo alegam os empresários, os brasileiros “sabem negociar” o preço das mercadorias e “sabem atender o cliente brasileiro.”

O espaço de produção e reprodução está interligado, um dependendo do outro, em que evidenciamos o trabalho abstrato e a sua expressão territorial explícita diariamente no deslocamento dos trabalhadores brasileiros na fronteira. A mobilidade é compreendida como a capacidade do capital se expandir e controlar a classe trabalhadora, no sentido de mantê-la subordinada aos seus imperativos de reprodução, ou seja, de como o capital de acordo com suas necessidades, mobiliza o trabalhador.

Em relação ao deslocamento da mão de obra brasileira para o comércio em Salto Del Guairá levantam-se alguns questionamentos, tais como: Quais são os motivos que levam o deslocamento de brasileiros para o outro lado da fronteira para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá? Por que os brasileiros sujeitam-se as duras rotinas de trabalho em Salto Del Guairá, sendo penalizados ainda pela duração e pelo custo de deslocamento casa-trabalho? E por que muitas empresas dão preferência aos trabalhadores não residentes nos municípios onde estão instaladas, recorrendo até mesmo à mão de obra estrangeira?

Nos subitens a seguir, buscamos compreender o contexto do mercado de trabalho de Guaíra e Mundo Novo com a finalidade de entender os motivos que levam o deslocamento de trabalhadores brasileiros para o outro lado da fronteira, analisando a sua trajetória pregressa e seu perfil. E analisar sob a dinâmica territorial do capital, a expansão do trabalho no comércio em Salto Del Guairá.

1.3 Elementos que Motivam os Brasileiros a Trabalhar em Salto Del Guairá

O deslocamento do migrante é decorrente das exigências econômicas da circulação dos fatores de produção, inclusive a da força de trabalho que vai constituir exército de reserva nos pólos de atração.

No sistema capitalista há a apropriação desigual da riqueza, a ampliação da pobreza e da desigualdade social torna-se estratégica para o capital exercer sua hegemonia sobre o território. Abordamos o conceito de mobilidade territorial do trabalho, já que o conceito de território está atrelado às relações de poder, ao conflito de classes.

Neste sentido, com o objetivo de compreender os motivos que levam o deslocamento de brasileiros para o outro lado da fronteira, para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá é importante a análise do contexto do mercado de trabalho em Guaíra e Mundo Novo, municípios onde residem esses brasileiros.

Guaíra e Mundo Novo estão localizados em uma região de incipiente industrialização, em que a agricultura se destaca na economia desses municípios com o predomínio de pequenas e médias propriedades rurais. A grande maioria da população estava concentrada no campo até a década de 1970. Com a modernização da agricultura após essa década e com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu iniciada em 1973, correspondeu à estratégia do governo de oferecer infra-estrutura para o desenvolvimento do Paraná, afetando consideravelmente a vida e a economia das famílias no campo, provocando o êxodo rural.

O processo de modernização e mecanização da agricultura forçou a mobilidade territorial do trabalho, a migração de muitas famílias do campo para a cidade. Principalmente com a construção da Hidrelétrica de Itaipu que inundou inúmeras propriedades rurais, provocando a expropriação e seu desenraizamento. Obrigados a compor a área urbana, sofreram alterações no modo de vida. Aumentando consideravelmente os problemas sociais, como o desemprego.

Atualmente a população de Guaíra e Mundo Novo possuem respectivamente 30.704 e 17.043 habitantes. (IBGE, censo 2010). A população do campo corresponde a pouco mais de 8% em Guaíra e em Mundo Novo aproximadamente 10,3%. A crise desses pequenos produtores provoca migrações ou mesmo a busca de melhores oportunidades de emprego, principalmente dos jovens na cidade.

Conforme as tabelas (II) e (III) abaixo, houve uma redução expressiva da população residente na área rural em Guaíra e Mundo Novo. Em 1970 em Guaíra a população era de 32.875 habitantes, desses 65,74% residiam na área rural. Em 1980, a população urbana teve um aumento de 74% e a população rural teve uma redução de aproximadamente 55,71%. Neste ano, a população total reduz de 32.875 para 29.170. A migração da população rural para a cidade ou para fora do município é intensificada a partir da construção da Usina Hidrelétrica

de Itaipu, em que muitos agricultores tiveram suas terras inundadas pelas águas do Rio Paraná. Mas esse processo também coincide com o movimento geral que há no Brasil, sobretudo em decorrência da modernização da agricultura.

A partir de 1991 a 2010 a população total do município de Guaíra oscila, aumenta no ano de 1991, para sofrer uma pequena redução em 2000 e aumentar novamente em 2010. Neste período a população do campo diminui consideravelmente. Em contrapartida houve o aumento da população da cidade. Esse processo se deu principalmente devido a mecanização da agricultura.

Tabela II – População Residente em Guaíra (1970-2010)

GUAÍRA	1970	1980	1991	2000	2010
Urbano	11.261	19.599	22.790	24.878	28.206
Rural	21.614	9.571	7.210	3.781	2.498
Total	32.875	29.170	30.000	28.659	30.704

Fonte: SIDRA, Senso Demográfico, 1970-2010.

Tabela III – População Residente em Mundo Novo (1980-2010)

MUNDO NOVO	1970	1980	1991	2000	2010
Urbano	-	16.186	15.737	13.612	15.271
Rural	-	14.970	6.680	2.057	1.772
Total	-	31.156	22.417	15.669	17.043

Fonte: SIDRA, Senso Demográfico, 1980-2010.

Em Mundo Novo, não há dados da população no ano de 1970. Em 1980 a população total do município era de 31.156 habitantes, 48% da população residiam na área rural. De 1980 para 2000 a população sofre uma redução de quase 50%. A zona rural e a zona urbana apresentam redução no número da população neste período, principalmente a população da área rural que sofre uma diminuição de 86,25%.

Conforme Silva, Tondo e Lima (2009) a colonização do Município de Mundo Novo surgiu com o projeto do governo militar, voltado para a ocupação das áreas de fronteira. Sua colonização teve como características pequenas propriedades de terra e uma economia predominantemente agrícola. Com a modernização da agricultura, houve o aumento do contingente de desempregados, que ao contrário do que aconteceu no município de Guaíra, grande parte da população que correspondia a 31.165 habitantes se deslocou da cidade em

direção a outras localidades em que a agricultura se expandia, como o Paraguai e outros estados brasileiros como: Mato Grosso, Acre, Rondônia e Amazonas.

Em 2010, a população de Mundo Novo teve um pequeno aumento, mas a população rural continuou diminuindo a partir de 1980.

Conforme Marx (2011), a expropriação da base fundiária forma a base do processo de acumulação primitiva. A separação do trabalhador dos meios de produção, com a diminuição da população do campo e com a crescente concentração fundiária, sustenta a reprodução crescente do exército industrial de reserva e da existência de um contingente de trabalhadores disponíveis ao emprego no capitalismo.

A modernização agrícola forçou o deslocamento de muitos trabalhadores do campo para a cidade, em que muitos acabam se inserindo de forma muito precária. Esse esvaziamento do campo acaba provocando sérios problemas como o aumento do excedente da mão de obra, a inserção precarizada no mercado de trabalho, baixos salários, desemprego e outros.

O desemprego e as condições precárias de trabalho nos municípios de Guaíra e Mundo Novo força muitos trabalhadores a se deslocarem para trabalhar em outros municípios vizinhos e no Paraguai.

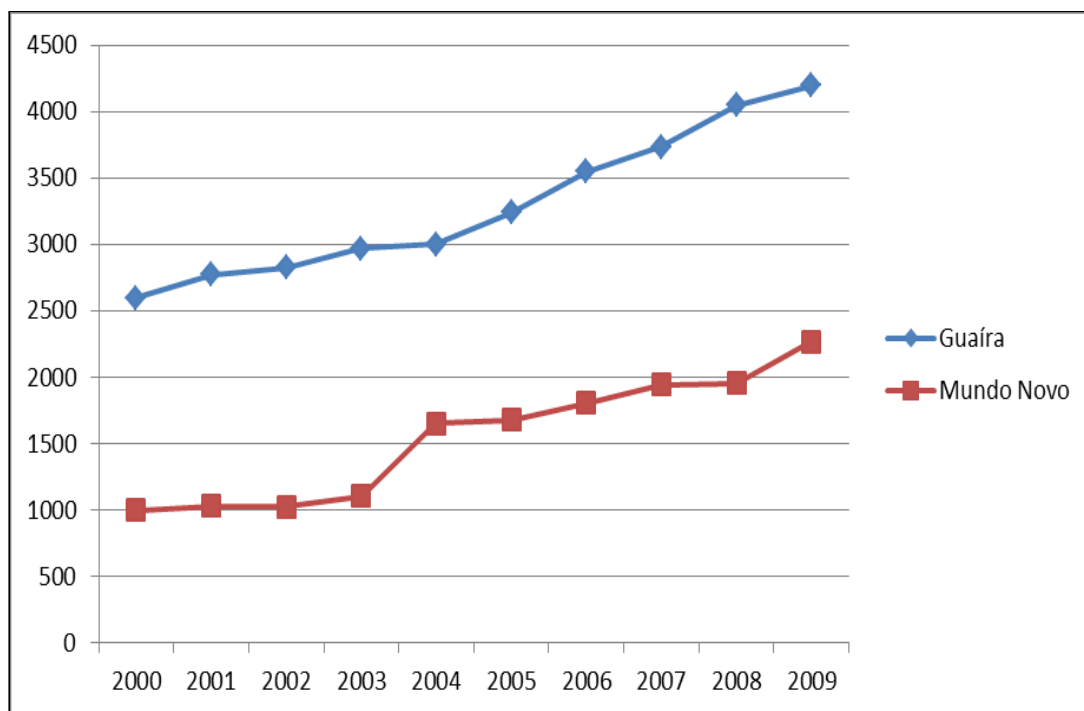
A introdução da mecanização na agricultura que diminuiu o número de empregos na área rural. Conforme os relatos de alguns moradores de Guaíra e Mundo Novo são comuns a presença de trabalhadores que moram na cidade e trabalham no campo. Trabalhadores informais que exercem inúmeras tarefas/atividades temporárias e parciais na cidade, principalmente no mercado de trabalho informal, e devido à flexibilidade dessas atividades e a uma nova experiência de desemprego, assumem algum tipo de trabalho sazonal no campo, logo depois retornam trabalhar na cidade. A mobilidade territorial (campo-cidade) da força de trabalho demonstra que as atividades informais se destacam na geração de empregos nestes municípios, tanto no campo como na cidade.

Em Guaíra, a PEA- População Economicamente Ativa é de 16.027 pessoas e em Mundo Novo de 8.646 no ano de 2010. Em Guaíra o número de empregos formais do ano de 2000 para o ano de 2010 subiu de 2600 empregos para 5.210 e em Mundo Novo esse número subiu de 1000 para 2343 empregos (CAGED/ TEM-RAIS; 2000 e IBGE, censo 2010).

Em Mundo Novo, como pode ser observado no gráfico (I) abaixo, entre os anos de 2000 e 2003 o número de empregos permaneceram os mesmos, com um salto expressivo do

ano de 2003 para 2004 e subiu gradualmente entre os anos de 2004 a 2008, com outro aumento significativo de 2008 para 2009.

**GRÁFICO I – Crescimento do Emprego Formal em Guaíra e Mundo Novo
(2000-2009)**



Fonte: CAGED/MTE-RAIS, 2000-2009. Org. Masuzaki, Teresa I. 2012.

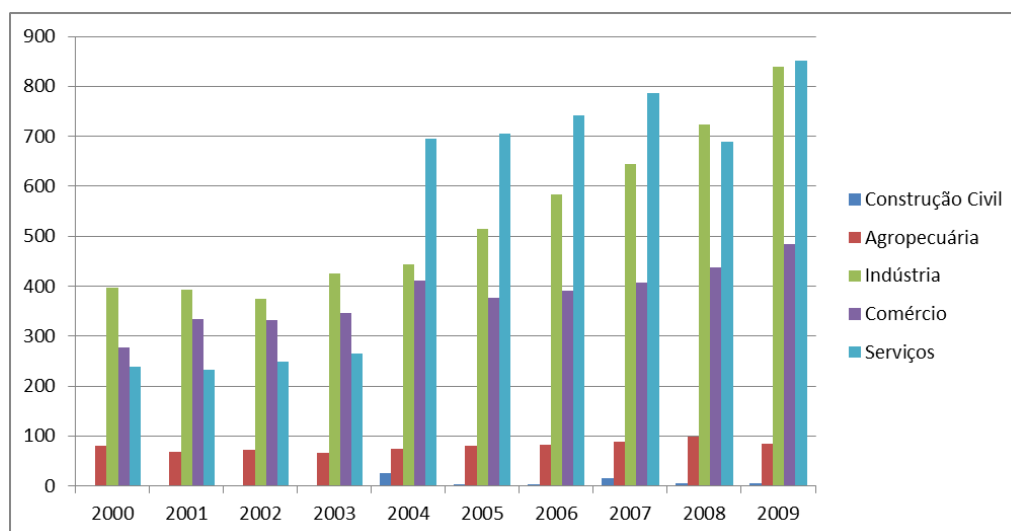
Em Guaíra o número de empregos teve um aumento gradual, mas expressivo entre os anos de 2000 e 2004. E teve um aumento contínuo e expressivo entre os anos de 2004 e 2009.

Conforme o gráfico (II) abaixo, em Mundo Novo o setor de serviços e a indústria são os principais responsáveis pela geração de empregos no Município, seguidos pelo comércio no ano de 2010. Entre os anos de 2000 a 2004 os setores que mais se destacavam na geração de empregos formais eram respectivamente a indústria, o comércio e o setor de serviços. Do ano de 2004 para 2009 houve um grande salto, que colocou o setor de serviços como o principal responsável na geração de empregos. Com um pequeno decréscimo no ano de 2008, para retomar em 2009.

A partir de 2004, conforme o gráfico (II) houve uma inversão dos setores na importância de geração de empregos. Destacando-se respectivamente o setor de serviços e a indústria, seguidos do comércio.

O menor número de empregos formais em Mundo Novo encontra-se na agropecuária e na construção civil.

GRÁFICO II – Empregos Formais em Mundo Novo (2000-2009)

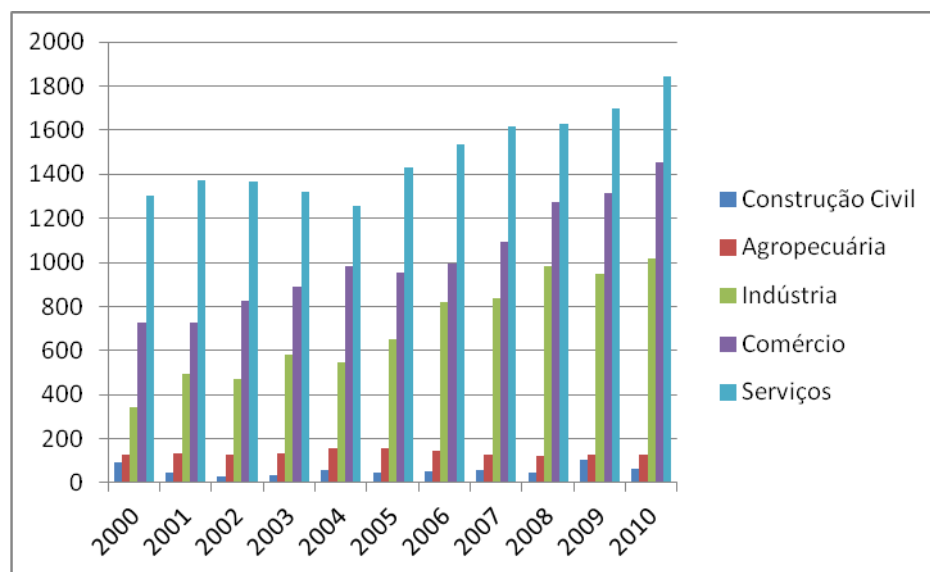


Fonte: CAGED/MTE-RAIS, 2000-2009. Org. Masuzaki, Teresa I. 2012.

Em Guaíra, conforme o gráfico (III) abaixo, houve aumento significativo do ano de 2000 a 2009 no número de empregos. Destacando-se o setor de serviços, o comércio e a indústria respectivamente.

No gráfico (III), observa-se que em Guaíra entre os anos de 2000 a 2004 houve uma redução no número de empregos formais na construção civil. A agropecuária manteve o seu número de empregos. A indústria apresentou uma pequena redução no ano de 2002 e 2004, mas com um aumento significativo de empregos em relação ao ano de 2000. O comércio cresceu gradualmente sem apresentar quedas. O setor de serviços apresentou uma pequena queda em 2004, mas é o setor mais expressivo em número de empregos.

GRÁFICO III – Empregos Formais em Guaíra (2000-2010)



Fonte: CAGED/MTE-RAIS, 2000-2009. Org. Masuzaki, Teresa I. 2012.

Observa-se no gráfico (III), o maior salto no número de empregos em Guaíra acontece entre os anos de 2004 a 2009. Especialmente no setor de serviços, no comércio e na indústria. Os números de empregos formais na agropecuária e na construção civil são menos expressivos.

É importante ressaltar que embora haja um aumento do número de empregos formais, nestes setores também há a presença de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, atuando na informalidade e que não são computados na RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

Conforme os gráficos (II) e (III), o número de empregos na agropecuária e principalmente na construção civil é inexpressivo em ambos os municípios. Contudo, não podemos esquecer que o RAIS não alcança o número de trabalhadores informais. Como a maioria dos trabalhadores do campo que não possuem registro em carteira e na construção civil em que a maioria dos trabalhadores é autônoma e contratam outros trabalhadores sob vínculos de emprego informal.

Nestes municípios, observa-se o aumento da construção civil, em que o maior número de empregos não é alcançado pelo RAIS, porque neste setor predomina o trabalho autônomo. Como exemplo o município de Guaíra, os dados do IBGE (2010) apontam que existem 1310 trabalhadores na construção civil, e apenas 64 trabalhadores estão computados pela RAIS. Os trabalhadores acabam dando preferência ao trabalho informal, sem carteira de trabalho

assinada, pelo fato da remuneração ser maior e poder continuar contribuindo para a previdência como autônomo.

Na informalidade, o trabalhador abre mão de muitos direitos e garantias sociais asseguradas por lei, tais como FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, 13º salário, férias remuneradas, seguro desemprego, direito ao adicional periculosidade ou insalubridade, dentre outros.

Não conseguimos os dados da RAIS do município de Mundo Novo do ano de 2010. Mas em Guaíra, podemos observar que, apenas 28,11% da PEA foram contabilizados pela RAIS. Embora o número de desemprego seja de apenas 5%. No município de Mundo Novo, o número de empregos formais corresponde a apenas 27% da PEA. (IBGE, 2010)

Além dos trabalhadores desempregados nos municípios de Guaíra e Mundo Novo, existe a presença de muitos homens e mulheres nas atividades informais como uma alternativa de renda.

O grande índice de trabalhadores ligados ao setor informal está associado também à gênese desses municípios em que as condições de trabalho sempre foram precárias e com as características típicas das novas regiões buscadas pela expansão capitalista: a baixa tradição de organização e luta coletiva entre os trabalhadores.

O dinamismo do mercado de trabalho brasileiro apresenta grandes disparidades regionais, o que nos permite identificar as razões para a subutilização da força de trabalho completamente distintas entre vários estados brasileiros. A reestruturação produtiva do capital chega a esses novos espaços de forma muito diferente dos centros mais dinâmicos da economia brasileira, em que presenciamos maior incremento de novas tecnologias, novas formas organizacionais do trabalho, informatização, a reorganização da produção, desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, dentre outros exemplos.

Essas transformações no mundo do trabalho tende a fragmentar e fragilizar a classe trabalhadora, dificultando o reconhecimento e solidariedade da classe. Como o aumento das terceirizações em que os trabalhadores passam a pertencer a sindicatos menos combativos e o crescente trabalho informal, que inibe a ação coletiva e a resistência do trabalhador frente à exploração capitalista.

O avanço das políticas neoliberais visa criar uma atmosfera cada vez mais favorável para a expansão capitalista. A desregulamentação do mercado de trabalho e a sua

flexibilização, aumentou o desemprego em massa, a informalidade e a crescente precarização nas relações de trabalho.

A reestruturação produtiva se expressa também através da mobilidade territorial do capital, na busca desenfreada por regiões “novas”, onde a classe trabalhadora não passou pelas mesmas experiências de lutas e conquistas trabalhistas das áreas centralizadas. Buscando lugares onde a mão de obra é barata, com baixa tradição sindical e baixas oportunidades de emprego. “A relação entre o desemprego e a fragilização das relações de trabalho se manifestam de formas diversas, de acordo com a distribuição espacial das empresas e as condições da luta de classes”. (MENELEU NETO, 1996,p.91).

Neste sentido, é interessante para os capitalistas o investimento do comércio em Salto del Guairá, já que apresenta fragilidade no cumprimento da legislação trabalhista e a inexistência de um sindicato para os trabalhadores do comércio ou qualquer outra forma de organização coletiva. E o aproveitamento da mão de obra brasileira, que também não apresenta muita experiência de organização e luta coletiva frente aos imperativos do capital.

Os municípios de Guairá e Mundo Novo estão localizados numa região de fronteira em que a economia é fortemente agrícola. Conforme o agronegócio avança, aumentando a concentração de terras. Consequentemente, o êxodo rural aumenta o exército de reserva da mão de obra nas cidades.

Faz parte da gênese desses municípios o predomínio do trabalho informal. Conforme as cidades crescem, há o aumento do trabalho assalariado e formalizado. Por outro lado, no contexto da reestruturação produtiva do capital, surgem novas formas de relações de trabalho, como o trabalho informal de novo tipo, consequência da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho.

Analisando a taxa de informalidade restrita de Guairá e Mundo Novo (conforme a tabela IV), que corresponde ao cálculo do número de empregos da ocupação da categoria de emprego do trabalho principal em relação aos empregados sem carteira assinada. A taxa de informalidade restrita em Guairá é de 50,2% no ano de 2000 e 38,6% no ano de 2010. Em Mundo Novo a taxa de informalidade restrita nos anos de 2000 e 2010 é de 46,4% e 41,3%, respectivamente.

A taxa de informalidade ampla, que inclui não apenas os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, mas também os trabalhadores por conta própria, não remunerados e que trabalham para o próprio consumo em relação ao total de trabalhadores ocupados. Em Guairá

no ano de 2000 e 2010 a taxa de informalidade ampla caiu de 64% para 59,8% e em Mundo Novo a taxa de informalidade ampla caiu de 69,1% para 56,9%.

TABELA IV – Taxa de Informalidade Restrita (%)		
	2000	2010
Guaíra	50,2	38,6
Mundo Novo	46,4	41,3
Paraná	34,7	23,5
Mato Grosso do Sul	40,7	29,0

Fonte: IBGE, censo 2000; 2010.

TABELA V – Taxa de Informalidade Ampla (%)		
	2000	2010
Guaíra	64,0	59,8
Mundo Novo	69,1	56,9
Paraná	54,0	45,4
Mato Grosso do Sul	56,0	47,0

Fonte: IBGE, censo 2000; 2010.

Houve uma redução da taxa da informalidade ampla e da informalidade restrita em ambos os municípios do ano de 2000 para 2010. Mas ainda estão acima de suas médias estaduais. No Paraná a taxa de informalidade restrita é de 23,5%, em Guaíra é de 38,6%. No Mato Grosso do Sul, a taxa de informalidade restrita é de 29%, enquanto que em Mundo Novo é de 41,3%.

Se a média de trabalhadores atuando na informalidade nesses municípios são maiores que suas médias estaduais, significa que há muitas desigualdades regionais e locais, em que alguns municípios oferecem menor estrutura de emprego para a população.

E uma de suas conseqüências é como esses municípios estão inseridos na divisão territorial do trabalho. Como da região em estudo, que predomina a produção agrícola voltada para exportação de *commodities*, em que a crise de muitos produtores ocasionou o deslocamento, principalmente de jovens para a cidade. Esses municípios geralmente não apresentam uma boa estrutura de emprego, as principais ofertas de emprego formal encontram-se no comércio, no setor de serviços e na indústria pouco desenvolvida.

A informalidade também é um fator importante, que não pode ser entendida separadamente da questão do desemprego. As formas precárias de trabalho, como o trabalho

informal (por conta própria, contrato temporário, trabalho em tempo parcial, sem vínculo empregatício formal, etc.) surgem como estratégias de sobrevivência.

Conforme mostra a tabela, o número de trabalhadores que declaram estarem empregados sem carteira de trabalho assinada é de 38,6% em Guaíra e 41,3% em Mundo Novo. Esse número aumenta consideravelmente quando é contabilizado não apenas os trabalhadores empregados sem carteira de trabalho assinada, mas também aqueles que atuam por conta-própria, os não remunerados e para o próprio consumo. A taxa de informalidade ampla ultrapassa 55% em ambos os municípios.

O número de desempregados em Guaíra é de 5% em relação a PEA e em Mundo Novo de 9%. Observamos que o desemprego não é o principal fator que força o deslocamento de brasileiros para trabalhar no comércio paraguaio, pois é baixo o número de trabalhadores desempregados.

Os dados apontam também um crescimento favorável no emprego formal e a redução do vínculo de emprego informal em ambos os municípios. Contudo, observamos que embora houvesse o crescimento do emprego formalizado, este corresponde apenas 28,11% da PEA de Guaíra e 27% PEA de Mundo Novo. E a taxa de informalidade ampla e restrita, continua alta, acima das médias estaduais.

Isso significa que o desemprego não é o principal fator que impulsiona o deslocamento da mão de obra brasileira para o comércio no Paraguai, mas sim a precarização do mercado de trabalho. Os trabalhadores atraídos pela remuneração mais alta do outro lado da fronteira, sujeitando-se a flexibilidade do mercado de trabalho paraguaio, é um fator que aponta que a precarização atinge não apenas os trabalhadores informais, mas também aqueles inseridos no mercado de trabalho formal. Evidenciamos o desrespeito aos direitos trabalhistas, baixos salários, jornada de trabalho extenuante, doenças ocupacionais, assédio moral, contratos precários, dentre vários outros exemplos.

O número de desemprego nos municípios é baixo. Mas a pesquisa realizada pelo IBGE não especifica aquele trabalhador que buscou alternativa rápida para sair do desemprego. Aqueles que acabam fazendo um bico para obter uma renda no final do mês. Como é comum na região, o trabalhador que assume uma atividade temporária no período entre safras, seja no campo ou nas cooperativas agrícolas. E na cidade não é diferente. Em vários setores da economia, formas precárias de contrato são realizadas conforme a demanda de mercado.

Essa é uma característica do novo e precário mundo do trabalho. Em que os trabalhadores não têm mais a mesma seguridade no emprego. Hoje eles estão trabalhando, amanhã podem estar compondo novamente a fila dos desempregados, destituídos de muitos direitos trabalhistas. A tendência é que as relações de trabalho que antes eram consideradas ilegais, hoje, passam a ser legalizadas. Precarizando ainda mais a vida da classe trabalhadora.

No mercado de trabalho informal, as relações são ainda mais precárias. O trabalhador é totalmente destituído de seus direitos trabalhistas, garantias e seguridade social. É ainda mais fragilizado diante da lógica perversa do mercado.

Quando questionado aos trabalhadores porque decidiram trabalhar no comércio paraguaio, a maioria (84%) respondeu que foram atraídos pela remuneração mais significativa. Apenas 16% das respostas apontaram a falta de oportunidades no Brasil e o desemprego.

Neste contexto, entendemos que embora os números apontem que houve a redução do trabalho informal e o aumento do trabalho formal. Como também o número de desempregados é muito baixo. Isso não quer dizer que o mercado de trabalho não seja precário. Muito pelo contrário, o capital tem buscado novas iniciativas para fragmentar e fragilizar a classe trabalhadora, tendo em vista a maior extração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

No Brasil houve a redução do trabalho informal e o aumento de empregos formais. No entanto, não significa que reduziram as relações precárias de trabalho. Continuam as relações de trabalho análogas à escravidão, desrespeito aos direitos mínimos trabalhistas, doenças ocupacionais e dilapidação das conquistas históricas da classe trabalhadora no Brasil. A título de exemplo, formas regressivas de contratação/pagamento, disseminadas por meio da informalização e as reformas que estamos presenciando no sistema previdenciário. E mais recentemente, a tentativa de implantar o ACE – Acordo Coletivo Especial, apresentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com o aval da Federação das indústrias do Estado de São Paulo. A proposta é que o negociado prevaleça sobre o legislado, ou seja, as negociações individuais, empresa por empresa, passam a valer mais que o previsto em lei.

Neste sentido, enfatizamos que o aumento de empregos formais é um ponto positivo para os trabalhadores. Por outro lado, não significa que melhoram as condições de trabalho. Com a crise que o capital está enfrentando nestes últimos anos, que é um aprofundamento da

crise iniciada da década de 1970, tende a precarizar ainda mais as relações de trabalho como uma solução para recuperar os padrões aceitáveis de acumulação.

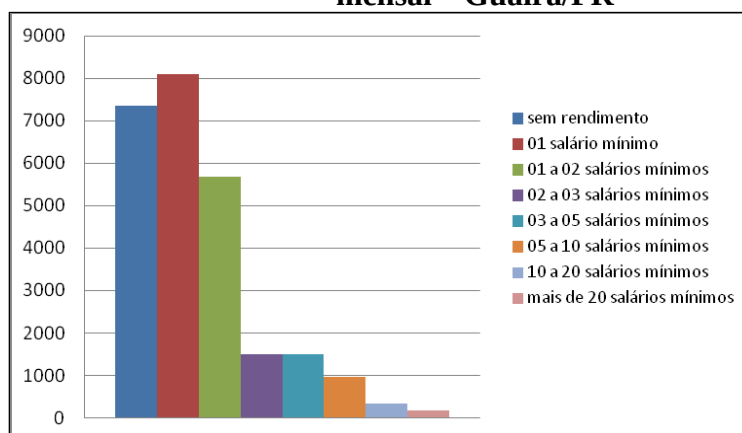
Conforme nos aponta Gonçalves (2002), as mudanças estruturais vão além do próprio espaço da produção, chegando às esferas políticas e econômicas do Estado, que ao se redirecionarem com maior ou menor presteza, estarão contribuindo para um rearranjo amplo na esfera da organização da sociedade para produção, pois, a flexibilização do processo produtivo contemplará também a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores, seja pela sua anulação ou pelo seu relaxamento, permitindo assim uma maior agilidade para os empregadores no momento do contrato ou da dispensa, além de um menor gasto dos encargos trabalhistas.

Com o processo de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, as formas precárias de trabalho que sempre se fizeram presentes no Brasil tornaram-se ainda mais intensas. Com o solapamento de muitos direitos trabalhistas e a legalização de relações de trabalho antes consideradas ilegais.

Em Guaíra e Mundo Novo percebe-se que há um aumento do trabalho formal, por outro lado, observamos no trabalho de campo, que os empregos oferecidos continuam sendo muito precários legitimados pelo discurso da falta de qualificação profissional. O discurso empresarial prega a necessidade de que a qualificação seja buscada/paga pelos próprios trabalhadores em cursos diversos (escolas particulares) ou oferecidos pelo Estado, através de políticas públicas.

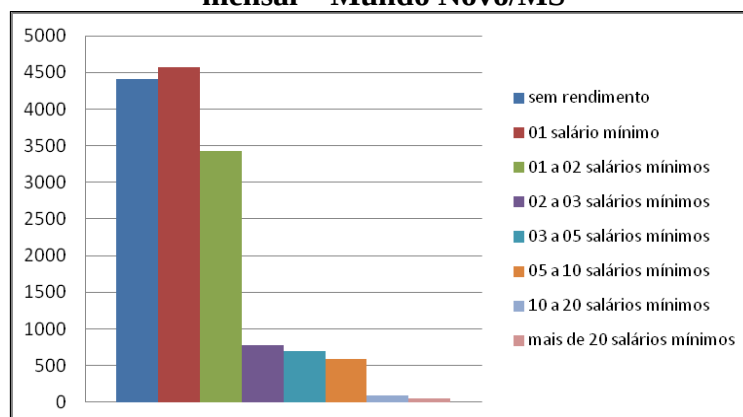
Um dos fatores que evidenciam a precarização no trabalho é a renda nominal mensal dos indivíduos acima de 10 anos nos municípios em estudo, mesmo que no atual momento as relações capitalistas de produção estão mais destrutivas, e a precarização atinge também os trabalhadores mais qualificados e bem remunerados. Os gráficos (IV) e (V), demonstram a desigualdade de renda em ambos os municípios.

Gráfico IV – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classe de rendimento nominal mensal – Guaíra/PR



Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010.

Gráfico V – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classe de rendimento nominal mensal – Mundo Novo/MS



Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010.

Os gráficos (IV) e (V) mostram que o maior número de pessoas com 10 anos ou mais de idade recebe até um salário mínimo, em segundo lugar estão os que não possuem rendimento. Na terceira colocação estão as pessoas com 10 anos ou mais de idade que recebem de um a dois salários mínimos. A participação do número de trabalhadores diminui consideravelmente quando a renda passa de três salários mínimos.

No Brasil o trabalho também é precário, e os salários geralmente são mais baixos que a remuneração do comércio paraguaio. Percebemos que em Guaíra e Mundo Novo, o emprego formal teve um crescimento expressivo. Por outro lado, mesmo no mercado de trabalho formal, os trabalhadores enfrentam condições de precariedade semelhantes às aquelas que se encontram na informalidade. Condições como o desrespeito à legislação trabalhista, intensas

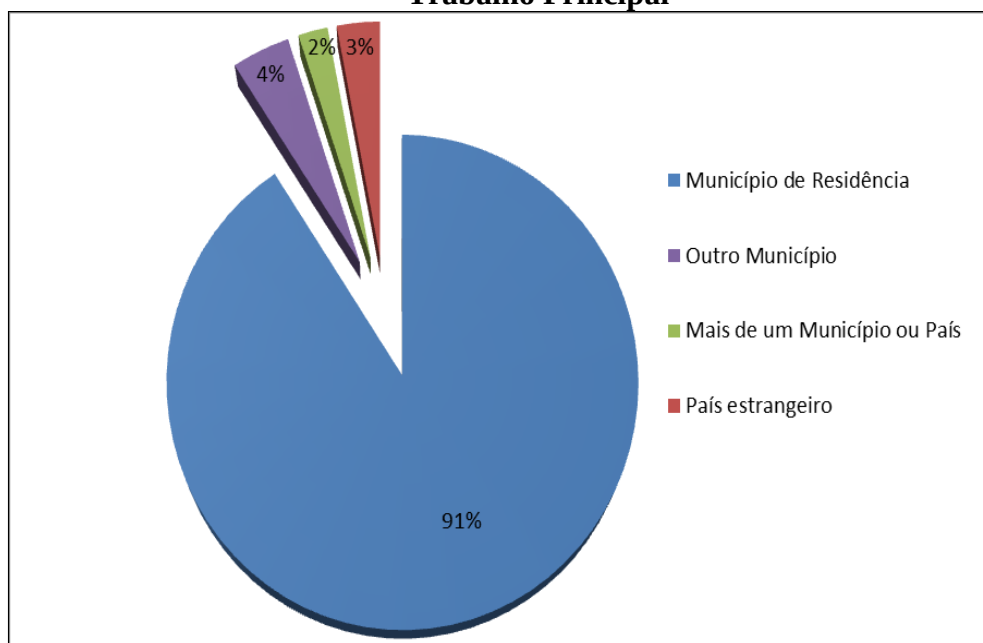
jornadas de trabalho, trabalho extenuante e repetitivo, doenças ocupacionais, baixos salários, entre outros.

Existem trabalhadores bem remunerados, que fazem acordos com o patronato, mesmo que esses acordos firam direitos garantidos por lei. Há a prática do capitalista de comprar as férias do trabalhador, flexibilizar as jornadas de trabalho, pagar salário maior do que está registrado na carteira, não pagar as horas extras, entre outros exemplos. A priori, os trabalhadores acreditam que há vantagens nesses acordos, principalmente por causa da remuneração, mas sujeitam-se a maior exploração do trabalho. Isso reduz os custos do patronato com encargos trabalhistas, garantindo-lhe maior lucratividade.

Vale salientar que nas entrevistas muitos trabalhadores relataram que em seus primeiros meses de trabalho no Paraguai, quando ainda estavam em período de experiência, recebiam muito pouco. Em alguns casos, menos de um salário mínimo paraguaio.

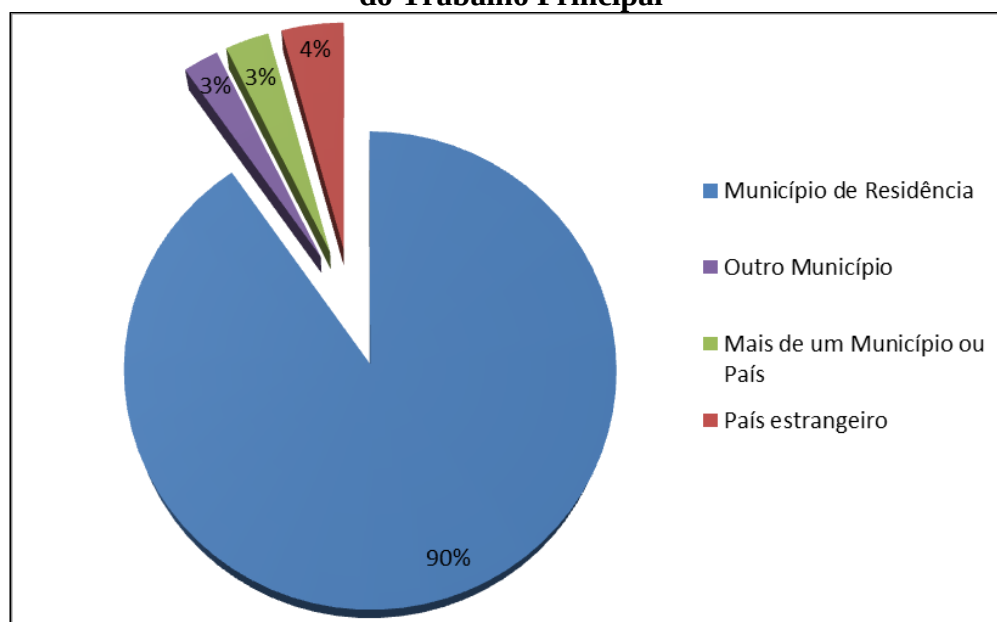
Evidencia-se o trabalho abstrato e sua expressão territorial diariamente no deslocamento dos trabalhadores brasileiros para Salto Del Guairá e para municípios vizinhos do lado brasileiro, conforme mostram os gráficos (VI) e (VII).

Gráfico VI – Guaíra: População Economicamente Ocupada e Local de Exercício do Trabalho Principal



Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010

Gráfico VII – Mundo Novo – População Economicamente Ocupada e Local de Exercício do Trabalho Principal



Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010.

Conforme o gráfico (VI), da PEA - ocupada de Guaíra, 91% encontra-se trabalhando no município e 9% trabalhando fora do município. Em outro município trabalham 4%, em mais de um município ou país trabalham 2% e em país estrangeiro 3% da população ocupada.

Em Mundo Novo, conforme o gráfico (VII), da PEA – ocupada, 90% da população trabalha no município de residência. Pessoas que se deslocam para outros municípios ou país estrangeiro para trabalhar somam 10% da população ocupada. Esses se dividem em aqueles que trabalham em outro município (3%), mais de um município ou país (3%) e aqueles que trabalham em país estrangeiro (4%).

Diante das condições precárias de emprego e renda dos municípios de Guaíra e Mundo Novo, muitos trabalhadores são forçados a deslocarem-se em busca de emprego ou melhores condições de trabalho. O Paraguai é o país aonde se destinam as pessoas residentes nos dois municípios estudados que trabalham fora do Brasil, já que é o único país contíguo com Mundo Novo e Guaíra.

A pesquisa de Gemelli (2009) buscou evidenciar os contornos e conflitos implícitos na relação capital/trabalho, expressos na territorialização da atividade industrial no Oeste Paranaense, verticalizando sua análise no Município de Marechal Cândido Rondon e nos tentáculos de expansão do frigorífico de aves Copagril, materializados na construção territorial para além dos limites municipais, empregando, à época da pesquisa 49

trabalhadores provenientes de Guaíra e 26 trabalhadores de Mundo Novo, evidenciando o caráter destes em municípios como fornecedores de mão de obra.

Conforme Gemelli (2009) os trabalhadores deslocam-se diariamente de outros municípios para o trabalho rotineiro, repetitivo e extenuante no chão de fábrica do frigorífico de aves Copagril. O deslocamento de trabalhadores de Guaíra e Mundo Novo para o frigorífico de aves Copagril é uma das evidências das condições precárias de emprego e renda nos municípios em estudo.

O salário é muito baixo, efetuam-se descontos exorbitantes, o trabalhador é visto como descartável, apenas uma ferramenta do processo produtivo enquanto atende à funcionalidade do capital. Isso foi evidenciado a partir do alto índice de acidentes e doenças do trabalho, que tornam o ser humano impossibilitado para o trabalho.

Os trabalhadores de Guaíra e Mundo Novo obrigam-se ao deslocamento para além das fronteiras de seus municípios em busca de emprego para adquirir os meios necessários a sua sobrevivência.

A grande maioria dos trabalhadores entrevistados afirmou que decidiu trabalhar no comércio em Salto Del Guairá devido à remuneração lá ser mais significativa do que receberiam no mercado de trabalho brasileiro e à necessidade de adquirir os meios necessários para a própria sobrevivência e da família. Como nota-se no depoimento do trabalhador “A”:

Eu não teria comprado meu carro tão rápido se estivesse trabalhando no Brasil. Eu não conseguiria manter minha casa se trabalhasse só no Brasil. [...] Se eu viesse para cá, para trabalhar aqui em Guaíra, não conseguiria manter uma casa, comprar um carro. Não que foi assim, foram dez meses. Mas dez meses no Brasil eu nunca ia conseguir comprar um carro. Não ia conseguir de jeito nenhum. [...] Porque se você está aí, tentando guardar um dinheiro, juntar um dinheiro para comprar o que você quer, ali é o lugar mais rápido. (“A”, entrevista realizada no dia 26 de março de 2012).

Os comerciários de Salto Del Guairá relataram nas entrevistas suas condições de trabalho: jornada de trabalho extenuante inclusive aos sábados, domingos e feriados brasileiros, a flexibilidade dos salários (comissão), extrema necessidade de vender, o que leva à intensificação do trabalho, os brasileiros irregulares trabalham sob o constante medo da deportação, os regulares não têm clareza sobre seus vínculos empregatícios, entre outros exemplos.

Nas entrevistas todos os brasileiros comerciários mostraram-se insatisfeitos em relação às condições de trabalho em Salto Del Guairá, principalmente pela rotina intensificada de trabalho e por estar à margem de qualquer garantia e seguridade social.

Muitos brasileiros não moravam na fronteira, vieram inclusive de regiões mais distantes do Brasil, principalmente de São Paulo, em busca de emprego e melhor salário. Outros com algum capital para investir no Paraguai, além daqueles que vêm acompanhados de empresas filiais brasileiras ou de Ciudad Del Este.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a deslocarem-se para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá, responderam que o fizeram principalmente diante da necessidade de sobrevivência da família, oportunidade de emprego e a remuneração mais alta. Os mais jovens afirmam que é mais fácil para conseguir um emprego no Brasil.

Neste subitem, buscamos contextualizar o mercado de trabalho em Guaíra e Mundo Novo para compreendermos os motivos que levam os brasileiros a se deslocarem diariamente para trabalhar no comércio na fronteira paraguaia. E percebemos que são motivados principalmente pela remuneração mais significativa frente às oportunidades precárias de emprego e renda do lado brasileiro.

No modo de produção capitalista toda mobilidade da força de trabalho trata-se de uma mobilidade forçada. Isso não significa que o trabalhador não tenha suas próprias escolhas, entre decidir migrar ou decidir não migrar. Todo local de atração da mão de obra, corresponde também aos interesses de expansão e acumulação do capital.

Migrar pode ser a melhor decisão do trabalhador. Haja vista que pode melhorar suas condições de trabalho e de vida. Mas o perfil da mão de obra deve corresponder às exigências capitalistas. Isso quer dizer que, para os fluxos migratórios ocorrerem, deve ser interessante também para o capital. Do contrário, não acontece.

Neste sentido, buscamos estudar a mobilidade territorial do trabalho dos brasileiros para o Paraguai como elemento estratégico para a expansão comercial em Salto del Guairá e entender em que aspecto a mão de obra brasileira corresponde mais ao perfil exigido por capitalistas no comércio na fronteira paraguaia. Por que o deslocamento dessa força de trabalho é interessante para o capital? São essas indagações que buscamos discutir nos subitem a seguir.

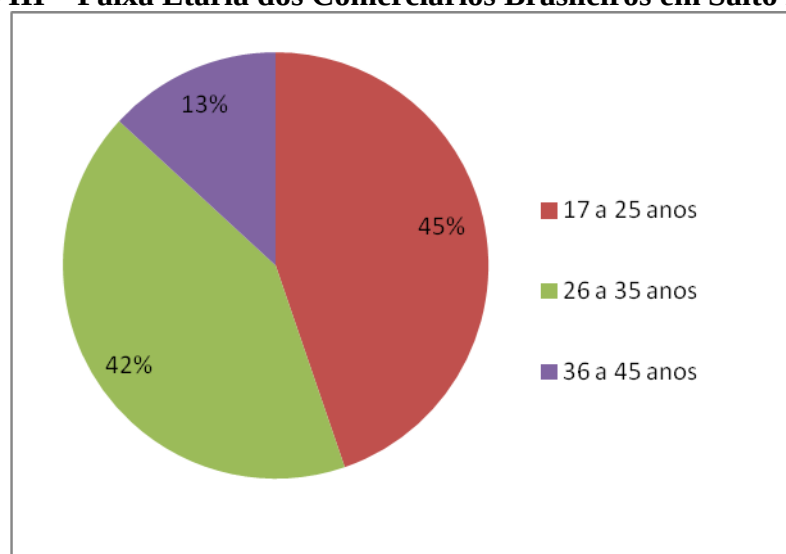
2.2 Perfil da mão de obra brasileira que se desloca para trabalhar no Paraguai

Algumas considerações são necessárias para descrever o perfil da mão de obra brasileira que se desloca na fronteira para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá. Foram aplicados 38 questionários de forma aleatória, nos shoppings e no comércio de rua, nos dias 20 e 21 de agosto de 2012, aos trabalhadores brasileiros nas lojas em Salto Del Guairá. Da amostra, 20 questionários referem-se a trabalhadores provenientes de Guaíra e 18 provenientes de Mundo Novo.

Nos shoppings foram aplicados 30 questionários e no comércio de rua foram aplicados apenas oito questionários, pois o maior número de brasileiros que trabalham no comércio em Salto Del Guairá concentra-se nos shoppings.

Conforme os dados levantados, a grande maioria dos trabalhadores da amostra tem faixa etária entre 17 e 35 anos. Conforme o gráfico (VIII) abaixo:

Gráfico VIII – Faixa Etária dos Comerciantes Brasileiros em Salto Del Guairá



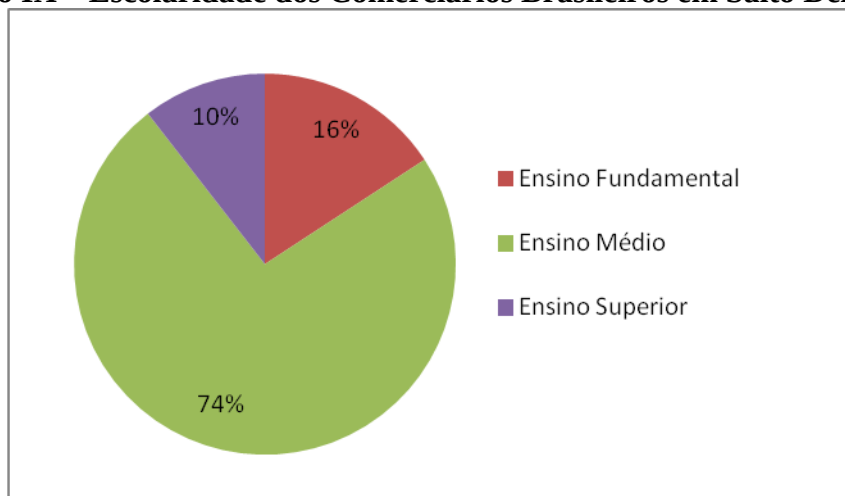
Fonte: Masuzaki, T.I. Trabalho de Campo, agosto de 2012

Na amostra nenhum comerciante brasileiro tinha faixa etária abaixo de 17 anos e acima de 45 anos. Dos 45% que estão na faixa entre 17 e 25 anos, 47 % não ultrapassa 21 anos de idade. Nota-se que a mão de obra brasileira que se desloca para Salto Del Guairá tem um número considerável de trabalhadores jovens que recém atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho formal.

Ao contrário acontece com os trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, a participação desses trabalhadores, que têm de 36 a 45 anos de idade, decai consideravelmente, correspondendo a apenas 13% da amostra. Nenhum dos trabalhadores da amostra possui idade acima de 45 anos no período da pesquisa.

Outro fator importante a ser analisado é o nível de escolaridade. Conforme podemos analisar no gráfico (IX) abaixo:

Gráfico IX – Escolaridade dos Comerciantes Brasileiros em Salto Del Guairá



Fonte: Masuzaki, T.I. Trabalho de Campo, agosto de 2012

Conforme o gráfico (IX), 16% da mão de obra brasileira tem apenas o Ensino Fundamental completo. E 74% completou o Ensino Médio. Apenas 10% da amostra atingiram o ensino superior.

Analisando a faixa etária e o nível de escolaridade, a maioria dos brasileiros que trabalham no comércio em Salto Del Guairá recém terminou o Ensino Médio e ingressou no mercado de trabalho. Conforme Antunes (2009), essa é uma tendência do novo e precário mundo do trabalho. Há uma enorme exclusão de jovens e “velhos” (no sentido dado pelo capital destrutivo). Uma realidade que não acontece apenas no Brasil ou nos países europeus, mas em todo o mundo. Os jovens são aqueles que terminaram seus estudos, médios e superiores, e não têm inserção no mercado formal de trabalho. E os trabalhadores acima de 40 anos, considerados “velhos” pelo capital, uma vez desempregados não voltam mais para o mercado de trabalho. A única garantia é o desemprego ou vão realizar trabalhos informais, trabalhos parciais, temporários, etc.

Outros elementos como faixa etária, nível de escolaridade e contexto no mercado de trabalho dos locais de origem desses trabalhadores, contribuem na expressão desta mobilidade territorial do trabalho na fronteira. Diante da dificuldade de encontrar um emprego com melhor remuneração no Brasil deslocam-se para trabalhar no Paraguai.

Conforme o relato de três trabalhadoras, a idade, falta de experiência e qualificação dificultam a entrada nos postos de emprego mais cobiçados pelos trabalhadores em Guaíra e Mundo Novo.

Conforme afirmam as trabalhadoras de 17 anos de idade, “M” e “G” respectivamente:

“Decidi trabalhar no Paraguai porque é mais fácil de encontrar emprego pela idade. Eu tenho 17 anos e lá (no Brasil) eles não aceitam.” (“M”, entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2012)

“É que eu tenho 17 anos. Em Mundo Novo é difícil de encontrar emprego com essa idade. Sou menor, exigem experiência e lá não tem muito emprego. Decidi trabalhar aqui nesta loja pela facilidade mesmo.” (“G”, entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2012)

Percebe-se que outros trabalhadores, com mais tempo de trabalho no Paraguai, também decidiram sair do Brasil para trabalhar do outro lado da fronteira, quando jovens, recém ingressas no mercado de trabalho. Conforme o trabalhador “X”, de 26 anos, que trabalha no comércio em Salto Del Guairá há mais de sete anos:

“Quando vim trabalhar no Paraguai eu ganhava muito pouco. Mas vim trabalhar por falta de oportunidade no Brasil. Aqui era mais fácil de conseguir emprego. É mais fácil. Agora eu continuo trabalhando no Paraguai porque o salário é melhor.” (“X”, entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2012)

Observamos o tempo de trabalho que cada brasileiro tinha no Paraguai e a sua faixa etária, buscando na amostra, saber quantos trabalhadores passaram pelas mesmas experiências de ir trabalhar no Paraguai quando recém haviam terminado o Ensino Médio e ingressado no mercado de trabalho.

O resultado é que 44,73% dos brasileiros da amostra começaram a trabalhar no Paraguai assim que terminaram o Ensino Médio. Desses 44,73%, 47% ingressaram no mercado de trabalho paraguaio com menos de 18 anos de idade.

O mercado de trabalho é seletivo. No comércio em Salto Del Guairá há a preferência por brasileiros ou brasileiras jovens, e a exclusão daqueles com mais de 45 anos. A tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho formal e que acabam engrossando as fileiras dos desempregados e dos trabalhadores em situação precária. Muitos brasileiros, diante da dificuldade de conseguir um emprego com melhores salários em Guaíra ou Mundo Novo, acabam se deslocando para o Paraguai atraídos pela facilidade de encontrar um emprego com remuneração mais significativa.

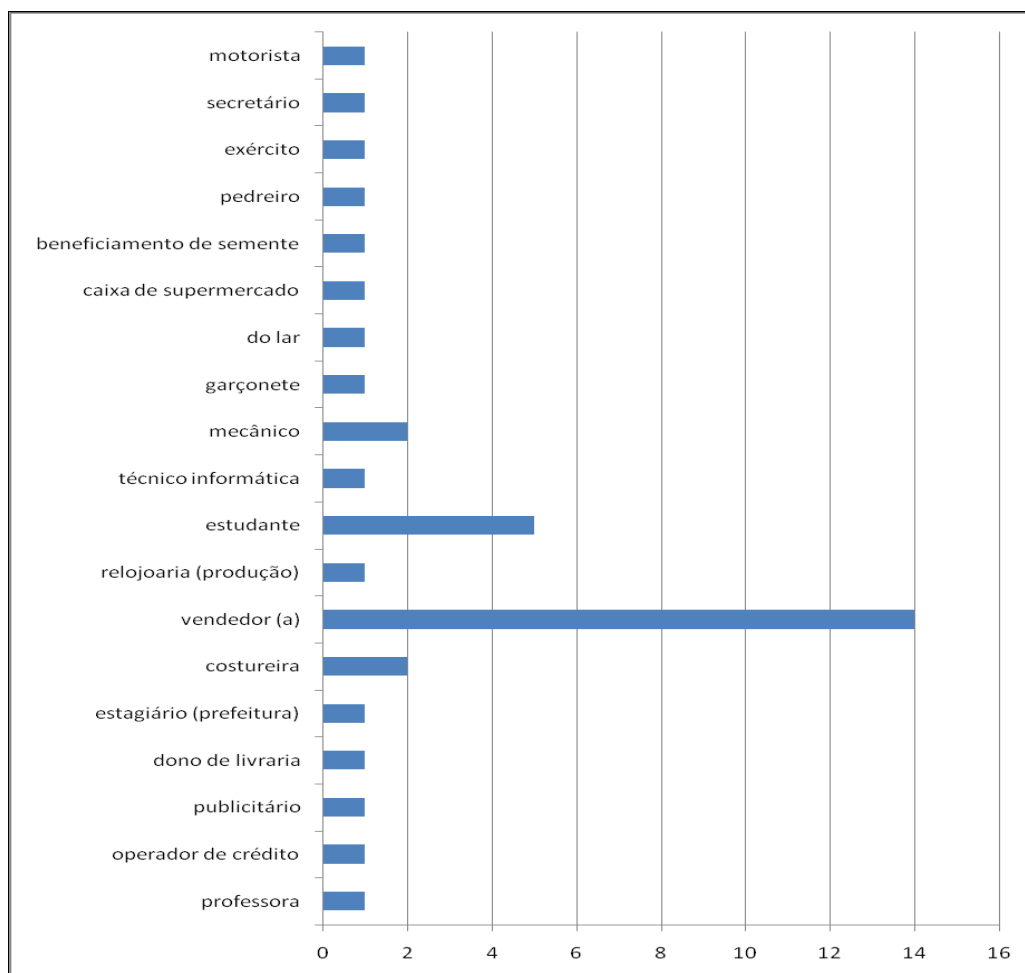
Como observamos acima, muitos brasileiros procuram o comércio paraguaio como uma alternativa de emprego. Muitas vezes, o trabalho no comércio em Salto Del Guairá passa a ser a experiência do primeiro emprego, muitas vezes o único. Eles permanecem trabalhando no Paraguai porque não encontram melhores alternativas no Brasil.

Em seu país de origem esses comerciários não seriam suficientemente qualificados para encontrar um emprego com níveis salariais maiores do que a remuneração que recebem no Paraguai. Isso não quer dizer que a qualificação seja uma saída para o fim do trabalho precário, pois ele é intrínseco ao modo de produção capitalista que sobrevive da extração da mais-valia absoluta e relativa. Ainda que todos trabalhadores fossem qualificados, não haveria lugar para todos no mercado de trabalho.

Analisando o perfil da mão de obra, surgem questionamentos sobre as vagas de emprego que possivelmente estariam ocupando no Brasil se optassem por não migrar. Para isso, buscamos levantar a trajetória pregressa desses trabalhadores.

No gráfico (X) abaixo, temos a ocupação dos brasileiros antes de trabalharem no Paraguai.

Gráfico X – Trajetória Pregressa de Emprego dos Comerciários Brasileiros



Fonte: MASUZAKI,T.I. Trabalho de Campo, 2012.

O mercado de trabalho é seletivo. O perfil da força de trabalho imposta pelos capitalistas é levado em consideração no processo de seleção da mão de obra.

O perfil de mão de obra com baixa escolaridade, os mais pobres, de idade avançada, os expulsos ou desapropriados do campo sem experiência de trabalho na cidade, mulheres, crianças, de etnia negra, indígenas, são os que mais sofrem no mercado de trabalho precário. Geralmente os trabalhadores menos escolarizados acabam assumindo as atividades mais degradantes. A título de exemplos, citam-se os bóias frias, catadores de materiais recicláveis, pedreiros, empregadas domésticas, babás, trabalhadores da linha de fábrica, entre outros.

O comércio e o setor de serviços, por exemplo, exigem um pouco mais do perfil da mão de obra. Com nível de escolaridade maior (no mínimo saber ler, escrever e calcular), ter boa aparência, entre outros elementos. Os trabalhadores mais remunerados são aqueles que venceram a competitividade com os colegas de trabalho em busca das funções mais

cobiçadas. Os trabalhadores que melhor se adequaram aos interesses da empresa, se qualificando, são considerados mais hábeis e criativos para o capital.

As vagas de emprego com melhor remuneração e melhores condições de trabalho geralmente são ocupadas por trabalhadores com maior escolaridade e nível de qualificação.

Conforme o perfil geral da mão de obra brasileira que se desloca para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá e sua trajetória pregressa, esses trabalhadores possivelmente estariam empregados no comércio, no setor de serviços e na indústria no lado brasileiro. A mão de obra excedente encontra dificuldades para vencer a concorrência frente às limitadas vagas de emprego que oferecem melhores salários em seu país de origem.

A mão de obra preferida pelos empregadores do comércio é principalmente jovem, entre 17 e 35 anos, que não precisam de tanta qualificação na hora da contratação. Mas a rotatividade de trabalhadores no comércio se expressa como estratégia disfarçada que o capital encontra para selecionar a mão de obra mais qualificada. Sob o ponto de vista do capital, a mão de obra brasileira é a mais qualificada para trabalhar no comércio de fronteira no Paraguai.

O brasileiro, por fazer parte da mesma cultura do público consumidor, está mais familiarizado com a ideia do consumo e com as mercadorias vendidas no comércio (como *notem books*, *tablets*, celulares e outros meios informacionais) corresponde melhor ao perfil desejado pelos comerciantes.

Quanto à escolaridade, os dados da amostra apontam que 74% dos trabalhadores têm apenas o Ensino Médio. Contudo, 37% dos trabalhadores afirmaram ter algum tipo de formação que contribui para o desempenho no trabalho, como técnico em informática, formação em vendas e relações humanas, comunicação, publicidade ou marketing. A empresa não exige nenhum tipo de formação na hora de contratar a mão de obra. Apenas “saber vender”, conforme costumam dizer os trabalhadores.

Os empregadores selecionam a mão de obra que apresenta melhor desempenho nas vendas, acabam dando preferência aos brasileiros que, em decorrência da maior escolaridade/aperfeiçoamento técnico, ou por fazer parte da mesma cultura do público consumidor, são mais qualificados que os trabalhadores nacionais sob o ponto de vista do capital.

A maioria dos empregadores afirmou não exigir tanta qualificação, mas é possível que a maior escolarização e o maior acesso aos meios técnico informacionais contribua para o

desempenho dos trabalhadores na hora de vender as mercadorias. Principalmente o conhecimento em informática. Da amostra, 26% dos trabalhadores afirmaram terem feito algum tipo de curso técnico em informática.

Os empregadores que contratam mão de obra brasileira em sua maioria são brasileiros. Dos 38 trabalhadores, 58% afirmaram que o patrão é brasileiro, 37% divididos entre empregadores árabes, libaneses ou turcos e apenas 5% afirmaram que o patrão é paraguaio.

Conforme Arruda (2007), grande parte dos imigrantes considerados do segmento árabe é de origem libanesa. Mas dentro desse segmento existem diferenciações que incluem a região de origem do Líbano, bem como representantes de outros países, como a Palestina. De qualquer forma, para a população paraguaia e brasileira são conhecidos como “árabes” e muito frequentemente como “turcos”⁹. Nas entrevistas houve dificuldade de identificar a nacionalidade de cada empregador, porque muitas vezes o entrevistado ficava na dúvida.

O recrutamento da mão de obra brasileira geralmente é realizado principalmente por vínculos de parentesco ou amizade. Como os empregadores brasileiros geralmente residem em Guaíra e Mundo Novo, acabam convidando pessoas para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá. Em muitos exemplos o patrão é o tio ou a tia, ou que faz indicações para o empregador. Apenas 10,52% dos trabalhadores da amostra alegaram ter procurado emprego sem indicações diretamente em Salto Del Guairá.

Em alguns casos o fato do patrão morar na mesma cidade (Guaíra ou Mundo Novo) que seu funcionário possibilita o emprego da mão de obra por menores custos. Muitos trabalhadores se deslocam de sua cidade de morada até Salto Del Guairá por meio de carona do patrão. O trabalhador não tem custo com deslocamento, o que interfere na decisão em trabalhar em outro país. Dessa forma, o capitalista reduz o preço da força de trabalho, garantindo maior lucratividade no final do mês.

Gomes (2009, p.37) ressalta que o capitalismo não quer apenas produzir a mão de obra assalariada, mas também garantir sua acumulação de capital, através da lei da oferta e procura que provoca oscilação salarial, confinada dentro dos limites convenientes de exploração capitalista e finalmente uma condição de dependência do trabalhador para com o capitalista.

⁹ Conforme Truzzi (1991, *apud* ARRUDA, 2007) termo “turco” se deu com a imigração maciça dos povos do Oriente Médio, pelo fato de grande parte deles ter chegado com passaporte turco, em uma época em que os territórios que hoje pertencem à Síria e ao Líbano estavam sob domínio da Turquia.

A capacidade que o capital tem de deslocar um perfil de trabalhador desejado pelo mercado e sob as condições desejadas é a expressão que utiliza para controlar a força de trabalho, a oferta e procura. Como observamos a fragilização da legislação trabalhista paraguaia, a falta de fiscalização no local trabalho, o império da corrupção, a ausência de um sindicato dos trabalhadores e a utilização da mão de obra estrangeira permitem ao capital maior extração de mais-valia.

Conforme Gomes (2009, p.35) o processo de controle social do trabalho pelo capital se expande mundialmente. Há a interdependência de mercados engendrados pelas redes de comercialização, permite o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e a produção de novas condições de funcionamento para as atividades econômicas. Sistemas em rede permitem que a fabricação de mercadorias intensifique-se de forma mais eficiente e produtiva, não importando na maioria das vezes, o aspecto geográfico, ou seja, onde é produzido e onde ele é consumido.

A expansão do comércio em Salto Del Guairá se insere no processo de aprofundamento da divisão internacional do trabalho. As formas específicas do uso e exploração da força de trabalho são fatores importantes para o deslocamento das empresas capitalistas no espaço.

No próximo item buscamos entender, sob o ponto de vista do capital, a mobilidade territorial dos brasileiros para o comércio em Salto Del Guairá, tendo como elemento principal o aspecto cultural na locação da mão de obra.

2.3 A Utilização da Mão de Obra Brasileira sob o Ponto de Vista do Capital

Em nossa pesquisa de campo, não percebemos diferença de custo entre a mão de obra brasileira e a paraguaia. Alguns empregadores afirmam que não há. Outros afirmam que a mão de obra brasileira é mais cara porque não se submete a salários tão baixos quanto os paraguaios, já que tem todo um custo social e financeiro o deslocamento que fazem diariamente.

Em Salto Del Guairá há muitos paraguaios (de diversas faixas etárias) atuando na informalidade, no trabalho não pago no comércio da família, vendedores ambulantes, camelôs e etc. Grande parte do excedente da mão de obra é proveniente de deslocamento da população rural para as cidades.

Salto Del Guairá em 1992 tinha uma população de 15.809 habitantes. A população decresceu significativamente entre 1992 e 2002, cerca de 3,4% ao ano, atingindo um patamar de 11.298 pessoas. (DGEEC, 2002)

Isso ocorreu devido à expansão da cultura de soja e pastagens que ocupam áreas com solos já desgastados. O processo de concentração de terra e a produção de soja seriam responsáveis pelo decréscimo demográfico em Sato Del Guairá.

Em 1992, aproximadamente 70% da população de Salto Del Guairá residia na área rural e, em 2002 esse percentual decresceu significativamente, passando para 39% do total de residentes no município. Em contrapartida, a proporção da população residente na área urbana aumentou no período considerado, passando de 31%, em 1992, para 61,2% em 2002. (DGEEC, 2002)

O comércio fronteiriço com o Brasil pode explicar a crescente concentração urbana da população no município, assim como a vigorosa modernização da agricultura, que utiliza cada vez menos mão-de-obra e força a migração das pessoas para área urbana.

Conforme Fleita Rivas (*apud* THOMAZ JR, 2007), os trabalhadores paraguaios encontram-se em uma situação caótica. Tanto camponeses quanto assalariados estão à margem de qualquer garantia. O Paraguai divide a liderança com o Brasil, em concentração da propriedade da terra, 72% das terras está nas mãos de 2% da população do país, ou seja, detêm 32 milhões de ha, enquanto 250.000 proprietários têm 1,5 milhões de ha, ou 2% do total.

A maior parte da população concentra-se no campo, porém diante da concentração fundiária do país, o tamanho da propriedade torna-se insuficiente para a reprodução da família, o que acaba gerando o deslocamento de trabalhadores do campo para trabalhar na cidade. Diante da situação caótica em que se encontram acabam se inserindo principalmente em atividades muito precárias e informais.

Conforme os dados do Serviço Nacional de Emprego (2009) do Paraguai, a informalidade no país atinge taxa média de 51% dos trabalhadores paraguaios, e a taxa de desemprego aumentou 0,2 % de 2007 para 2008. (SERVIÇO NACIONAL DE EMPREGO, 2009)

Percebemos que grande número da força de trabalho local é proveniente do campo. A mão de obra local muitas vezes não corresponde ao perfil de trabalhador (com experiência em vendas, comunicativo, maior desenvoltura e etc.) exigido pelos capitalistas para trabalhar no

comércio. Por conta de sua exclusão do mercado de trabalho nos estabelecimentos comerciais, é fácil encontrarmos muitos trabalhadores paraguaios atuando na informalidade, comprando e revendendo mercadorias nas ruas (como meias, lingerie, CDs, perfumes, relógios, entre outros produtos) para garantir a subsistência. Neste contingente de trabalhadores encontramos jovens, pessoas com idade já avançada e o intenso trabalho infantil.

Nesta perspectiva compreendemos que, diante do grande excedente da mão de obra paraguaia, a preferência pela utilização da mão de obra brasileira pelos empregadores está atrelada à questão cultural de dar melhor atendimento aos consumidores brasileiros.

A questão cultural é um elemento importante no perfil da mão de obra brasileira, somada à escolarização e maior familiaridade com os produtos comercializados, os torna mais qualificados que a mão de obra nacional.

Outro aspecto é que grande parte dos trabalhadores paraguaios são provenientes do campo, sendo pouco comunicativos, apresentando menor desenvoltura para atender a grande maioria da clientela do comércio paraguaio.

Em nossa pesquisa de campo observamos que paraguaios sofrem preconceito em seu próprio país. E muitas frases são como: “paraguaio não gosta de trabalhar”, “paraguaio é como índio”, “paraguaio fica tomando tereré o dia inteiro”, “paraguaio não sabe trabalhar”, dentre outras são diariamente reproduzidas.

Albuquerque (2010) aponta que esse preconceito está atrelado à política de imigração brasileira (anterior a isso, a imigração do branco europeu para o Brasil) para o Paraguai, juntamente com o sentimento de superioridade dos brasileiros, baseados no princípio do capitalismo, e a ética do trabalho que se volta para o aumento da produção e acumulação de capital. O discurso de que os brasileiros contribuem para o desenvolvimento e a modernidade no Paraguai é reproduzida tanto por brasileiros, quanto por paraguaios.

O autor ressalta que o processo de imigração de brasileiros no Paraguai se deu em dois momentos distintos: primeiro a partir de 1960 com o plano de colonização agrícola (Marcha del Este) que visava a ocupação das áreas consideradas vazias pelo governo paraguaio, as quais não estavam ocupadas por índios, madeiras nem empresas de extração do mate. Eram principalmente nordestinos brasileiros e paraguaios de outros departamentos que vinham para fazer o desmatamento da área e vender para imigrantes que tinham dinheiro. Esse trabalho era realizado principalmente por negros brasileiros, porque índios e paraguaios eram considerados indolentes.

O segundo processo de imigração se deu a partir de 1960, com uma política do governo paraguaio (que tinha um pensamento ditador e um racismo declarado) para atrair pessoas do Sul do Brasil, principalmente descendentes de italianos e alemães. Baseava-se numa política mais elaborada de desenvolvimento e modernização agrícola. Os imigrantes vinham com a função de “mostrar aos camponeses paraguaios e a negrada brasileira como se trabalha”.

Albuquerque (2010) aponta que também há discursos afirmando que os paraguaios são obedientes e trabalhadores. E acredita que há pelo menos dois sentidos no discurso de valorização do trabalho: o primeiro relaciona o trabalho e o desenvolvimento econômico e serve para justificar a riqueza e discriminar a pobreza. O segundo sentido vincula o trabalho à honestidade e à obediência dos pobres, geralmente em oposição àqueles que são vistos como marginais, bandidos, vadios, etc., expresso em frases como: “é pobre, mas é trabalhador”.

Essa discriminação em relação a paraguaios, negros e indígenas tem a ver com a imigração europeia para o Brasil. Baseia-se no discurso que associa a ética do trabalho dos imigrantes ao desenvolvimento de uma mentalidade capitalista. “Tudo aquilo que não se “encaixa” na lógica do trabalho, visando o aumento da produção e do lucro, necessita ser condenado e afastado como algo negativo.” (ALBUQUERQUE, 2010, p.182)

A maioria dos comerciantes paraguaios contrata mão de obra paraguaia. Alguns apontam que a preferência pela mão de obra paraguaia é para proteger as vagas de empregos dos nacionais que estão perdendo competitividade para os brasileiros. Outros argumentam que é para evitar problemas com o Ministério do Trabalho em relação à situação migratória dos brasileiros.

Nas lojas e pequenas galerias no centro de Salto Del Guairá observamos que predomina a presença de comerciantes e empregados paraguaios. Em muitas delas, ainda há uma forma de organização do trabalho coletiva e vínculos de parentesco entre empregado e patrão.

Os paraguaios que trabalham em pequenos estabelecimentos comerciais ficam nas portas dos estabelecimentos comerciais para atrair os consumidores. Aos clientes que passam pelas calçadas ou corredores, perguntam o que procuram e os oferecem uma variedade de mercadorias que se encontram na loja. Ao passar pelas calçadas é comum ouvir frases como: “O que procura patrão?”, “Amigo, que precisa?”, “Quer jaqueta? Tem bom preço.”

A roteirização das falas, das expressões é exemplo de coisificação do homem que trabalha. O trabalho do comerciário torna-se um ato essencialmente mecanizado. Os consumidores geralmente acabam comprando um produto atraídos pelo preço ofertado. Por outro lado, isso pode contribuir para aumentar o estresse do consumidor diante do cansaço, da espera no caixa, dos vendedores ambulantes insistindo para comprar mercadorias e o intenso fluxo.

O brasileiro tem outra compreensão de organização e comportamento no trabalho. Espera os consumidores adentrarem a loja, atendem com postura e tratamentos adequados, sob o ponto de vista dos brasileiros, com falas e expressões rotineiras como: “Bom dia, posso te ajudar?”. O brasileiro, acostumado com a cultura do consumo em seu país, mesmo sem experiência no comércio, já tem uma prévia noção de como atender os consumidores brasileiros. Conforme “K”:

“Os custos são os mesmos. Tem uma diferença na cultura né, brasileiro sabe lidar com brasileiro e paraguaio sabe lidar com paraguaio.” (“K”, entrevista realizada 19 de março de 2012)

Esse “saber vender” ou “paraguaios são preguiçosos”, no comércio atrela-se muito aos aspectos culturais. O paraguaio “preguiçoso” para os brasileiros no comércio pode ser aquele que não é muito comunicativo e não tem a mesma disposição para ficar mostrando as mercadorias, mas que pode ser mais eficiente que um brasileiro ao atender um cliente paraguaio. Haja vista que atende um indivíduo da mesma nação, dos mesmos hábitos, dos mesmos costumes e da mesma língua.

Geralmente um dos principais requisitos de um comerciário é ser comunicativo e desinibido. No Paraguai o que difere é a presença do público consumidor brasileiro, que interfere na preferência dos comerciantes por vendedores brasileiros, por falarem a Língua Portuguesa e fazerem parte da mesma cultura.

A cultura brasileira está mais vinculada à cultura do consumo. O comerciário brasileiro consegue criar vínculos com o consumidor, instruindo-o quanto ao melhor uso da mercadoria, informando-o de eventual novidade e melhorias nos produtos vendidos. O brasileiro se atém mais fácil ao perfil do consumidor brasileiro, que é importante na hora de mostrar outros produtos que talvez o consumidor venha a se interessar.

Conforme a trabalhadora “J”, a diferença étnico cultural entre brasileiros e paraguaios acaba interferindo na divisão do trabalho no comércio em Salto Del Guairá. Como segue:

Os donos das lojas preferem os brasileiros, porque quem vai comprar no Paraguai é brasileiro. Então brasileiro é que sabe como atender. Você não vai encontrar paraguaio vendedor, você vai encontrar mais paraguaio pacoteiro, não nas vendas. Porque a venda geralmente você vai trabalhar com cliente né.

(“J”, entrevista realizada no dia 02 de Abril de 2012)

O processo migratório também tem suas seleções étnicas culturais. A história da imigração brasileira para o Paraguai demonstra muito bem como foi criada a superioridade do homem branco (principalmente descendentes de italianos e alemães) em relação aos paraguaios e o poder simbólico desse discurso para justificar a desigualdade social. E os capitalistas utilizam-se dessas diferenças sócio culturais em seu benefício próprio ao máximo.

A maioria dos brasileiros que trabalham no comércio em Salto Del Guairá é contratada para trabalhar para empregadores brasileiros, árabes e libaneses. E se concentram trabalhando principalmente nos shoppings e em menor número nas ruas da cidade.

Existem algumas impressões sobre os empresários árabes e libaneses¹⁰. Uma delas é o grande poderio econômico, embora também existam pobres, sendo ambos mencionados como os comerciantes que mais tiveram sucesso econômico. Os brasileiros relataram que são os segmentos étnicos que mais exploram os comerciários. Realizam sistemas de metas de todo o tipo (escalas de metas que interferem no valor da comissão e mais agressiva, sob a ameaça de perder o emprego). Multas por motivos ínfimos, tais como as mulheres não irem trabalhar de calçado de salto, esquecer o copo de café no balcão e outros. Descontos exorbitantes do salário (sem critérios nos cálculos) por atraso e falta no expediente de trabalho.

Conforme “V” que trabalha para um patrão árabe e “J” que ouve comentários de trabalhadores de outras lojas, respectivamente:

Se você chega atrasado eles te dão uma multa. Você não tem como recorrer. Se você, tipo assim: se você não vai com salto, ele tem o direito de te dar uma multa. Se some uma mercadoria. Se você não bater o pé para descobrir quem foi, você paga também. Mesmo não sendo culpado. Se você não quiser pagar a mercadoria, você tem que dar um jeito de provar quem foi. (“V”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

¹⁰ Há dificuldade de identificar qual desses segmentos predomina.

Se você pegar a empresa de um turco, é realidade diferente. São doze horas de serviço, você de pé. Com turco a maior exploração, tanto do funcionário como do cliente. Você trabalhar com árabe é terrível. Quem já pegou o sistema de trabalho com árabe é bem ruim mesmo. Pelo que eu ouço assim, é bem difícil. [...] Você tem que vender e vender. Não importa se você tem que passar por cima de alguém, se você tem que enganar o cliente. Você tem que fazer sua parte. [...] Meu amigo falou que você não tem nenhum tipo de regalia. Se um árabe pegar você com copo de água na seção, você é multado. (“J”, entrevista realizada no dia 02 de Abril de 2012)

Conforme “P” relatou, depois de trabalhar 12 meses na empresa teria reduzidas suas férias para apenas 10 dias. Por lei no Paraguai, “P” teria direito no mínimo 12 dias úteis de férias.

Eu tirei férias! Falou que era dez dias de férias. Tava um ano lá. Tirei vinte e dois dias de férias. Fiquei em São Paulo, fui no casamento da minha irmã. Eu falei, quiseram me mandar embora. [...] Voltei e ninguém me mandou embora. Descontaram um tanto do meu salário. Quando você falta [...] eles descontam não sei quanto por dia. Mas eu sempre luto, por isso falo: ué, como que vocês querem descontar tanto assim do meu salário. Querem descontar 100 dólares se eu faltei um dia. Mas eu não ganho 100 dólares por dia. Então vocês não têm direito de descontar, eu sou comissionado. (“P”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

Os brasileiros reclamam que a exploração é maior por parte dos patrões árabes e libaneses. Assédio moral, descontos e multas exorbitantes a até assédio sexual às mulheres são reclamações mais frequentes dos trabalhadores.

A pesquisa não tinha pretensão de pesquisar sobre assédio sexual, mas dois brasileiros (um gerente de vendas e uma ex vendedora) afirmaram que há casos de assédio sexual. As mulheres brasileiras e paraguaias muitas vezes são assediadas por patrões e funcionários de lojas vizinhas. O assédio sexual costuma ocorrer através de olhares, palavras, assobios e outros tipos de insinuações. Mas não são só de origem libanesa ou árabe os que cometem assédio sexual, como exemplo, o assédio provocado por vendedores ambulantes paraguaios.

Conforme as entrevistas com empregadores, o maior número de comerciantes estrangeiros localiza-se nos shoppings porque são lugares estratégicos. Sua estrutura é fechada (quando chove não molha), com seguranças, oferece outros serviços: áreas de descanso, áreas de refeição e acaba atraindo mais consumidores para o local. Conforme o comerciante “T”:

[...] o povo brasileiro tem mais visão do shopping como comércio e não quer se arriscar na rua. O shopping traz segurança também. E como somos estrangeiros, somos mais medrosos. A mesma coisa vale para outros estrangeiros. [...] Os shoppings são mais visado pelo público, por ter bastante variedade e bem estar. Têm ar condicionado, segurança, essas coisas. Ser roubado é muito fácil, pois o fluxo de dinheiro é muito grande. Pois só se vende e atacado e em dinheiro. A maioria das lojas da rua não tem segurança própria. É difícil ser roubado lá, mas pode acontecer. Ninguém quer arriscar. (Entrevista realizada no dia 07 de maio de 2012)

Quando o comerciante quer instalar sua loja no Paraguai, necessita de comprar o terreno ou o que é mais comum, comprar um ponto e depois pagar o aluguel. Conforme “R” que é filho de comerciante:

A loja de rua é a partir de mil e quinhentos dólar e a de shopping é a partir de dois mil dólares. Depende muito, porque tipo: Tem aquele shopping perto da fronteira que vive vazio e tem aquele do lado do China é bem mais frequentado. Isso é muito importante na locação do local. A mesma coisa vale para a loja, depende do tamanho e do local onde ela está. [...] O ponto é a partir de trinta mil dólares. Sessenta mil dólares. Como disse depende do ponto. Tem ponto que você acha pela metade do preço. (Entrevista realizada no dia 07 de maio de 2012)

O comércio tem aumentado a especulação imobiliária, os terrenos, casas, hotéis, estabelecimentos comerciais estão cada vez mais caros. Um terreno no centro de Salto Del Guairá custa em média um milhão e dólares, na zona residencial cerca de 250 mil dólares e na área habitacional mais popular em torno de 80 mil dólares.¹¹

Em Salto Del Guairá o número de shoppings e lojas aumentou consideravelmente. No Anexo (A) temos a localização dos principais shoppings de Salto De Guairá. Anteriormente a 2005 o mais expressivo era o Shopping Salto, sua localidade era isolada dos demais estabelecimentos comerciais da cidade. Atualmente, com a expansão comercial no município em direção ao limite do Estado brasileiro, já não se encontra isolado. Observamos que existem novas construções na cidade, mas também ao longo da Avenida Itaipu, em direção a Mundo Novo.

¹¹ RANKEL, Vanderley. (Presidente da Associação dos Comerciantes em Mundo Novo) Comércio paraguaio avança em direção ao BR. **Jornal Umuarama Ilustrado**, 12 out. 2011. Fronteira. Disponível em <http://www.ilustrado.com.br> (acessado no dia 21/12/2011); Comércio Paraguaio avança em direção ao Brasil. Reportagem **Jornal O PRESENTE**, Mal.C. Rondon/PR, 22 set. 2011. Fronteira.p.25

Nos anexos (B) e (C) temos a delimitação urbana de Salto Del Guairá nos anos de 2000 e 2011. Observa-se que em 2000, as construções eram menos densas. Em 2011, não houve necessariamente o crescimento do perímetro urbano da cidade, mas o preenchimento dos espaços vazios pelos novos empreendimentos comerciais, como exemplos o Shopping China, Shopping MERCOSUL, Queen Anne, Shopping Kristal, Guga Center e outros.

Para a alocação de estabelecimentos comerciais são mais caros os lugares capazes de atrair o maior número de consumidores. Os estrangeiros preferem abrir seus comércios nos Shoppings, lugar preferido pelos turistas. Como também contratar mão de obra brasileira, que acaba aceitando o emprego, pois o maior movimento acaba contribuindo para que o salário seja maior.

Na pesquisa de campo houve alguns brasileiros que relataram que no Shopping se sentem mais seguros trabalhando. Não pela presença dos seguranças, mas pela forte presença de brasileiros que trabalham naquele local.

A maioria dos brasileiros trabalha em lojas de equipamentos e acessórios de informática, eletrônicos e eletrodomésticos (64% dos trabalhadores da amostra). Algumas lojas vendem produtos específicos como roupas, celulares, notebooks e outras *'department stores'* são grandes casas comerciais que vendem produtos diversificados e se dividem em setores de vendas.

Em conversas informais e entrevistas muitos brasileiros afirmaram que não há divisão do trabalho em setores, que os trabalhadores podem vender mercadorias de qualquer setor. Por outro lado, observamos que algumas lojas se organizam em setores e que para cada um deles há um gerente de vendas. Como exemplos citam-se a loja Nippon, Bless Import e a Paraná Import.

Segundo o depoimento de uma trabalhadora, há uma seleção do perfil de cada trabalhador para o desenvolvimento das funções dentro de algumas lojas. Os trabalhadores mais inibidos (geralmente paraguaios) em algumas lojas ficam restritos as funções de guarda volume, caixa e depósito de mercadorias. As funções de vendas, que exige contato mais direto com consumidores são destinadas aos brasileiros. Porém, isso não é uma regra no comércio. Haja vista que uma das lojas mais sofisticadas de Salto Del Guairá, a Queen Anne, não contratava mão de obra brasileira, com exceção daqueles que têm migração permanente e moram em Salto Del Guairá.

2.4 O trabalho precarizado no comércio em Salto del Guairá

O continente latino-americano, antes mesmo da colonização européia já era um continente do labor. Era habitado por indígenas nativos, que trabalhavam para a subsistência, produzindo alimentos agrícolas, a caça, a pesca, extrativismo agrícola e a mineração do ouro e prata. Na fase pré-colonial o trabalho coletivo era o pilar da produção.

Conforme Antunes (2011) a colonização da América Latina no século XV, se caracterizou como uma colônia de exploração, voltada para incrementar o processo de acumulação nos países centrais. Inicialmente foi o trabalho indígena, num sistema conhecido como *encomiendas*, uma espécie de concessão pessoal na qual o colono se comprometeria a garantir a subsistência dos indígenas, apropriando-se do seu trabalho.

No mundo colonial também se difundiu o trabalho escravo africano, resultado de um intenso tráfico humano da África para a América Latina, sob o controle das burguesias comerciais européias em formação que vivia de vários tipos de comércio, inclusive o humano.

Vale lembrar que este momento histórico também foi marcado por muitos conflitos e resistências indígenas e africanas.

Antunes (2011) aponta que no século XIX começaram a surgir os primeiros trabalhadores assalariados vinculados às atividades agro-exportadoras (como a produção cafeeira no Brasil) e as atividades manufatureiras e industriais. Foi a própria demanda agro-exportadora que contribuiu para a diversificação dos negócios, pois carecia de indústria têxtil, alimentícia, metalurgia e outras. Esse momento foi caracterizado pela expansão do capital industrial, especialmente inglês, que passou a exigir a ampliação do mercado consumidor e a introdução do trabalho assalariado no mundo colonial.

Conforme Antunes (2011) a entrada de imigrantes (como italianos e espanhóis), desde a metade do século XX, trouxe consigo as primeiras influências anarquistas, socialistas e comunistas. Surgiram assim, no seio dos movimentos socialistas, uma nova organização política alternativa dos trabalhadores, apresentada pelos partidos comunistas, notadamente a partir do sucesso da Revolução Russa em 1917.

A partir da década de 1930, o nascente Estado burguês latino americano buscou abrir canais de controle junto aos trabalhadores. Os organismos sindicais oficiais foram criados na tentativa de barrar as lutas sociais autônomas. E uma política que pretendia integrar

trabalhadores à burguesia, neste processo de expansão industrial. Como exemplos, temos o peronismo na Argentina, o getulismo no Brasil e o cardenismo no México.

No Brasil, a Revolução de 1930 tinha um projeto industrial ancorado em um Estado forte e uma política de feição nacionalista. Os trabalhadores vinham lutando por vários direitos como a redução da jornada de trabalho, férias, descanso semanal remunerado e outros.

Essas demandas eram atendidas pelo governo de Vargas como dádivas aos trabalhadores. Por outro lado, foram criadas leis que permitia o controle do Estado sobre a classe trabalhadora. Como o controle sobre os sindicatos e órgãos operários que impedia a atuação autônoma dos trabalhadores. Formando uma legislação trabalhista essencial para industrialização do país. Mas isso não impediu o surgimento de muitas lutas operárias do país principalmente a partir de 1960.

A solução que encontraram para desestruturar os avanços sociais e políticos da classe trabalhadora foi através de um ciclo de golpes militares. Conforme Antunes (2011) no Brasil, o golpe desencadeado em 1964, desenvolveu um projeto capitalista dependente e subordinado, controlado por um Estado autocrático-burguês fortemente repressivo e ditatorial que reprimiu de maneira dura o movimento operário, desenvolvido durante os anos anteriores.

Boito Jr. (1999) aponta que o golpe militar no Brasil acontece mais cedo em relação a outros países como Chile, Peru e Argentina, mas não aderiu tão intensamente no desmantelamento dos direitos trabalhistas e não tirou o poder do Estado na economia. Ao contrário do que aconteceu no Chile e Argentina, que foram antecipadamente neoliberais em suas políticas econômicas, simultâneo aos golpes militares.

O período de ditaduras militares na América Latina antecede e prepara o campo para o avanço das políticas neoliberais. No Brasil, mesmo que a ditadura militar tenha reduzido a política de ampliação dos direitos sociais, não implementou uma política local de desregulamentação e manteve a intervenção econômica do Estado.

No Brasil, conforme Boito Jr (1999) de início o neoliberalismo não avançou tanto diante da necessidade de reformar a constituição de 1988, que refletia a correlação de forças do período de luta popular e democrática contra a ditadura militar. O avanço neoliberal no Brasil avança com grande expressão na metade da década de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Como também os governos brasileiros preferiram atacar primeiro o

protecionismo alfandegário e atividade produtiva do Estado porque eram mais desenvolvidos no país do que a proteção legal da força de trabalho.

Borges,¹² aponta que no Paraguai as mudanças políticas na história do Paraguai foram acompanhadas de grandes eventos militares. A partir de 1948 houve um domínio colorado, com violenta perseguição aos opositores e muito de seus militantes foram exilados.

Foi neste contexto que o general Alfredo Stroessner (1954-1989) chegou ao poder, com discurso pacificador e associado ao propósito modernizante. Houve um golpe de militares para retirar esse general do poder, mas as eleições que se seguiram, com as marcas da corrupção e fraudes garantiram a vitória daqueles que se enriqueceram com a ditadura.

A política de Stroessner não foi muito diferente da maioria das ditaduras militares da América Latina, perseguiu e torturou seus opositores, recebeu investimentos financeiros dos Estados Unidos, perseguiu movimentos sociais, fragilizou as instituições democráticas, etc.

A chegada de Fernando Lugo na eleição para presidente da República no Paraguai em 2008 foi um marco histórico no país. Foi a quebra de seis décadas de dominação do Partido Colorado que teve poder no país desde a guerra civil em 1947.

Lugo faz a tentativa de conciliação de interesse de classes, provocando o descontentamento de extrema direita e inclusive dos movimentos mais de esquerda que o apoiaram, como o movimento camponês. Essa realidade foi o que dificultou reverter o último golpe do governo colorado no país.

Conforme Rabossi (2004) em 1956 houve um acordo de estabilização com o Fundo Monetário Internacional. O governo paraguaio eliminou as tarifas externas de exportação, diminuiu os impostos às importações e não programou uma política de desenvolvimento industrial. Ao contrário do que houve no Brasil e Argentina, que adotam o modelo de substituição de importações, estabelecendo altos impostos e proibindo a importação de produtos cujas indústrias se pretendia incentivar.

O Paraguai também estava no jogo de disputas de poder entre Brasil e Argentina na América Latina. O país antes de sua aproximação com o Brasil estava muito dependente da Argentina, que tinha terras e empresas instaladas no país. E utilizava da mão de obra sob regime de semi-escravidão, principalmente de indígenas. A aproximação do Paraguai com o Brasil, cujo marco mais importante foi o acesso ao porto de Paranaguá, diminui sua dependência com a Argentina. De um lado isso significou o desenvolvimento e o progresso.

¹² Borges, B. A ditadura paraguaia, <http://historiandonanet07.wordpress.com/>

Mas do outro lado, não mudou a vida daqueles que trabalham, pelo contrário, a concentração de terra e da riqueza aumentou acirrando a pobreza e a desigualdade social.

Este processo também refletiu na organização do mercado de trabalho. No Paraguai como não houve uma política de desenvolvimento industrial e os militares perseguiam qualquer movimento de oposição e formas de organização por dentro da classe trabalhadora, como o controle ou o impedimento da atuação sindical, foram obstáculos para muitos avanços na organização dos trabalhadores e de suas conquistas legais.

Nas entrevistas com trabalhadores, Ministério do Trabalho, o Instituto de Previdência Social – IPS no Paraguai e empregadores, percebe-se que as relações de trabalho são muito mais flexibilizadas do que no Brasil.

Nos relatos de empregadores e comerciários, os trabalhadores podem ser demitidos a qualquer momento, sem direito a férias, décimo terceiro, fundo de garantia e outros direitos, diante da baixa fiscalização por parte dos órgãos responsáveis do governo paraguaio.

Quando há denúncias ao Ministério da Justiça e do Trabalho, essa denúncia é encaminhada para o Ministério do Trabalho de Assunção, que atende todas as demandas do país. Posteriormente que o Ministério da Justiça e do Trabalho de Assunção encaminha funcionários responsáveis para a fiscalização. A fiscalização costuma demorar, mudando o quadro da situação, como a possibilidade do trabalhador ser demitido.

Outra questão que percebemos através de nossas entrevistas, é o como o trabalhador tem controle sobre o seu tempo de contribuição. Esses não portam uma carteira de trabalho como os brasileiros. O acesso dos registros de seu tempo de contribuição é pela internet, no site do IPS. Quem tem o controle sobre os registros geralmente é o contador da empresa. Qualquer irregularidade que o trabalhador perceba no registro deve ser comunicada diretamente ao IPS ou no site do mesmo.

O IPS- Instituto de Previdência Social é uma secretaria do Ministério da Justiça e do Trabalho no Paraguai. É responsável pelas pensões e previdência. No Paraguai esse IPS é responsável tanto pelo sistema previdenciário como pelo atendimento à saúde. Esses dois serviços funcionando em conjunto contribuem para precarização do atendimento à saúde no Paraguai, em que as demandas são recorrentes ao mesmo instituto.

Esse serviço é semelhante ao antigo INPS – Instituto Nacional de Previdência Social no Brasil, que vigorou até a Constituição de 1988. O INPS oferecia atendimento à saúde apenas para quem contribuía com a previdência. Posteriormente a constituição de 1988, foi

separada o atendimento à saúde do sistema previdenciário. Surgindo o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social e o SUS- Sistema Único de Saúde que é uma secretaria do Ministério da Saúde e oferece atendimento sem a necessidade da contribuição previdenciária.

No Paraguai, a maioria dos comerciários está à margem de qualquer garantia social, com direito apenas ao salário e as férias que muitas vezes fica a critério do empregador.

Como para muitos o salário depende da comissão sobre as mercadorias vendidas, é como se não tivesse direito a sequer os finais de semana remunerados. Os finais de semanas e feriados são os dias de maior movimento no comércio, o ritmo de trabalho é mais intensificado. Nesses dias o trabalhador vislumbra uma comissão maior, razão pela qual se submetem ao trabalho nos finais de semana e feriados. Esta situação ilustra o caráter de auto-exploração que o trabalho comissionado proporciona, como no sistema de trabalho por produção, quanto maior a exploração de si mesmo, maior tende a ser a remuneração, sem que essa maior remuneração signifique de fato uma renda alta.

Nas entrevistas, os próprios empregadores afirmam que o brasileiro no Paraguai não usufrui dos direitos trabalhistas. Através das informações obtidas nas entrevistas aos trabalhadores e comerciantes, parece que há uma maior fiscalização para que se cumpram os direitos básicos aos trabalhadores nacionais, embora esses também vivam em condições semelhantes de precariedade. Conforme aponta uma comerciante de Salto Del Guairá, quando questionada sobre os direitos legais concedidos aos brasileiros:

Não tem. Brasileiro no Paraguai não tem direito. Os paraguaios até tem algum direito. Mas contratar paraguaio é mais barato. Aqui empregada doméstica trabalha por duzentos reais no mês. Brasileiro já é mais caro. Se não pagar um pouco melhor, ele não trabalha no Paraguai. Têm as despesas: o almoço, o deslocamento, o trabalho de vir para cá. Se não pagar melhor ele não vem. (Entrevista realizada 22 de Janeiro de 2011)

“K” trabalha como gerente de uma loja em Salto Del Guairá e também é responsável pela demissão e admissão de funcionários. “K” afirma que mesmo formalizado no Paraguai, o brasileiro não dispõe dos mesmos direitos trabalhista que os nacionais:

A gente não tem direito trabalhista. Existe ministério do trabalho, a gente paga IPS, mas não serve para nada. O Ministério do Trabalho serve para que se ninguém tiver no IPS ele multa a loja, entendeu? Para os paraguaios eles servem sim em alguma coisa. Quem se ilude porque tem imigração, porque serve para alguma coisa, não serve para nada. (“K”, entrevista realizada no dia 19 de março de 2012)

No Paraguai, o comércio de fronteira se desenvolve sob baixos custos empregatícios para os empresários. Dispõem da alta flexibilidade do mercado de trabalho, na hora de admitir e demitir trabalhadores. Quando há reduções das vendas podem demitir trabalhadores sem maiores dificuldades. Não se preocupando se este trabalhador tem como sobreviver no dia seguinte.

O trabalhador também pode sair de um emprego e ir para outro em busca de melhores salários. Assim como o empregador pode demitir e admitir conforme a demanda do mercado. O que impera é o livre jogo das forças do mercado.

No comércio não há a flexibilidade apenas na contratação da mão de obra. É possível observar muitas práticas em relação à jornada de trabalho, as lojas ficam abertas aos sábados o dia inteiro e domingos até meio dia. Às vezes o tempo de serviço é ultrapassado conforme o movimento, com direito apenas a um dia de folga no meio da semana e sem direito à hora extra. O horário de almoço geralmente é de uma hora, em estabelecimentos com menor número de funcionários o tempo é reduzido quando há clientes na loja. Os trabalhadores contam com 15 a 30 dias de férias, depende do que foi negociado com patrão. A renda do final do mês depende do movimento no comércio, entre outros exemplos.

Em saídas de campo para o comércio em Salto Del Guairá, observamos uma incipiente divisão do trabalho em algumas lojas. Em que a diferença de gênero também é levada em conta. Mesmo que também não venha a ser uma regra dentro do comércio, os setores de perfumaria, eletrodomésticos e celulares geralmente ficam sob responsabilidade das mulheres. Nos setores que exigem maior conhecimento em informática (softwares e hardwares), aparelhos de som, equipamentos de pesca, por exemplo, maior é a presença dos homens.

Conforme os dados da amostra, dos 64% dos brasileiros que trabalham em lojas que vendem equipamentos e acessórios de informática, eletrodomésticos e eletrônicos, 67% das vagas nesses setores são ocupados por homens e 33% por mulheres.

No questionário, 18% dos trabalhadores alegaram trabalhar em lojas que vendem produtos diversificados (roupas, perfumarias, bebidas, eletrônicos, informática, eletrodoméstico e etc.), dessas vagas, 71% ocupadas por mulheres e 29% ocupadas por homens.

E 18% dos trabalhadores da amostra afirmaram trabalhar com vendas de roupas. Em sua totalidade, as vagas são ocupadas por mulheres. Observamos que nas lojas de roupas a

remuneração é menor, 86% das trabalhadoras afirmaram que recebem entre um a dois salários (equivalente ao salário mínimo brasileiro).

Dos brasileiros que trabalham nos setores de informática e eletrônicos, apenas 17% recebem entre um a dois salários mínimos brasileiro. A maioria (46%) recebe entre dois a três salários mínimos e 37% recebem mais de três salários (comparado ao salário mínimo brasileiro).

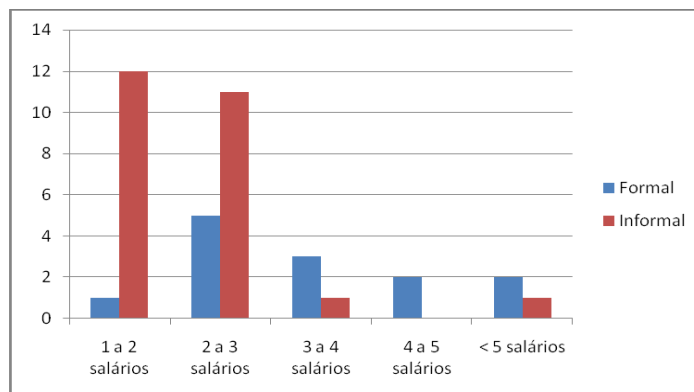
Observamos que nas lojas de roupas a remuneração é mais baixa, como também ao analisar a situação migratória dessas trabalhadoras, 86% estavam trabalhando irregularmente no Paraguai, sem documentação de estrangeiro. Logo, essas trabalhadoras também estavam sob vínculos informais de emprego.

Dos 38 trabalhadores da amostragem, 55% afirmaram estarem com sua situação migratória regularizada no Paraguai. E 45% em situação de imigrante irregular, desses, 35% apontaram estarem providenciando a regularização de sua situação migratória. O imigrante necessita estar regularizado para formalizar seu vínculo empregatício. Entre os questionários, 34% dos trabalhadores afirmaram estarem sobre o vínculo de emprego formal. Dos trabalhadores formais, 62% são homens e 38% são mulheres. O número de mulheres é mais expressivo entre os informais.

Conforme o gráfico (XI) a remuneração dos trabalhadores sob vínculo de emprego informal é mais baixa. Em relação à amostra, 48% dos informais recebem entre um a dois salários (comparado ao salário mínimo brasileiro), 44% recebem entre dois a três salários. A parcela de quem recebe mais de três salários mínimos é de apenas 8%.

Os trabalhadores formalizados possuem níveis salariais mais elevados. Apenas 7,6% dos trabalhadores formais recebem entre um a dois salários mínimos, 38% recebem entre dois a três salários. A participação dos trabalhadores formais aumenta entre aqueles que recebem acima de três salários (54,4%).

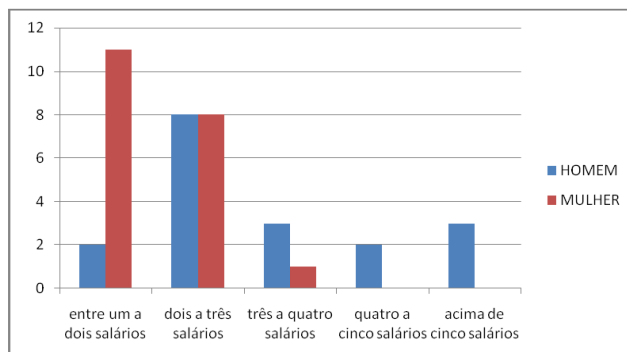
Gráfico XI – Níveis salariais em relação aos vínculos de emprego



Fonte: Masuzaki, T.I. Trabalho de Campo, agosto de 2012

Os trabalhadores informais possuem salários mais baixos que os trabalhadores formalizados. Como também há maior expressividade das mulheres entre os trabalhadores informais. Neste sentido, como segue o gráfico (XII), ao fazermos um cruzamento dos níveis salariais entre homens e mulheres, as mulheres vão perdendo participação nos níveis salariais mais altos.

Gráfico XII – Níveis Salariais em Relação ao Gênero



Fonte: Masuzaki, T.I. Trabalho de Campo, agosto de 2012.

Outro fator que deve ser levado em consideração, é que a remuneração dos comerciários em Salto Del Guairá em sua maioria é por comissões em vendas. E mesmo não sendo uma regra a divisão do trabalho no comércio, as mercadorias dos setores em que predomina a presença dos homens são mais caras, como também produtos de informática, eletrônicos são vendidos em grande volume para a revenda no Brasil. Quem trabalha comissionado acaba recebendo mais nessas lojas.

Na amostra de 38 trabalhadores, não há a presença de homens em lojas de roupas e calçados, as vendas são realizadas por mulheres. A procura de mercadorias nessas lojas é menor, para quem depende de comissão, o salário é menor. A maioria das mulheres que trabalham em lojas de roupas e calçados encontram-se em situação migratória irregular e sob vínculos informais de emprego.

As mulheres carregam o peso da exploração capitalista, seus talentos e capacidades são utilizados ao extremo e em condições muitas vezes de dominação patriarcal. A presença da mulher é marcante sob vínculos de trabalho informal e recebem salários mais baixos. Em que geralmente se submetem ao trabalho precário para complementar a renda da família. A inserção da mulher (da classe que vive do trabalho) no mercado de trabalho ocorre forma mais precarizada que a dos homens.

Mas o capitalista em sua tentativa desesperada de exercer e manter o controle da força de trabalho, tenta mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho, qualquer preferência ou hábito cultural para impedir a solidariedade social, quanto para sustentar uma força de trabalho fragmentada e dividida.

Os capitalistas buscam lugares convenientes para a sua expansão e acumulação. A mobilidade do capital está imbricada com a luta de classes, preferindo lugares em que a classe trabalhadora encontra-se menos resistente. Neste sentido, outro aspecto que observamos no Comércio em Salto Del Guairá é a ausência de um sindicato que represente os trabalhadores do comércio.

Conforme o representante do Ministério da Justiça do Trabalho e Emprego em Salto Del Guairá, já houve a presença de um sindicato dos trabalhadores comerciários e que a atual ausência se deve principalmente ao trabalho intensificado no comércio, que dificulta a participação sindical.

A legislação paraguaia confere o direito a todo trabalhador, sem distinção de sexo, maiores de 18 anos, nacional ou estrangeiro a filiação e organização sindical. As condições de trabalho, como a jornada intensificada de trabalho, o cansaço e o estresse contribuem para que o trabalhador fique indisposto para a atuação sindical.

A vida dentro do trabalho também interfere diretamente na vida fora do trabalho. O trabalhador também tem outras responsabilidades para com a casa e a família, como contas para pagar, ir às compras, tarefas domésticas, reuniões da escola e também suprir suas necessidades físico-psicológicas, como o direito ao descanso, passar um tempo com a família

e amigos, direito ao lazer, dentre outros. A rotina de trabalho intensificada, às vezes acaba comprometendo até mesmo a sociabilidade desses trabalhadores.

A rotina intensificada de trabalho e os aspectos culturais, como a presença de uma mão de obra mais “dócil”, historicamente com baixa tradição de organização e luta coletiva tem dificultado a organização dos trabalhadores em um sindicato.

Em Salto Del Guairá, diante das relações de trabalho pouco regulamentadas e flexibilizadas, um sindicato com postura política voltada para os interesses da classe, garantiria maior segurança ao trabalhador (sem a pretensão aqui de reduzir ou limitar o papel do sindicato quanto à chance de se construir um projeto político alternativo ou até mesmo revolucionário). Garantir o direito de se organizar coletivamente, sem o risco de perder o emprego e lutar por melhores condições de trabalho.

A ausência de um sindicato deixa os trabalhadores fragilizados, em que o medo é instrumentalizado para manter a territorialização do capital sob o trabalho. Como exemplo, a prática de ameaçar o trabalhador de perder o emprego se reclamar de suas condições de trabalho. Como também demitir o trabalhador suspeito de causar motim dentro da empresa.

Um sindicato combativo, organizado pela base, possivelmente seria um instrumento importante de resistência à exploração capitalista. Contribuiria também para despertar o sentimento de pertencimento de classe e possivelmente, os trabalhadores poderiam melhor compreender a concretude territorial como algo em construção e intervir de forma mais efetiva na organização do espaço, tendo em vista suas necessidades e anseios.

2.5 A Migração de Trabalhadores no MERCOSUL: Políticas Públicas e o Trabalho dos Comerciários Brasileiros em Salto Del Guairá-PY

Este item aborda as políticas de trabalho, emprego e renda que asseguram aos trabalhadores migrantes no âmbito do MERCOSUL, para entender como os trabalhadores brasileiros que trabalham no comércio em Salto Del Guairá estão inseridos e protegidos (ou não) pelas políticas públicas dos estados membros. Entender quais são as políticas que asseguram na condição de imigrante o seu direito ao trabalho e à cidadania.

Para produção deste texto foram feitos levantamentos bibliográficos e documentais para entender os avanços das políticas migratórias no âmbito do MERCOSUL, como a

cartilha “Como Trabalhar nos Países Membros do MERCOSUL: guia dirigido aos nacionais” e o livro “MERCOSUL e as Migrações: Os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração”. O primeiro elaborado pelos Ministérios do Trabalho dos Estados Partes do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) tem como objetivo trazer esclarecimentos ao imigrante quanto aos seus direitos de trabalho em cada Estado membro. O segundo pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e a CNIg – Conselho Nacional de Imigração que aborda um conjunto de textos que discutem as políticas e medidas voltadas para as migrações no MERCOSUL.

Uma avaliação sobre o Código de Trabalho do Paraguai, da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL e depoimentos do representante do IPS – Instituto de Previdência Social em Salto Del Guairá e de trabalhadores brasileiros. Algumas observações e reflexões foram feitas sobre a seguridade social oferecidas aos brasileiros enquanto trabalhadores imigrantes e a realidade que perpassam as relações de trabalho em Salto Del Guairá.

O MERCOSUL se oficializou em 26 de março de 1991, com o Tratado de Assunção, assinado por quatro Estados Partes: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Para que houvesse o processo de integração, foram criados dois órgãos fundamentais, o Conselho do Mercado Comum, que é o órgão superior que corresponde à condução política do processo integrada pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia dos Estados Partes, cujas reuniões participam presidentes de cada país e o Grupo de Mercado Comum, órgão executivo coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

O MTE – Ministério do Trabalho e Emprego (2010) aponta que o MERCOSUL surgiu em um contexto global no qual existia um consenso no âmbito político, econômico e acadêmicos que pensavam a integração regional como um valioso instrumento para acelerar os processos de liberalização, desregulamentação econômica e abertura comercial. Distanciando do processo de integração, uma preocupação para as questões sociais, laborais e produtivas enquanto não fossem funcionais a tais propósitos.

Conforme ARROYO (2010) o MERCOSUL corresponde às tendências da globalização, as regulações políticas e econômicas que caminham para a integração estimulam a abertura comercial e financeira, ao passo que a formação de um bloco propicia a esses países tornarem-se mais competitivos diante da concorrência no mercado mundial.

O interesse associativo destas iniciativas não é contraditório ou excludente em relação à tendência da globalização. Ao contrário, ambos decorrem da

necessidade cada vez mais presente da criação de mercados ampliados. Os espaços nacionais deixam de ser o *locus* privilegiado para o processo de acumulação e, portanto, os governos nacionais facilitam a ampliação do espaço de realização das mercadorias com maior abertura da economia. (ARROYO, 2009, p.60)

Arroyo (2010) relata que o MERCOSUL se insere nas tentativas de construção de novas identidades regionais que funcionam sobre uma solidariedade institucional e organizacional, além das fronteiras nacionais, obtida mediante a circulação, intercâmbio e a sua regulação, sustentada na contiguidade territorial. (ARROYO, 2010, p.60). Mas que se trata de um mercado aberto, “sem fronteiras”, que considera a inserção internacional como a principal forma de atingir o desenvolvimento econômico, acaba se submetendo às exigências do mercado.

Na América Latina há uma reaproximação entre os países vizinhos com intuito de aproximação comercial e adoção de políticas unilaterais de liberalização. A verdade é que os governos estão mais preocupados pela inserção de cada país na economia mundial do que na procura de uma estratégia regional como meta final.

Neste sentido, o MERCOSUL ficou mais atrelado aos objetivos do projeto neoliberal, do fortalecimento desses países no mercado internacional. Os próprios ministros do trabalho dos Estados membros reforçam que houve poucos avanços na abordagem da integração na sua dimensão como direito humano e tratando das migrações laborais no âmbito do tema segurança, principalmente quando se trata de espaços fronteiriços, destacam o controle do comércio ilegal e do tráfico de armas e drogas.

O MERCOSUL teve sua preocupação central nas relações comerciais, tarifárias, aduaneiras, alfandegárias, deixando de enfrentar diretamente o problema da circulação de pessoas, de trabalhadores.

Após sete anos do processo de oficialização do MERCOSUL, ocorreu a primeira iniciativa de discutir as questões sócio-laborais, elaborando em 1998 a Declaração Sóciolaboral do MERCOSUL. Esta declaração defende no Artigo 4 que todo trabalhador migrante, independente de sua nacionalidade, tem direito a ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecido aos nacionais dos países em que estiver exercendo suas atividades, em conformidade com as regulações profissionais de cada país.

A Declaração Sociolaboral tem ainda a função de adotar medidas tendentes ao estabelecimento de normas e procedimentos comuns relativos à circulação de trabalhadores na zona de fronteira, além de programar ações com vistas a melhorar a oportunidade de emprego e as condições de vida desses trabalhadores. Por outro lado, ela é apenas uma referência, sem ter efetivamente força de aplicação, que para isso deve ser transformada em um protocolo ou outro status.

Conforme o guia dirigido aos nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, apenas em 2002 com o Acordo de Regularização Migratória e Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, que houve uma visão progressista das migrações laborais e da garantia dos direitos humanos dos migrantes.

O acordo de Regularização Migratória tem como objetivo facilitar a residência temporária e sua transformação permanente, com a comprovação de meios de vida lícitos para sustento próprio ou familiar. Esses acordos foram aprovados em 2002, mas a internalização dessas normas ainda estavam pendentes no Paraguai. Brasil e Paraguai entraram em negociação no plano bilateral, cujas divergências estavam atreladas principalmente à presença dos brasileiros em situação irregular e a questão do conflito de terras no país vizinho. O Acordo de Residência ficou vigente em 2009, ano em que se deu início ao Programa de Regularização Migratória Brasil-Paraguai, com estimativa de dez mil brasileiros regularizando a situação (Itamaraty, 2010).

Quanto ao Acordo de Residência, a cartilha aponta que é um passo fundamental para a construção de uma cidadania regional, pois há o reconhecimento do critério de nacionalidade como categoria de admissão para obtenção de uma residência temporária, que habilita a trabalhar, a todos os cidadãos dos Estados Partes do MERCOSUL.

O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, foi aprovado por Decisão do CMC – Conselho do Mercado Comum N.º28/02. Ter a nacionalidade de um dos países blocos é o critério essencial para ter residência legal que permite trabalhar e estudar em outro Estado Parte. Entre outros elementos, os imigrantes têm o direito não só de trabalhar, mas também de ter igual tratamento que os nacionais no que se refere à aplicação da legislação trabalhista, especialmente em matéria de remunerações, condições de trabalho e seguros sociais. O acordo permite uma residência temporária inicial de dois anos. Após dois anos, a residência temporária pode passar para residência permanente.

Na pesquisa de campo, alguns brasileiros relataram que levaram seus documentos e estão na fila de espera no Departamento de Imigração. Conforme os relatos, observamos que a retirada do “Permisso”¹³ para trabalhar no comércio nem sempre acontece de forma muito esclarecida para os trabalhadores.

Alguns brasileiros relataram que para regularizar a situação migratória havia o intermédio do patrão, cujo interesse era evitar o risco de ser multado com a situação irregular de seu empregado. Na prática o patrão pagava à vista para o Departamento de Imigração e descontava em parcelas do salário do empregado. Em um dos relatos, o trabalhador não sabia o preço exato que estava pagando pela sua regularização migratória intermediada pelo contador da empresa.

“P” relata que pagou um preço mais alto pelo “Permisso” para o Departamento de Imigração, para que seus documentos não ficassem na fila de espera:

Você chega lá e fala que quer trabalhar no Paraguai. Eles vão falar que precisa de uma migração permanente ou provisória. Se você tentar fazer as coisas sozinho vai pagar um terço do que gostaria para fazer isso daqui (mostra o documento). Mas vai demorar o triplo para ficar pronto. Entendeu? [...] Tudo parece errado lá. Tudo você tem que fazer algum esquema para fazer as coisas. Esse daqui é original. Não é falsificado e nem nada. Mas ele pulou um monte de gente na fila para poder ficar pronto rápido. Por isso esse valor altíssimo para ter a migração permanente. Se não seria a provisória e não sei quantos meses eu teria que renovar. Entendeu? (“P”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

Esse trabalhador revela a suspeita de corrupção que envolve alguns comerciantes e funcionários do Departamento de Migração:

Porque trabalhar irregular lá não pode, porque sempre vem fiscalização na loja. Quando você não tem isso daqui (mostra o “Permisso”) quase todo dia aparece fiscalização na loja. Quando você tem não aparece um fiscal na loja. Lá é meio que uma rede assim, parece que um trabalha a favor do outro. O cara da tua loja mesmo liga para fiscalização. Acho que todo mundo ganha um pouquinho de dinheiro com essa brincadeira, menos você né. (“P”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

No início do ano de 2012, em uma saída de campo para Salto Del Guairá, um comerciário em seus relatos demonstrava grande perspectiva em trabalhar no Paraguai, inclusive alegando que era um ótimo vendedor e que trabalhando no Paraguai a remuneração

¹³ Documento que comprava a regularização da situação migratória do estrangeiro no Paraguai.

é melhor do que empregado no Brasil com curso superior. No final de 2013, em contato através das redes sociais, o mesmo informou que havia saído do Paraguai para trabalhar em Londrina/PR. As causas seriam a demora para regularizar sua situação migratória no Paraguai.

Nas entrevistas aos representantes do Ministério da Justiça e do Trabalho e do Departamento de Migrações em Salto Del Guairá, relataram que não há distinção entre brasileiros e paraguaios quanto à abrangência da legislação trabalhista, garantias e seguridades sociais, desde que os brasileiros estejam regularizados no Paraguai, com a Residência Temporária ou Residência Permanente, quesito básico para inserção no mercado de trabalho formal paraguaio.

O processo de regularização dos imigrantes dos países membros do MERCOSUL não é menos burocráticos dos imigrantes dos países não membros. O processo e o custo são os mesmos, por outro lado, no Paraguai há um consulado brasileiro em Salto Del Guairá e Ciudad Del Este, que facilita o processo burocrático de encaminhamento documental, que seria um entrave se precisasse deslocar-se até Assunção, como acontece com os imigrantes árabes, por exemplo.

É importante para os brasileiros que moram no Brasil e trabalha no Paraguai terem a Residência Permanente ou Temporária para se inserir no mercado de trabalho formal, sob ponto de vista legal, sem distinção em relação aos nacionais. Assim segue alguns direitos básicos que são assegurados, com ênfase sobre os brasileiros que trabalham no comércio.

Quanto às remunerações, o salário é estipulado livremente, mas não poderá ser inferior ao que se estabeleça como mínimo. O salário mínimo no Paraguai atualmente é de G\$ 1.658,232¹⁴, por outro lado, há flexibilidade dos salários que não pode ser inferior ao mínimo legal, como no comércio geralmente não trabalha com salário fixo, a remuneração é pelas comissões em vendas.

A jornada de trabalho diária pela legislação paraguaia é de 8 horas ou 48 horas semanais, as horas de trabalho devem distribuir-se com descanso intermediário que se adapte racionalmente com a natureza do trabalho e as necessidades do trabalhador, não pode ser menor que meia hora. Depois de um dia de trabalho, tem direito a um descanso de no mínimo 10 horas.

¹⁴ Salário mínimo de 607,58 reais. (Câmbio Banco Central do Brasil 30/01/2011)

A jornada máxima de trabalho diurno, para maiores de quinze anos e menores de dezoito anos é de seis horas diárias e de trinta e seis horas semanais.

Em relação às horas extraordinárias remuneradas, não devem exceder três horas diárias e nem ultrapassar cinqüenta e sete horas por semana, salvo exceções previstas no código de trabalho paraguaio. Para trabalhadores de 14 a 18 anos não haverá em nenhum caso, jornada extraordinária de trabalho.

Todo trabalhador tem o direito a um dia de descanso semanal que normalmente será no domingo e nos feriados é descanso obrigatório estabelecido por lei. As horas trabalhadas em dias de feriados serão pagas com recarga de 100% sobre o salário hora ordinário do dia útil.

Em relação às férias remuneradas, a quantidade de descanso dependerá da antiguidade dos trabalhadores no emprego: até cinco anos: 12 dias úteis; mais de 5 anos e até 10 anos: 18 dias úteis; mais de 10 anos: 30 dias úteis.

Há direito a uma remuneração anual complementar ou décimo terceiro salário, equivalente a 1/12 avos das remunerações recebidas durante o ano em favor do trabalhador na sua totalidade (salário, hora extras, comissões e outras), a qual será paga antes de 31 de dezembro, ou no momento em que termine a relação de emprego, se isso ocorrer antes da citada época do ano.

Em relação à licença maternidade:

Artículo 133°: Toda trabajadora tendrá derecho a suspender su trabajo siempre que presente um certificado médico expedido o visado por El Instituto de Previsión Social, o El Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social, em el que se indique que el parto habrá de producirse probablemente dentro de lãs seis semanas siguientes, y salvo autorización médica, no se permitirá trabajar durante lãs seis semanas posteriores al parto. (Código del Trabajo del Paraguay, Ley nº213/93)

No Brasil, a licença maternidade após o parto é de seis meses assegurados. No Paraguai, apenas seis semanas antes do parto a mulher é liberada com certificação médica e após o parto ela pode ficar apenas seis semanas e ainda abre brechas em relação a uma autorização médica para voltar a trabalhar. A gravidez é tratada no Paraguai como uma situação de doença. No Brasil, a preocupação é com relação à criança em estar junto à presença da mãe.

Conforme a trabalhadora “K”, que acredita estar trabalhando em uma das lojas que menos explora o trabalhador brasileiro no Paraguai, relata que trabalhou até o último dia antes

do parto. E voltou ao trabalho vinte dias após o parto. O dono da empresa é brasileiro ¹⁵ e “K” exerce uma das funções mais almeçadas no comércio, que é a gerência.

Os trabalhadores contam com um sistema de seguro sociais, administrado pelo Instituto de Previdência Social que prevê auxílios assistenciais em saúde para trabalhadores com vínculo de emprego, aposentados ou pensionistas e seus respectivos familiares, bem como auxílio econômico de longo prazo, denominado aposentadoria ou pensão, para os trabalhadores que tenham reunidos os requisitos de idade e contribuições necessárias.

Outro direito legal garantido ao trabalhador brasileiro no Paraguai é um fundo de garantia por tempo de serviço, por outro lado, não contam com o seguro desemprego como há no Brasil.

Esses são alguns dos direitos básicos que visam proteger o brasileiro no Paraguai enquanto trabalhador migrante do MERCOSUL.

A Seguridade (Previdência) Social aos trabalhadores é um direito assegurado pelo MERCOSUL, aprovado em 2005 aos trabalhadores que prestem ou tenham prestado serviços em qualquer dos Estados Partes, bem como aos seus familiares e assemelhados, os mesmos direitos e estando sujeitos às mesmas obrigações que os nacionais dos referidos Estados Partes. Conforme o artigo 7 do Acordo, os períodos de seguro ou contribuição cumpridos nos territórios dos Estados Partes serão considerados para a concessão da aposentadoria pela idade avançada, invalidez ou morte.

Conforme o representante do IPS – Instituto de Previdência Social localizado em Salto Del Guairá¹⁶, através do acordo do MERCOSUL os brasileiros usufruem dos mesmos direitos legalmente estabelecidos aos nacionais, podem se aposentar com 25 anos de contribuição (incluindo o tempo de contribuição previdenciária no Brasil) e idade mínima de 60 anos de idade. Os brasileiros que trabalham regularizados e formalizados no Paraguai também podem contar com tempo de contribuição previdenciária neste país para se aposentar no Brasil, conforme prevê a legislação brasileira.

Segundo Arruda¹⁷ (2008) se o trabalhador consegue preencher os requisitos de acesso ao benefício só com o tempo de contribuição de um único país, não se lançará mão da

¹⁵ Nas entrevistas, o brasileiro é apontado como o segmento étnico que menos explora a mão de obra brasileira.

¹⁶ Entrevista realizada dia 11 de Janeiro de 2012

¹⁷ Secretário-adjunto de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social

totalização. Nessa hipótese, por mediante o qual os pré-requisitos foram preenchidos, arcará integralmente com o benefício.

Arruda (2008) aponta que no Brasil, como em qualquer outro país, há os chamados organismos de ligação, que propiciam a comunicação entre os institutos de diferentes países. No caso brasileiro, o organismo de ligação é o INSS, que dispõe de diversas agências espalhadas pelo país e que servem de ligação entre o Brasil e o país no qual o trabalhador está pleiteando que seja computado o tempo de contribuição.

O Brasil tem acordos de previdência social com diversos países, entre eles Cabo Verde, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Portugal e no âmbito do MERCOSUL.

Na legislação paraguaia, se o trabalhador imigrante estiver em condição irregular, será intimado a regularizar sua situação, conforme determinada circunstâncias, notificado que abandone o país sob pena de ordenar-se sua expulsão. Já o empregador estará sob pena de multa, que serão aplicadas conforme os antecedentes e reincidência do infrator.

A regularização do imigrante é importante para os trabalhadores que adentram em um país estrangeiro, é o meio legal que confere o direito de ser reconhecido enquanto cidadão, possibilitando conquistar seus direitos, denunciar formas de exploração e desrespeitos à legislação trabalhista e lutar por melhores condições de trabalho.

Esses são alguns direitos concedidos legalmente aos brasileiros no Paraguai, mas observamos em nossas entrevistas, até mesmo com os empregadores, que afirmaram sobre uma diferença muito grande do que é estabelecido por lei e o que é realmente colocado em prática, há certo incentivo para o desrespeito aos direitos do trabalhador. Muitos empregadores relataram que aos paraguaios os direitos trabalhistas devem ser assegurados. Os brasileiros não são assegurados, podem ser demitidos com direito apenas ao salário ou nem isso. Em nossa pesquisa tivemos dificuldades de confirmar essas afirmações, ficando apenas o depoimento dos entrevistados.

A condição de trabalhador estrangeiro é muito peculiar, o deixa em uma situação de sujeição às diferentes formas de exploração do trabalho pelo capital.¹⁸ O imigrante encontra maiores dificuldades de recorrer aos meios legais para lutar pelos seus direitos, conciliado em

¹⁸ Essa situação é ainda mais grave para os trabalhadores que se insere no mercado de trabalho que não exige tanta qualificação, geralmente as condições de trabalho nestes lugares são ainda mais precárias, ao contrário dos setores mais dinâmicos da economia, mesmo que também apresente graus de precarização, há maiores seguridades aos trabalhadores.

alguns casos com o medo de perder o emprego, gerando um pensamento de incapacidade e impotência.

Em Salto Del Guairá, percebemos que a grande maioria dos brasileiros sente-se incapazes e sem algum poder de lutar por melhores condições de trabalho. Está associado à ausência de um sindicato ou qualquer outra forma de organização que represente os trabalhadores, o descaso ou falta de estrutura das entidades competentes como o Ministério de Justiça e do Trabalho de realizar uma fiscalização sobre as condições de trabalho, e as dificuldades burocráticas e financeiras de recorrer aos meios legais, faz dos acordos realizados no âmbito do MERCOSUL, um avanço que até agora não saiu do papel.

Conforme a cartilha do trabalhador, o Vice-Ministério do Trabalho e Seguridade Social, dependente do Ministério da Justiça e Trabalho, é o órgão do Estado encarregado do controle, fiscalização e aplicação das normas trabalhistas, contando para tanto com setores competentes e especializados para realizar as tarefas de inspeção; para receber denúncia sobre o descumprimento da legislação do trabalho e denúncias sobre a problemática relacionada com a segurança e a higiene no trabalho; para mediar os conflitos individuais e coletivos do trabalho; para organizar registros e arquivos de documentações relacionadas com a inscrição do operário-patrão e o registro de organizações sindicais.

Para o brasileiro em Salto Del Guairá, as fiscalizações existem apenas para “controlar” a presença de trabalhadores estrangeiros clandestinos. Nenhuma outra iniciativa é para controlar os “abusos” dos empregadores aos seus funcionários, descumprimento da legislação trabalhista, como a redução do horário de almoço e descanso dos trabalhadores, intensa jornada de trabalho, descontos exorbitantes do salário, metas de trabalho desumanas e outros exemplos que percebemos que acontece no comércio.

A baixa resistência dos trabalhadores pela ausência de uma organização coletiva e entidades que os represente, mais a condição de estrangeiro, cujas iniciativas legais tornam-se mais burocráticas e de custos altos, seguidas da perda da causa ou levadas ao esquecimento, inibem ações futuras dos mesmos, que reproduzem a fala que “brasileiro não tem direito no Paraguai”, “aqui rege a lei do mais forte”.

As relações de poder, os interesses que o governo paraguaio representa são percebidos pelos brasileiros. É por uma oportunidade de emprego e principalmente por uma remuneração mais significativa que o brasileiro acaba se sujeitando às formas precarizadas de trabalho.

Há empresas que formalizam o vínculo empregatício através de um contrato junto ao IPS – Instituto de Previdência Social e ao Ministério da Justiça e do Trabalho e oferece ao trabalhador algumas garantias sociais. Dos 38 questionários aplicados aos trabalhadores, 34% dos brasileiros alegaram estarem formalizados e 66% apontaram estarem sob vínculos informais. Entre esses trabalhadores, alguns desconheciam sobre seus vínculos de emprego, buscando informações para terceiros.

Neste contexto, há o processo de territorialização do capital sobre o trabalho dos brasileiros em Salto Del Guairá, seja pela falta de informações, ausência de uma organização coletiva dos trabalhadores, o medo de perder o emprego, a condição de imigrante clandestino, falta de fiscalização da aplicação das normas trabalhistas pelos órgãos do Estado, entre outros elementos, contribuem para a expansão capitalista com baixo custo sobre a mão de obra.

As assimetrias legislativas e/ou constitucionais entre países, no caso dos processos integracionistas regionais, ainda trazem divergências e barreiras importantes para a circulação de pessoas e trabalhadores, bem como para a garantia de direitos sociais, civis e políticos fora de seu território de origem.

Conforme Mendes; Wunsch; Camargo (2011), sob o argumento da necessidade de redução dos custos sociais, os países da América Latina adotam medidas de retirada de direitos sociais e trabalhistas que, conseqüentemente desencadeiam um processo de (dês) proteção social que atinge diretamente trabalhador e, por extensão, a sua família, que deixam de ter direitos enquanto dependentes dos seguros sociais.

A liberalização comercial surge como um imperativo do capital mundial, que utiliza as agencia multilateral como FMI, Banco Mundial e OMC, para pressionar as economias nacionais a facilitarem os fluxos de capitais, contribuindo, deste modo, para a instauração de novos canais de valorização para as corporações transnacionais. O MERCOSUL corresponde à constituição desses novos espaços de valorização do capital no âmbito regional, capaz de criar economias de escala voltadas para um novo dinamismo da acumulação capitalista.

Conforme Chesnais (1996) reorganização dos espaços e valorização impõe novo ritmo de intensificação da reestruturação produtiva, com potenciais imensos na desordem do mundo do trabalho, não apenas em virtude do incremento da produtividade do trabalho, mas dos próprios potenciais de desindustrialização. Na verdade, a mundialização do capital, da qual a constituição dos blocos regionais é intrínseca, é um processo de integração e exclusão, no

qual os perdedores não são apenas as empresas ao novo patamar concorrencial, mas são, sobretudo, os indivíduos, classes, regiões e países.

A liberalização, a desregulamentação desenvolve ao capital uma liberdade de escolha quase total, por lugares que lhes garante maior lucratividade. As regiões mais pobres e que a classe trabalhadora não passou pelas mesmas experiências de luta e organização coletiva das áreas dinamizadas, que viessem garantir maior formalização das relações de trabalho, representatividade sindical e seguridade social, apresentam menor resistências às novas tendências de exploração capitalista.

A proteção social é bastante restritiva na maioria dos países do MERCOSUL, incluindo apenas a parcela de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, tornando a situação da classe trabalhadora mais emblemática, num momento em que a tendência para o mundo do trabalho é o aumento do trabalho não continuado, informal e precarizado.

Uma breve avaliação do Acordo Sociolaboral do MERCOSUL, permite inferir que existem elementos que se direcionam para o aumento da mobilidade da mão de obra e para a flexibilidade das relações de trabalho.

A proteção social igual aos nacionais para os imigrantes e a Seguridade Social acessível para os trabalhadores que se deslocam nos Estados-Parte são elementos que contribuem para a mobilidade e asseguram os trabalhadores. E o estímulo que eleva a flexibilidade social, bem como as convenções e acordos coletivos como uma forma de organizar a relação capital e trabalho, apontam para a tendência de flexibilização.

Com a liberalização econômica e financeira, o capital torna-se móvel em busca de lugares mais propícios para sua expansão e acumulação, em que a disposição de uma força de trabalho mais móvel e de relações de trabalho mais flexíveis são de importância ímpar para suas estratégias territoriais.

Para Mendes; Wunsch; Camargo (2011) o cenário fronteiriço no MERCOSUL revela uma imensa lacuna no que se refere à proteção social. Demonstram como são construídos os processos de desigualdades sociais, diante da ausência e/ou insuficiência de políticas públicas que possam enfrentar as consequências de um modelo de desenvolvimento desigual num crescente processo de mundialização da economia que se beneficia de diferentes formas de trabalho precarizado. São expressões que atingem profundamente os trabalhadores,

redimensionam os modos de produzir e gerir a riqueza na sociedade e atingem modos de vida e sociabilidade humana.

Conforme as autoras, o mercado comum enseja perspectivas distintas. Por um lado, atende diretamente ao processo de acumulação capitalista e à lógica do mercado e busca de subordinação de países. Por outro lado, esforça-se na tentativa de legitimar a perspectiva de integração regional que possa resultar em avanços no plano político e social e não meramente econômico. Entretanto, a integração no plano político e social do MERCOSUL encontra-se secundarizada e periférica.

CAPÍTULO III

3. A Circulação da Mercadoria como Principal elo entre Brasil e Paraguai

A fronteira entre Brasil e Paraguai é estratégica para o processo de acumulação capitalista. A condição de limite internacional atrai investimentos capitalistas a baixos custos, voltados para o setor comercial, haja vista que o Estado paraguaio oferece incentivos fiscais, uma política de turismo de compras, um sistema tributário que facilita a venda de mercadorias a preços inferiores do que as praticadas no Brasil e as condições de uso e exploração da força de trabalho, inclusive brasileira.

Haesbaert&Limonad (2010) apontam que não se pode entender a região de forma dissociada da constelação de conceitos e da maneira em que a região e os territórios estão imbricados. O modo como regionalizamos/recortamos o espaço tem profundas implicações nas relações de poder. A região é um instrumento de análise e campo das práticas sociais efetivas que moldam a diferenciação do espaço. A fronteira internacional entre Brasil e Paraguai é uma região com dinamismos peculiares dos quais surgem conflitos territoriais.

Para Cataia (2011), as perspectivas econômicas e políticas, diante das novas tecnologias de comunicação e informação, objetivam o fim das restrições à circulação do capital principalmente a partir dos anos 1980 com a ascensão do neoliberalismo e a implantação dos processos de abertura econômica. A fronteira não deixou de ser a cristalização do território de um limite legal, físico e simbólico, de ação de um projeto social hegemônico pelo Estado-Nação.

A ideologia neoliberal defende que o capitalismo poderia incluir todos de forma igual, diminuindo o papel do Estado, pois este seria um instrumento fundamental de desigualdade. Assume um discurso crítico em relação à intervenção do Estado na Economia, apontado como paternalista. Com exaltação ao mercado, já que o livre jogo entre oferta e procura e o sistema de preços a ele ligado permitiria uma alocação otimizada de recursos disponíveis e faria crescer a riqueza geral. (CATAIA, 2011; BOITO JUNIOR, 1999).

Conforme Thomaz Jr. (2011) reforça, a ideologia do desenvolvimento, desgraçadamente adjetivada de sustentável, no alvorecer do século XXI, intensifica a pobreza no mundo ou o empobrecimento dos trabalhadores, inclusive empregados. Milhões de trabalhadores estão

desempregados e descartados do mercado de trabalho, há desenfreada destruição da natureza, dos ecossistemas, sob o escopo de ações sustentáveis.

O autor ressalta que a apropriação da riqueza gera disputas em torno das melhores terras (planas, férteis, com localização favorável, e logística de transporte adequada), garantia de acesso à água, seja superficial (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos) ou subterrânea (sobretudo os aquíferos.).

Thomaz Jr. (2011) aponta que o argumento para o momento impõe que consideremos que as mesmas características sistêmicas do crescimento, intrínsecas à própria natureza do capital, encimadas na alienação e expropriação do trabalho, revelam as faces de um sistema de controle mais sofisticado e amplo, com base na nova fase do imperialismo hegemônico global, todavia mais destrutivo e perigoso.

Cataia (2011) nos alerta que de fato, a ideologia busca legitimar a ordem da autoridade e do poder. A ordem é referida à relação orgânica entre a parte e o todo, o poder refere-se aos governantes e aos governados.

Por isso, abordamos neste trabalho o conceito de fronteira com um reconhecimento internacional, do uso jurídico do território para entender o conflito decorrente da livre circulação de mercadorias, dos impactos para locais da mundialização do capital, que permeiam a autonomia e os interesses políticos, econômicos e sociais do Estado-Nação.

Percebemos que a fronteira além de se constituir como um espaço que delimita as soberanias nacionais e o consequente contato entre países diferentes, é conflituosa não somente entre os poderes de Estados, mas pelo interesse de diferentes sujeitos. Na circulação das mercadorias, percebemos o interesse do Estado em frear a pirataria por pressão da OMC – Organização Mundial do Comércio e a sofisticação na fiscalização na fronteira e tributação de mercadorias para controlar o contrabando. Essas práticas não criam novas oportunidades de emprego, mas aqueles que as praticam resistem sob o argumento de que é o único meio de subsistência de que dispõem.

Na fronteira entre Brasil e Paraguai há diversas atividades que se voltam para a realização da circulação de mercadorias, com a presença de trabalhadores brasileiros e paraguaios exercendo diferentes funções no transporte, na comercialização e no consumo de mercadorias, como os camelôs, sacoleiros, barqueiros, laranjas, carrinheiros, trabalhadores do comércio e outros.

Rodrigues (2008) faz suas reflexões sobre o ciclo completo da mercadoria, considerando o momento do consumo interterritorial articulado à produção extraterritorial. Partindo da hipótese que o movimento de circulação em sua totalidade, cuja substância é a mercadoria, está submetida a uma lógica de produção em massa, em um sistema concorrencial em diferentes países. A maioria das mercadorias em apreço é produzida em países como Taiwan, Indonésia, Índia e principalmente na China. Produtos como eletrônicos e informática, que em decorrência da exploração da mão de obra nestes países, agregam preços mais baixos, conseguem adentrar nos países com economia e sistema tributários menos estruturados para serem comercializados, como Paraguai e Brasil.

Conforme o autor, esses países estão no lado concorrencial mais fraco e não consegue frear a produção de mercadorias por conta da tributação de mercadorias e da intensificação da fiscalização, para o capital, as fronteiras não são empecilhos¹⁹.

Cataia (2011) permite compreender que essas mercadorias têm a característica essencial de serem frutos de um trabalho social combinado, que influencia no seu preço final e a necessidade de serem transportadas de um país a outro para serem comercializadas. Tal característica conecta os laços entre produção, circulação e destinação final das mercadorias.

A circulação do capital entre fronteiras é de alguma forma estimulada e legalizada com tratados e acordos internacionais. No caso da circulação do trabalho há empecilhos que estimulam o trabalho informal.

Rodrigues (2008) aponta que todas as atividades, os trabalhadores estão articulados de forma conexa e interdependente, e como é possível perceber, nesta complexa trama existe uma mobilidade muito grande por parte dos trabalhadores diretamente envolvidos. Há um movimento contínuo que é conectado pelo elo da mercadoria, e isso compõe apenas uma fração do que podemos entender como “nova informalidade” do trabalho.

As atividades informais sempre estiveram presentes no Brasil, marcado historicamente por um conjunto de práticas de trabalho e de tipos de sobrevivência próprios. Conforme Oliveira (2005, p. 225) o trabalho informal que na década de 1960 e 1970 era considerado

¹⁹ Como nos tem afirmado Cataia (2011) o conflito que rege as fronteiras, de um lado a racionalização mercantil, com profundo conteúdo ideológico, da globalização hegemônica e do outro, o território nacional, das normas que buscam traçar o território como chão da nação, deve fazer parte da análise geográfica, pois o espaço econômico das grandes empresas ultrapassou os limites dos Estados, mas estes continuam “presos” ao território delimitado pelas fronteiras, ou seja, pela sua jurisdição.

como uma situação transitória, fadada a desaparecer com o avanço e desenvolvimento do capitalismo, agora se tornou sinônimo do nosso moderno e flexível mercado de trabalho.

Segundo Durães (2007, p. 105), a informalidade é global e está presente em várias partes do mundo, seja composta por imigrantes, seja por populações de passado de emprego estável/formal, hoje denominado de “nova informalidade”. A informalização dos formais vem ocorrendo no Brasil e na América Latina, antigos trabalhadores formais que agora só encontram nas atividades informais os meios e as formas de reproduzirem-se socialmente.

As políticas neoliberais no Brasil tiveram um avanço significativo só a partir de 1990, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. A ideologia neoliberal faz uma exaltação do mercado e a não intervenção do Estado na Economia. Defendendo que as leis do mercado é que permitem o crescimento econômico.

O Estado brasileiro assume uma posição gerencial, atendendo os interesses do capital estrangeiro e nacional, privatizando empresas públicas, negando suas responsabilidades sociais e formulando mudanças políticas por meio do sistema jurídico para atender os interesses capitalistas.

Antes do advento do neoliberalismo o mercado de trabalho brasileiro já era flexibilizado, não constituindo, portanto, uma decorrência imediata desse processo. O que há de novo é que se criam condições de legalidade para flexibilizar as relações formais de trabalho. Alguns exemplos da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho foram à legalização do contrato temporário, a permissão da renúncia dos direitos trabalhistas em acordos coletivos, em que os empregados nas negociações poderão perder certos direitos compensando-os com outros, como banco de horas, redução da jornada e a redução de salários, entre outros exemplos.

Essas transformações induziram o crescimento e o alargamento do setor informal, devido aos novos arranjos do setor produtivo, como a horizontalização, novas formas de organização e gestão do trabalho e o processo de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, significando o desmantelamento das conquistas históricas do trabalhador, diminuindo os direitos e seguridades sociais.

Trabalho informal e trabalho autônomo são duas formas distintas, pois naquele a autonomia é quebrada em nome dos imperativos do capital, que vem se disseminando cada vez mais, não como uma solução temporária ao desemprego, mas de forma permanente para aqueles que não conseguiram ocupar as limitadas vagas no mercado de trabalho formal, pois

dependem de preparo para vencer a concorrência e se estabelecer como empregados, bem como a disposição para atuar nas condições impostas pelo patronato.

Conforme Rodrigues (2008), a lógica de produção e circulação de mercadorias está articulada ao desemprego e nos países menos desenvolvidos há grande quantidade de trabalhadores dispostos a atuar na compra, transporte e revenda dessas mercadorias, por falta de alternativas no mercado de trabalho formal e mesmo por opção como complementação de renda, ainda que sob o risco de ser criminalizado.

A mobilidade de trabalhadores brasileiros para o comércio em Salto Del Guairá está atrelada ao contexto em que se inserem no mercado de trabalho brasileiro, cujas alternativas de emprego são precárias, buscando no movimento individual, melhores condições de trabalho ou mesmo uma oportunidade de emprego.

A maior parte da força de trabalho paraguaia é oriunda do campo e com forte influência da cultura guarani, muitas vezes não correspondendo ao perfil de trabalhador (com experiência em vendas, comunicativo, maior desenvoltura, domínio da língua portuguesa e etc.) exigido por grande parte dos capitalistas para trabalhar no comércio. Neste sentido, há a utilização da mão de obra brasileira para dar atendimento ao público brasileiro e a aceitação dos salários, já que os municípios vizinhos do lado brasileiro apresentam baixo dinamismo em seus mercados de trabalho.

Entre os brasileiros que trabalham no comércio em Salto Del Guairá, muitos se encontram legalizados e no mercado de trabalho formal, com contrato de trabalho, sob a regularização do Ministério do Trabalho e pelo Instituto de Previdência Social, outros trabalhando clandestinamente, sem a regularização migratória e sem contrato de trabalho, atuando na informalidade.

Conforme Rodrigues (2008) ainda, a sofisticação dos meios de controle sobre as mercadorias e de trabalhadores que cruzam a fronteira, ao contrário de inibir e combater o contrabando ou descaminho, houve um aumento significativo de outros trabalhadores envolvidos nessas atividades, como os trabalhadores do comércio que atuam como “laranjas”.

O papel do “laranja” é dividir entre várias pessoas as mercadorias compradas pelos camelôs e sacoleiros, para a soma das mercadorias não ultrapassar a cota individual estabelecida, ficando isentas de tributação, desde que identificada pelos fiscais da receita como mercadorias não destinadas à comercialização.

De qualquer forma a lógica da mercadoria se impõe, e ao fazê-lo ela expressa seu próprio estatuto, no qual não importa o trabalhador e sim a execução de sua função. Não importa se nas mãos de um contrabandista ou de um comerciante atacadista, importa sim, o movimento, a circulação da mercadoria, na busca do objetivo para o qual foi produzida. (RODRIGUES, 2008, p.59)

A economia informal está intimamente ligada à economia formal, em que percebemos a travessia e o transporte de mercadorias destinadas ao comércio informal, como camelôs e vendedores ambulantes, e para o comércio formalizado.

Rodrigues (2008) afirma também que as atividades informais e ilegais permanecem, pois há fatores predominantes para a insistência dessas atividades. Um é a necessidade de trabalhar sem alternativas e o outro é o patrocínio da atividade, em que a maioria do contrabando mais significativo, as mercadorias não são encomendadas por unidades ou consumidores comuns, mas por comerciantes legalizados que exigem estas mercadorias em grande quantidade e em períodos contínuos. Portanto, se um sacoleiro desiste da atividade, outro permanece em seu lugar e a circulação de mercadorias continua.

No discurso do governo há intenção de diminuir a informalidade, combatendo a pirataria a partir da tributação de mercadorias, mas por estar submetido a um jogo de forças em diferentes escalas o cenário continua conflituoso, pois não cria novas oportunidades de inserção desses trabalhadores.

Contudo, mesmo que o comércio em Salto Del Guairá apresenta-se como melhor oportunidade de emprego aos brasileiros, não significa que este trabalho não seja precário, pelo contrário, partindo do princípio que no capitalismo, independente do lugar e da cultura, o trabalho é precário. Através de nossas entrevistas feitas em Salto Del Guairá, percebemos indicadores, como a jornada prolongada, trabalho intenso, baixa ou nenhuma seguridade social, desrespeito à legislação trabalhista e a sujeição de muitos trabalhadores às atividades ilegais, como o descaminho.

O descaminho faz parte da dinâmica da fronteira. Muitos comerciários recorrem a essa prática para compensar os custos com o deslocamento, e outros para aumentar a renda no final do mês. As práticas clandestinas na fronteira também são realizadas por trabalhadores, mas está atrelada principalmente ao comércio formalizado, em que muitos comerciantes brasileiros contratam trabalhadores para atravessar mercadorias na fronteira, para revendê-las no Brasil. Como veremos a seguir.

3.1 Superando as Dificuldades Encontradas no Cotidiano de Trabalho na Fronteira

A luta pela sobrevivência ou o sonho de melhorar de vida atrai muitos trabalhadores para Salto Del Guairá e outras cidades fronteiriças entre Brasil e Paraguai exercendo atividades ilícitas. Essas atividades diante do papel do Estado de tentar controlar o comércio ilegal mudam a dinâmica territorial do espaço, conferindo-lhe novos significados, próprios e específicos de uma fronteira internacional.

O Estado desempenha ação importante na configuração da fronteira, de seu posicionamento diante da economia e política mundial que chega pontualmente na postura adotada pela Polícia Federal. As iniciativas de controle ao contrabando e o descaminho²⁰, por exemplo, buscam proteger determinados campos da indústria nacional da “concorrência desleal” que seria promovida pela invasão dos produtos importados do Paraguai.

As mercadorias são controladas pela Receita Federal, não precisando ser declaradas até o valor de 300 dólares por mês. Pessoas que vêm de regiões distantes para compras no Paraguai, cujas mercadorias não alcancem a cota mínima precisam adquirir um documento de trânsito livre, desde que não sejam identificadas como destino a comercialização. Sobre o valor excedente das mercadorias que ultrapassarem a isenção, a taxa é de 50%, com pagamento mínimo R\$10,00 de imposto.

O governo brasileiro cria medidas práticas contra o comércio ilegal, mas não cria novas oportunidades de empregos. Há a resistência daqueles que precisam trabalhar para ter os meios necessários para a sua sobrevivência, buscando driblar as novas medidas de controle do Estado. Esses sujeitos acabam assumindo novos papéis na travessia, transporte e comercialização de mercadorias.

Grande maioria dos comerciários possui seus próprios clientes, que compram mercadorias para revender no Brasil. Estes são comerciantes, camelôs e sacoleiros vindos de

²⁰ Contrabando é o ato de transportar e comercializar ilegalmente, produtos proibidos por lei no país. O descaminho corresponde ao crime de sonegação fiscal. Ocorre quando há a entrada ou saída de produtos permitidos no país sem que os mesmos recolham impostos. Diferentemente do contrabando, o descaminho pode ser sanado com o devido pagamento dos impostos pelas mercadorias importadas ou exportadas, enquanto que no contrabando não há fiança. Código Penal, art. 334 Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

regiões distantes do país e consumidores comuns, para quem os brasileiros atuam como “cotistas”.

Muitos brasileiros que se deslocam para trabalhar em Salto Del Guairá assumem dupla função: vendedor no comércio e “laranja” (ou “cotista” comumente chamado por eles). O “laranja” aluga seu direito de adentrar na fronteira de outro país com uma cota legal de mercadorias, quando na verdade a mercadoria pertence a terceiros. Conforme nos aponta “P”:

O cliente compra alguma coisa de você e você se sujeita a arriscá passar na receita a fim de lucrar alguma coisa com isso, porque você ganha pelo risco né. O cliente não vai querer arriscar passar com uma mercadoria que custa “x” reais e perde algum valor, um valor assim na média né. Como se fosse um comércio paralelo tem um monte de pessoas que se arriscam passar assim. E você oferece como se fosse um serviço a mais né, extra pra você poder agregar no seu salário. (“P”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

Rodrigues (2008, p.17) nos aponta que aqueles que atuam no comércio informal apenas como sacoleiros são quem mais utiliza “laranjas” no Paraguai, pois na maioria das vezes compram grande quantidade de mercadorias diversas (já que atuam na compra por encomenda), diferentemente do camelô (com ponto fixo) que costuma comprar apenas os itens de mercadorias que ele revende em seu boxe ou barraca.

É difícil de identificar para quem os brasileiros atuam como “cotistas” com maior expressão. Como os trabalhadores do comércio não dão conta de atravessar grande quantidade de mercadorias, as leva aos “pontos de cotas” geralmente um ponto comercial de fachada em Salto Del Guairá, onde as mercadorias são estocadas para serem transportadas para o outro lado da fronteira, sendo recrutados outros trabalhadores que atuam apenas como “cotistas”. Conforme observamos no depoimento do trabalhador “D”:

Os trabalhadores daqui puxam por conta. Antes tinha tipo um empresário que só trabalhava para puxar cotas. Agora os trabalhadores puxam por conta e não distribui cotas, porque precisam. Demora uns três dias os comerciantes do outro lado da fronteira, até levarem todas as cotas. (“D”, entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2012)

É importante salientar que a entrevista acima foi realizada no dia 20 de agosto de 2012, após o momento do golpe de Estado no Paraguai, que gerou medo no público consumidor e dificultou a chegada de mercadoria até o comércio de Salto Del Guairá. E

durante o ano é considerada comum no mês de agosto a redução do movimento do comércio. Neste momento, somada ao aumento do preço do dólar que aumentou o preço das mercadorias e reduziu o número de consumidores.

A instabilidade no mercado mundial e o aumento da cotação do dólar refletem diretamente nas atividades realizadas na circulação de mercadorias na fronteira. Especialmente dos comerciários, que neste período teve muitos casos de demissões imotivadas e demissões voluntárias.

Nos períodos de redução do movimento do comércio, muitos empresários reduzem o número de funcionários. Mas há também as demissões “voluntárias”, que neste momento acontecem principalmente com o trabalhador que não é assalariado e depende exclusivamente da comissão em vendas para sobreviver, ou seja, é uma demissão forçada. Muitos brasileiros, no momento em que há a queda das vendas, encontram nas atividades clandestinas (principalmente na travessia de cotas de mercadorias para o outro lado da fronteira), uma saída para não ficarem desempregados.

Diariamente os brasileiros atravessam a fronteira para trabalhar no comércio e no final do expediente, na volta para casa, alguns deles atuam como laranjas. Transportam mercadorias geralmente dentro da cota de U\$300,00 ou ainda arriscando a passagem pela Receita com mercadorias que excedem a cota.

Desta forma há a tentativa de burlar a fiscalização escondendo as mercadorias em lugares estratégicos no interior do carro. Há preferência por aquelas com grande circulação como os eletroeletrônicos (equipamentos de informática com seus acessórios). O comerciante atravessa a mercadoria para o patrão ou outro comerciante brasileiro, ficando, portanto com o ônus/risco da atividade de atravessar a fronteira.

Se isso serve de exemplo, perdi o carro há duas semanas atrás fazendo isso, transportando. Eles chamam de muamba, mas você passa frete na verdade[...] E comecei a fazer isso faz pouco tempo, não faz acho que três meses que comecei a fazer isso. O carro eu descobri há meses atrás que tinha um compartimento, um buraco do carro e comecei a guardar as mercadorias lá, aí acho que foi uma denúncia né. [...]Arrisquei tudo e perdi tudo, agora é começar do zero e reerguer, mas não vale a pena, mas infelizmente você se sujeita a isso, é automático. (“P”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

O prejuízo é maior para aqueles que são descobertos pela polícia com mercadorias escondidas no automóvel. As mercadorias e o carro são apreendidos e o trabalhador responde a um processo judicial.

De acordo com informações passadas pelos trabalhadores entrevistados, existem três práticas distintas realizadas pelos comerciários brasileiros na travessia de mercadorias do Paraguai para o Brasil: a primeira consiste em levar uma quantidade de mercadorias que não ultrapasse o valor de passe livre para turistas. A segunda ocorre quando o valor da mercadoria está acima do passe livre para turista, e os comerciários não as escondem no carro. O terceiro, aqueles que atravessam com mercadorias escondidas no carro.

Geralmente quem esconde mercadorias no carro trabalha apenas com transporte e travessia de mercadorias cuja comercialização é proibida no Brasil ou em grande quantidade que necessitariam passar pelo crivo da tributação. Transportam mercadorias em carro de luxo para não levantar suspeita.²¹ Tempra, Vectra, Astra, são carros alienados financeiramente, que circulam apenas um ano e meio, até serem resgatados e apreendidos. Nestas situações são pagos por estes carros de três a quatro mil reais. Esta situação significa uma perda menor, caso o carro seja apreendido com contrabando, pois como não foi quitado, o valor realmente pago por ele é muito baixo.

As mercadorias geralmente são levadas para hotéis nos municípios de Guaíra e Mundo Novo, e outras pessoas entram em ação levando-as até o destino, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro.

Em nossa pesquisa percebemos que o trabalhador do comércio evita esconder mercadorias, para não correr o risco de perder o carro.²² Quem faz isso geralmente ainda não tem um volume de informações sobre essa prática. Conforme depoimento de um de nossos entrevistados, no início de março de 2012 que trabalha no comércio e recentemente perdeu o carro transportando mercadorias escondidas. Em outro diálogo no início de maio de 2012, o mesmo nos relatou que quem trabalha no comércio não esconde mercadorias “porque o risco

²¹ O perdimento administrativo também abrange o veículo de transporte. Conforme Pólvora (2013) muitos julgadores têm aderido à tese da proporcionalidade para afastar o perdimento do veículo quando o valor das mercadorias apreendidas é ínfimo em relação ao veículo. Há o problema que essa forma de análise pode induzir os contrabandistas a usarem veículos mais caros, e os contrabandistas mais pobres seriam os que mais sofreriam com a punição.

²² Se o veículo for preparado para o contrabando, sempre deverá haver o perdimento administrativo, inclusive o judicial decretado na sentença penal (art.91, II, a, do Código Penal.). Ou ainda for denotado que era utilizado para a prática do crime.

de perder o carro é maior, quando você oculta mercadorias. Porque se perder, perde só as mercadorias, não o carro.”

Essas práticas são diferenciadas conforme o risco que os trabalhadores se dispõem a enfrentar, em relação à legalidade da prática, principalmente em relação ao Código Penal.

Conforme Pólvara²³ (2013) em um texto publicado na “Revista Âmbito Jurídico” aponta que no Código Penal, o contrabando e o descaminho são considerados como um único crime. Mas que a jurisprudência tem oscilado na questão, às vezes tratando o contrabando e o descaminho como a tese de um crime único, e em outros momentos considerando a tese de crimes diversos. É um único crime com diferentes modalidades. E a pena é de reclusão, de um a quatro anos.

Percebemos que o cotidiano do trabalho nas atividades clandestinas faz com que o trabalhador acumule conhecimento sobre suas práticas, principalmente quanto aos riscos que enfrentam no âmbito da legalidade.

Os trabalhadores correm o risco de serem criminalizados e ainda com prejuízos em casos de apreensão das mercadorias e do próprio automóvel usado para o transporte. Conforme Pólvara (2013) pode haver apreensão de mercadorias, mesmo que elas não estejam proibidas pelo comando legal ou administrativo, mas passando pelo crivo da razoabilidade e proporcionalidade, seja gravemente ofensivo ao interesse público. Porém não teria qualquer repercussão penal, em face do princípio da legalidade, de forma que não pode ser processado por contrabando se não existir norma expressa que proíba a importação.

Segundo o autor, o Estado não pretende punir criminalmente qualquer importação proibida. O Direito Administrativo que faz isso com a pena de perdimento. A finalidade da norma é punir aquele que burla a proibição como uma oportunidade de obter lucros. Por exemplo, pessoas que importam produtos proibidos para o uso próprio, não respondem por crime conforme o art.334 do CP, ficando sujeitos apenas à apreensão e a pena de perdimento. A lógica aplicável está na finalidade da importação. (Obviamente que a configuração da atividade lucrativa não atinge tipos especiais como tráfico de armas e munições, a importação de uma arma para o uso pessoal, configura-se como tráfico internacional de arma, previsto na lei nº10. 826/03.)

Neste sentido, a importação de produtos que estão acima do valor mensal de passe livre para turistas ou que sejam destinados à comercialização, no âmbito da legalidade, deve

²³

Enivaldo Pinto Pólvara é analista processual do Ministério Público Federal.

ser feita com declaração de imposto. A não declaração das mercadorias importadas é considerada descaminho, que pode levar à apreensão e perda das mercadorias. No descaminho, o automóvel utilizado no transporte pode ser apreendido, se este for modificado e denotado que é utilizado para a prática.

Nas atividades clandestinas o trabalhador pode ser criminalizado, perder as mercadorias e o carro. Por outro lado, os prejuízos não inibem as atividades ilegais, porque há outros trabalhadores dispostos a trabalhar, como também a persistência dos mesmos, já que não encontram melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Essas atividades clandestinas aparecem como um meio dos comerciários complementarem a renda, já que a remuneração em forma de comissões é muito flexível que varia conforme o movimento no comércio, que é mais intenso nos feriados brasileiros, chegando a situações críticas em meses sem feriados, como agosto.

A remuneração varia de um salário mínimo brasileiro (R\$622,00²⁴) e chega a ultrapassar dois mil reais para alguns comissionados, mas praticam atividades ilícitas para garantir o sonho de reformar ou construir uma casa, comprar um carro, ter o que eles chamam de “melhor padrão de vida” ou ainda ajuntar um capital de giro para abrir o próprio negócio ou para compensar os custos com deslocamento.

A exclusão e desigualdade produzidas pelo capital fazem das atividades informais e ilegais, único caminho para aqueles que precisam de um emprego para sobreviver, mas são imprescindíveis para a reprodução do grande capital. A condição de pobreza e miséria é fundamental para o capital, e o trabalhador acaba se sujeitando às formas precárias de trabalho em troca dos meios necessários à sua sobrevivência. A título de exemplo, a uma brasileira que trabalhava no comércio, e ao voltar para casa atuava na travessia de mercadorias a pedido de seu patrão, como pagamento pelo serviço extra prestado era pago aluguel de R\$ 350,00.

Algumas lojas se encontram tanto do lado paraguaio como do lado brasileiro. Há funcionários que são contratados para trabalhar na loja do Brasil e quando aumenta o fluxo no comércio de Salto Del Guairá, deslocam-se para o outro lado da fronteira. O mesmo acontece com as mercadorias, são atravessadas de um lado e outro da fronteira, conforme a demanda de mercado. Muitos produtos brasileiros adentram o território paraguaio, fogem do sistema tributário e retornam ao Brasil de forma ilegal.

²⁴

Valor do salário mínimo brasileiro no período da pesquisa de campo, janeiro de 2012.

Conforme relata “P”, formado em publicidade, que trabalhou alguns anos em São Paulo, depois foi trabalhar no Japão, onde ficou por quatro anos e ao retornar para o Brasil sua formação em publicidade não o ajudou a obter emprego. Por motivos particulares obrigou-se a deslocar-se para Guaíra, optando por buscar emprego no Paraguai. Para oferecer melhores condições de vida para a filha, resolveu trabalhar no comércio e atravessar mercadorias para aumentar a renda.

Além de mim, tem outra pessoa para sustentar né. Desde que eu fui para o Japão ela tem um padrão de vida bem elevadíssimo. E no Japão eu conseguia manter o padrão. Desde que eu voltei, eu continuo mantendo. Então se eu não fizer esse tipo de coisa aperta para mim. E não é pensar em mim, tenho que pensar na minha filha, antes de mais nada. E não moro na minha casa. A casa que eu moro é dos pais de minha mulher e tem que fazer esse tipo de coisa para poder ter uma renda extra e esse é o maior problema, quer dizer que você arrisca mesmo, eu arrisquei e perdi o carro. (“P”, entrevista realizada 05 de março de 2012)

Os trabalhadores que atuam na fronteira agregam um volume de informações adquiridas às suas próprias práticas. Os brasileiros que trabalham no comércio em Salto Del Guairá, com o tempo vão descobrindo os melhores caminhos para superar as dificuldades e acabam construindo um dinamismo peculiar a este espaço. Aqueles que atuam na travessia de mercadorias, por exemplo, vão aprendendo como melhor driblar a fiscalização, quanto ao horário de passagem pela receita, como dividi-las nos pacotes para não serem classificadas com destino para comercialização e medir os riscos de escondê-las ou não no automóvel e passar pela primeira zona da Receita.²⁵

Conforme Cardin (2005, p.8)

²⁵ Existem duas zonas de fiscalização: a zona primária e a zona secundária. A zona primária corresponde os recintos alfandegários. E a segunda zona abrange todo o território nacional, que está submetido, portando, à fiscalização de fronteira. (art.33 do Decreto-Lei 37/66) Na primeira zona, por exemplo, as mercadorias destinadas para comercialização ou que passam do valor do passe livre para turista, podem ser declaradas. Na segunda zona de fiscalização, se as mercadorias denotadas para comercialização ou acima do valor do passe livre para turistas são apreendidas sem a chance de serem declaradas.

Cada experiência vivida pelos indivíduos acrescenta alguma nova resposta a uma situação diferente e com o passar do tempo, com um conjunto de experiências acumuladas, os trabalhadores possuem um complexo sistema que permite a eles explorarem cada vez mais os trabalhos realizados.

As formas de organização desenvolvidas pelos trabalhadores buscam superar as dificuldades que são encontradas na vida cotidiana. Os brasileiros buscam reduzir os custos com deslocamento, esperando carona em alguns pontos da cidade que fazem parte da rota de turistas e trabalhadores que se deslocam para o Paraguai. A prática de carona é muito comum, seja com turistas, com outros trabalhadores ou com o próprio patrão.

Não há um horário fixo para abertura das lojas no comércio em Salto Del Guairá e a jornada de trabalho é muito flexível. As lojas costumam abrir as portas mais cedo em dias de maior movimento, como aos sábados e feriados.

Aos sábados e feriados os trabalhadores se deslocam mais cedo para os pontos à espera de carona. Alguns combinam com amigos, outros diante da dificuldade em relação à flexibilidade do horário ou para não dividir despesas pegam caronas com pessoas diferentes, até mesmo com desconhecidos, principalmente quando vai se aproximando muito o horário de entrar no trabalho.

É possível encontrar trabalhadores nestes pontos das seis às sete horas da manhã. Em Guaíra o principal ponto localiza-se no posto Senna, na Av. Almirante Tamandaré que segue em direção a ponte Ayrton Senna. Em Mundo Novo os pontos ficam nas esquinas ao longo da BR 163 que seguem em direção a Salto Del Guairá.

À medida que se aproxima o horário de entrar no trabalho, o trabalhador pega carona com estranhos para evitar descontos ou multas por parte do empregador que não garante o deslocamento. Essa prática torna-se um grande risco aos brasileiros. Nas entrevistas, alguns trabalhadores relataram que acabaram presos por pegarem carona com pessoas com porte ilegal de armas e com condutores de carros roubados.

A ajuda mútua atrela-se principalmente aos laços de amizade e parentesco. É com o tio, a tia, o cunhado, a prima ou amiga que também trabalha no Paraguai que os trabalhadores conseguem carona. É também por esses laços que os comerciantes costumam recrutar a mão de obra.

Os brasileiros contam com esses laços para conseguir um emprego, e por esses laços de parentesco e amizade encontram ajuda para enfrentar as dificuldades que aparecem no

cotidiano e permanecem no emprego. Como é o caso de “K” que, no comércio em Salto Del Guairá já há alguns anos, driblou as dificuldades para se deslocar de Guaíra a Salto Del Guairá e contou com a ajuda da mãe para cuidar do filho e administração do lar:

Agora a gente vai de carona, mas já cheguei a ir com meu carro. Às vezes combino com minha irmã, uma semana vai num carro e na outra semana vai no outro. Cheguei a ir de van já, mas não deu certo. Quando tinha eu e uma amiga, a Luana, a gente fazia o seguinte: cada uma ia com seu carro uma semana. Porque eu só tenho um veículo em casa. Para eu ir todo dia de carro fica difícil, porque daí minha mãe fica sozinha com neném não tem como sair, pagar uma conta. Também a gente vai com uma pessoa que vai de carro, paga pra ele e beleza. (“K”, entrevista realizada no dia 19 de março de 2012)

Em outras entrevistas, quatro trabalhadores disseram que se deslocam de Guaíra a Salto Del Guairá de carona no carro do colega de trabalho. O custo com combustível é dividido entre os cinco trabalhadores e a manutenção do automóvel é paga com a travessia de mercadorias. A travessia de “cotas” de mercadorias com a finalidade de pagar os custos de transporte de um lado a outro na fronteira é prática comum entre muitos brasileiros.

Os trabalhadores se deslocam até Salto Del Guairá de carro próprio, de van (custeada por eles) e principalmente de carona. O trabalhador que recebe remuneração mais baixa é o que mais se desloca na fronteira de carona, como também o que leva refeição pronta de casa para o Paraguai. Esses são alguns caminhos buscados pelo trabalhador para reduzir os custos, compensar o deslocamento e até mesmo permanecer no emprego, como é possível perceber na fala de “V” que trabalha em uma loja do Shopping Salto.

Tem gente almoça lá. A maioria leva marmita, porque não compensa né, você trabalhar lá e ficar pagando almoço. Melhor levar de casa, tanto é porque é a comida que você sabe que é de casa, entendeu. (“V”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

Os custos e as condições de trabalho em Salto Del Guairá são ponderados na decisão de trabalhar em outro país. A atuação como “cotistas”, dividir custeio do deslocamento, caronas, levar refeição de casa são caminhos buscados para que a condição de imigrante e o trabalho intenso que enfrentam no Paraguai sejam compensados no final do mês.

Essa prática de um lado é uma forma de resistência, uma saída encontrada para permanecerem no emprego e ter um salário mais significativo no final do mês. De outro, permite a exploração da mão de obra brasileira a baixos custos.

O cotidiano de trabalho, as formas que encontram para superar as dificuldades de se deslocarem de um lado a outro da fronteira, como ajuda mútua (caronas) para reduzir custos, permitem que durante este tempo de deslocamento haja aproximação e diálogo entre os trabalhadores, contribuindo para um pensamento crítico em relação às suas condições de trabalho no comércio e para a resistência em relação às diferentes formas de exploração.

Esses diálogos contribuem para a socialização da troca de experiências, em que os trabalhadores não apenas têm conhecimento de sua condição de trabalho, mas também de seus colegas. Observamos nas entrevistas que eles têm um conhecimento geral das condições de trabalho oferecidas pelos empregadores, evitando emprego nas lojas com maiores níveis de exploração do trabalho. Os trabalhadores trocam informações sobre suas condições de trabalho.

3.2 A Ampliação da Taxa de Mais-Valia Através do Envolvimento Motivado (forçado) do Trabalhador com os Objetivos da Empresa

Os capitalistas buscam novas formas de controle do trabalho e ampliação da mais valia. E mudanças comportamentais estão sendo induzidas através de novas formas de organização do trabalho, formas de “aproximar” os interesses dos trabalhadores com os interesses das empresas, ou seja, a busca incessante do capital pela captura da subjetividade operária.

A apropriação da dimensão intelectual dos trabalhadores se dá graças à ideologia que estabelece ao trabalhador o dever de envolver-se com as questões da empresa, ser um sujeito coletivo no trabalho, buscar a cooperação com os colegas, entre outros exemplos.

Wolf (2004, p.361) exemplifica os Programas de Qualidade Total – PQT's, através da busca do capital por “trabalhadores participativos” que recebem rotulação de “colaboradores”, contribuindo para a reificação do trabalhador. Os PQT's exprimem muito bem esta nova lógica do capitalismo, quando buscam, um envolvimento dos trabalhadores com as questões

da empresa, que envolve a dimensão intelectual dos trabalhadores, como ideias, informações, criatividade e etc.

As reformas sindicais e trabalhistas facilitam a formação de um novo trabalhador, conseqüentemente, de um novo homem, pois visam a máxima flexibilização das relações de trabalho. Há diminuição dos encargos sociais a serem pagos pelos empregadores e a inibição de qualquer iniciativa por parte dos trabalhadores contrária aos interesses do capital.

A flexibilização é um elemento importante para ampliação da lucratividade, como já vimos, contribuiu para o processo de precarização do trabalhador, como a insegurança no emprego, falta de vínculo, subcontratação, aumento da informalidade. Em países menos desenvolvidos como do Brasil e Paraguai há a tendência para a contínua precarização das relações de trabalho, principalmente em regiões mais pobres onde oportunidades de emprego e renda são precárias.

Em Guaíra e Mundo Novo, as vagas com melhor remuneração, com seguridade social e estabilidade no mercado de trabalho formal são muito restritas. A oportunidade de emprego nestes municípios é escassa, principalmente para aqueles com menor nível de escolaridade. A maioria das vagas de emprego ofertados no mercado de trabalho formal apresenta baixos salários, desrespeita a legislação trabalhista e explora o trabalhador, como pode ser observado através de depoimentos.

Neste sentido, o comércio em Salto Del Guairá tem sido a melhor oportunidade de emprego aos brasileiros da região, o que se repercute de forma mais imediata graças à remuneração mais significativa. No Brasil o salário costuma ser mais baixo se comparado ao de Salto Del Guairá, porém a formalização do contrato de trabalho garante alguns direitos sociais.

Pela oportunidade de emprego e pela remuneração mais significativa os brasileiros deslocam-se para trabalhar no Paraguai. Mas as relações de trabalho no comércio em Salto Del Guairá têm condições perversas, animadas pelo aumento da competitividade e individualidade, exigindo que o trabalhador seja flexível e criativo para vender as mercadorias e se manter no emprego.

Conforme França Jr (2009, p.96) o capitalista usa duas estratégias para aumentar a taxa de mais-valia, ou prolonga a jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ou aumenta a intensidade do trabalho (mais-valia relativa). A vantagem econômica do capitalista realiza-se na inversa proporção do tempo necessário para a realização do trabalho necessário. Ou seja,

quanto menos tempo necessário para o trabalhador remunerar a si próprio, mais tempo terá para produzir excedente para o capitalista gerando o lucro.

As lojas, em sua maioria, não pagam salários fixos aos seus empregados. A remuneração do trabalhador depende da porcentagem em comissão sobre o valor das mercadorias por ele vendidas. E várias estratégias são utilizadas para que o trabalhador dê o máximo de si para conseguir vender as mercadorias, tais como os esquemas de premiação e recompensa para atingir metas de vendas nas lojas.

O empregador tem o controle sobre o trabalhador devido ao medo que este tem de perder o emprego e do sentimento de fracasso diante dos demais colegas de trabalho quando não consegue atingir as metas de vendas. Não é premiado, nem homenageado na empresa. Enfrenta ainda a necessidade de garantir seu rendimento salarial. Esses fatores impulsionam o trabalhador a intensificar o seu ritmo de trabalho, dando-se de corpo e mente para a empresa.

O trabalhador comissionado recebe uma remuneração muito maior do que aquele que recebe apenas o salário fixo. Contudo, maior responsabilidade e preocupação em conseguir vender as mercadorias, já que seu salário é muito instável, como se observa na fala de “P”:

Mas o estilo de vida que você leva no Paraguai em relação a trabalho, assim, não dá para reclamar: Se é corrido ou se é devagar. Porque quando ta devagar você não ganha. Você não tem salário. Então você fica ocioso assim o dia inteiro sem saber o que fazer. É pior ainda. Sua cabeça fica vazia começa a imaginar mil coisas ruins, sempre ruins né. E não tem salário, você é comissionado. Você ganha se aparecer alguém e se por sorte você conseguir negociar. E se por sorte a pessoa comprar com você. Porque no Paraguai existem dez mil lojas vendendo as mesmas coisas com preços até menores que os seus. Então se você não tiver uma boa conversa, um diferencial que chame a pessoa e faça ela acreditar. Assim, às vezes você tem que ser até meio mentiroso né. Pra poder vende né. Coisa que eu não gosto. Eu falo, mas o cliente quer acreditar naquilo que ele tem na cabeça. Eu faço acreditar também sabe. Porque lá é assim [...], se você não vender ele vai sair de lá e vai comprar na metade do preço na frente [...] (“P”, entrevista realizada no dia 05 março de 2012)

Comissão para as empresas é importante por motivar o trabalhador às vendas. As lojas vendem praticamente as mesmas mercadorias e “saber vender” torna-se um diferencial. Além de ser um meio de acabar com a política salarial, de reajustes sobre o salário fixo, o empregador dispõe de maior controle sobre o trabalhador e extração do sobretrabalho. O trabalhador obriga-se a dar o máximo de si para vender, muitas vezes se sujeitando a enganar

o cliente gerando um ambiente de competitividade e individualismo com os demais colegas, contexto que contribui para a lucratividade das empresas.

Algumas empresas trabalham com metas de vendas preestabelecidas (os trabalhadores informam que essa prática é maior entre empregadores do segmento árabe, turcos e libaneses) há um aumento porcentual na comissão do trabalhador a cada meta atingida para estimular as vendas, chegando em outros casos ao extremo de impor um valor mínimo de mercadorias a serem vendidas sob a ameaça de perder o emprego. Como relata “V”, o importante para seu padrão é a disposição e habilidade dos trabalhadores em vender:

[...] a única exigência que ele faz é que tem que vender. Tem que vender! Que nem esse mês agora ele colocou uma meta, se a gente não cumprir a meta a gente vai ser dispensado. E é um mês fraco, um mês difícil, então... Tem que fazer. (“V”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

Para Druck (1999, p.127) este é um padrão predatório, em que a redução dos custos e conseqüentemente, o aumento da lucratividade, é garantida através da exploração das relações precárias de trabalho. A tendência dos trabalhadores de procurarem “mostrar serviço e dedicação” para garantir sua permanência na empresa, é a cooperação forçada, obtida sob a ameaça de serem demitidos. No entanto, cabe observar que esta “adesão” obtida pela “força/coerção” nem sempre assegura o envolvimento necessário, a motivação para cooperar ou a identificação com a empresa.

O maior envolvimento e cooperação com a empresa decorrem de melhor remuneração dos empregados, que por tempo de serviço ou sendo destaque em vendas recebem porcentual maior nas comissões. E aquele que assume cargo gerencial tem direito a algumas regalias, melhores salários e a condição de controle em relação aos demais trabalhadores, poder de tomar decisões no processo de organização do trabalho para melhorar o desempenho das atividades, estratégias para aumentar as vendas, entre outros.

Os cargos de gestão e gerência oferecem alguma autonomia ao trabalhador. Contudo ele está submisso ao poder e controle que pertence à autonomia gerencial do empregador. Na fala de “K” que é gerente de um setor de vendas da loja Paraná Import, os interesses da empresa e do trabalhador estão em consonância, mas existe um implícito descontentamento em relação ao aumento de responsabilidade no emprego.

Na minha condição não, a gente tem o mesmo interesse, fazer a empresa crescer. [...] Tem uma diferença grande, quando você é vendedor você não

tem que se preocupar com muita coisa. Como é comissão, a eu vou preocupar só com meu salário e pronto. Agora quando você é gerente não. Tem que se preocupar com salário de todo mundo, tem que se preocupar com a empresa e tem que se preocupar com você. Eu trabalhei como vendedora só três meses, como gerente já trabalho três anos. E é assim, entra gente, sai gente. Você tem que se preocupar com tudo, você tem que se preocupar com a empresa. (“K”, entrevista realizada no dia 19 de março de 2012)

Todas essas iniciativas do capital pela busca central da captura da subjetividade operária têm como pretensão inibir iniciativas de resistência e obter maior controle sobre a força de trabalho. Ocorrem por força/coerção sob a ameaça de perder o emprego ou a necessidade do trabalhador garantir o seu salário através das vendas. Para despertar maior identificação do trabalhador com a empresa, promovem-se elogios e premiações, certa liderança em relação aos demais colegas de trabalho, entre outros. Motivação para ser criativo, flexível e dar o máximo de si para empresa.

As lojas em Salto Del Guairá vendem praticamente o mesmo tipo de mercadoria, vivem um ambiente marcado pela concorrência. As empresas mais estruturadas utilizam departamento de publicidade, esquemas de *marketing*, propagandas televisivas, internet, comunicação visual (outdoors), panfletos para atrair o público consumidor.

Contudo, não substituem o conhecimento do comerciário, a sua arte em vender, a prerrogativa em convencer o consumidor a levar tal produto ao invés de outro e conquistar o cliente para que volte.

Para Gomes (2009) a percepção que se tem é que as empresas definem novas estratégias como marketing e publicidade, aumentando seus gastos com esses custos indiretos e cresce as pressões sobre as reduções dos custos diretos, tanto da mão de obra, quanto das matérias primas. Os gastos com custos diretos são pressionados para baixo a favor de investimentos com custos indiretos.

O grau de concorrência por mercados e fronteiras de exploração capitalista exigido o aumento desses gastos, que, por sua vez, determinam pressões sobre as relações de produção, provocando desemprego e exclusão social capitalista. Sendo assim, as formas de controle e gastos diretos e, substancialmente, sobre a força de trabalho aumentaram consideravelmente. (GOMES, 2009, p.47)

Transformações da força de trabalho e a sua exploração são resultados dessa estratégia. O capital impõe novas determinações que envolvem qualificação profissional,

cooperação para com objetivos da empresa, flexibilização das relações de trabalho e outros elementos que permitem a precariedade do emprego, ao mesmo tempo em que exigem compromissos com a empresa.

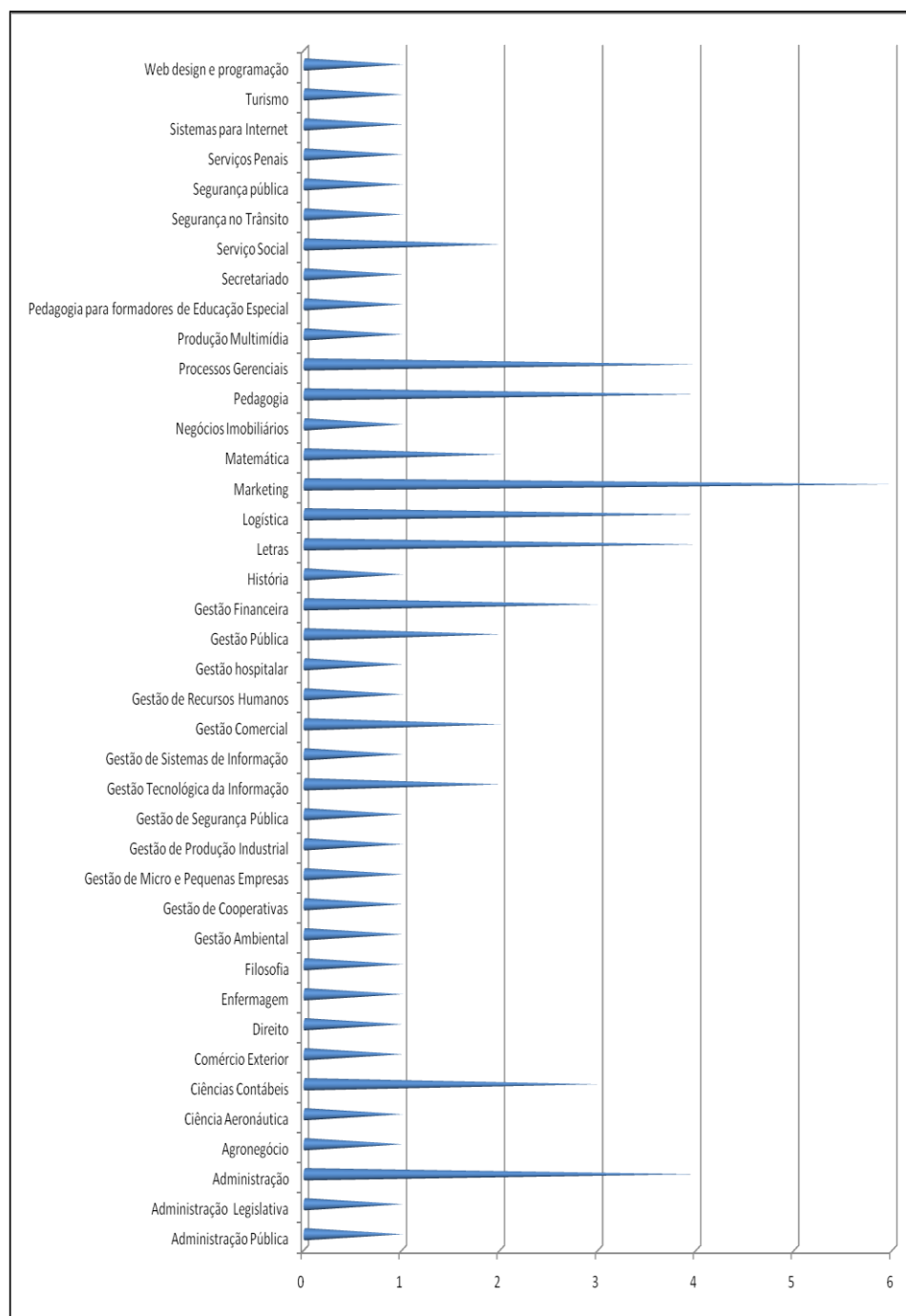
Os brasileiros apontaram que as empresas não exigem qualificação para o trabalho. Por outro lado, durante nossa pesquisa os trabalhadores relataram que há uma disputa entre as empresas por trabalhadores que são bons em vendas. Geralmente são aqueles com alguma formação em *marketing*, publicidade ou relações públicas, têm curso técnico-informática, possuem experiência, são comunicativos e têm algum conhecimento sobre produtos eletrônicos e informática. Poucas lojas oferecem cursos preparatórios, treinamentos buscando melhorar a qualidade no atendimento

Conforme as informações obtidas pelos trabalhadores, as empresas não exigem muita qualificação na hora de contratar funcionários. Geralmente o trabalhador tem alguns meses de experiência e se não se adaptar nem for bom nas vendas é demitido. Algumas lojas oferecem cursos e palestras orientadas para a área de vendas, comunicação e marketing, com duração de um ou dois dias. Muitas vezes os trabalhadores se deslocam para Assunção/PY, Cidade Del Este/ PY ou Foz do Iguaçu/BR para participarem de palestras e cursos preparatórios.

Esses cursos têm como objetivos estimular a venda de produtos, com lições de atendimento ao cliente, negociação e definição de preço do produto e também para que o trabalhador incorpore os objetivos da empresa, buscando sempre satisfazer o cliente, quanto à boa imagem dos produtos e a lucratividade a ser atingida.

Conforme observamos no gráfico (XIII), os cursos mais oferecidos à distância pelas universidades são de marketing, processos gerenciais, pedagogia, logística, letras, administração, gestão financeira e ciências contábeis. O curso de marketing é oferecido por todas as instituições de Ensino Superior, inclusive a UNIPAR que tem uma unidade em Guaíra e oferece também os cursos de História e Gestão Comercial à distância.

Gráfico XIII – Guaíra: Número de Cursos Superiores à Distância²⁶



Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura, 2013.

²⁶

As instituições que oferecem cursos à distância em Guaíra credenciadas pelo MEC são: Universidade Paulista – UNIP, Universidade Anhembi Morumbi – UAM, Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Universidade Anhanguera – UNIDERP, Centro Universitário Internacional – UNINTER e Universidade do Paraná – UNIPAR.

Em nossa pesquisa encontramos duas trabalhadoras que fazem o curso de Gestão Comercial na UNIPAR. Outra nos informou que a UNIPAR tem oferecido cursos pensando nas pessoas que trabalham no Paraguai, inclusive com aulas nas segundas e terças-feiras no período noturno, dias de menor movimento no Paraguai. A UNIPAR oferece dois cursos à distância voltados para o comércio: Gestão Comercial e Marketing.

No gráfico (XIII) percebemos que a oferta de cursos busca atender as demandas do comércio, como marketing, logística, administração e gestão financeira.

Em Mundo Novo não encontramos instituições de ensino superior que ofereçam cursos à distância registrados no MEC. Em Mundo Novo tem a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, conforme a Tabela (VI), que oferece os cursos de ciências contábeis, gestão ambiental e turismo.

Tabela VI – Mundo Novo: Instituição de Ensino Superior e Cursos Presenciais

INSTITUIÇÃO	CURSOS	
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS	Ciências Biológicas	Licenciatura
	Gestão Ambiental	Tecnológico
	Turismo	Bacharel

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura, 2013.

Em Guaíra, a UNIPAR – Universidade do Paraná oferece os cursos de administração, análise de sistemas, enfermagem, estética, gestão ambiental, matemática, pedagogia, processos gerenciais e sistemas de informação. Ver tabela (VII) abaixo:

Tabela VII – Guaíra: Instituição de Ensino Superior e Cursos Presenciais

INSTITUIÇÃO	CURSOS	
Universidade do Paraná – UNIPAR	Administração	Bacharel
	Análise de Desenvolvimento de Sistemas	Tecnológico
	Direito	Bacharel
	Enfermagem	Bacharel
	Estética Cosmética	Tecnológico
	Gestão Ambiental	Tecnológico
	Matemática	Licenciatura
	Pedagogia	Licenciatura
	Processos Gerenciais	Tecnológico
	Sistema de Informações	Bacharel

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura, 2013.

Os cursos de gestão ambiental e turismo estão voltados para a economia local, como o turismo no rio Paraná e em locais históricos, a pesca, a extração de areia e outros. Há cursos de licenciatura como ciências biológicas, matemática e pedagogia e os cursos mais voltados

para empresas como administração, análise de sistemas, processos gerenciais, sistema da informação e outros.

A tabela (VIII) a seguir, mostra que os cursos oferecidos em Guaíra, mesmo que não orientados exclusivamente para o comércio, contribuem na formação profissional para este setor.

Em Mundo Novo não há oferta de cursos profissionalizantes, segundo a Secretaria da Educação do Mato Grosso do Sul.

Tabela VIII – Cursos Profissionalizantes em Guaíra

INSTITUIÇÃO			CURSOS
Colégio Estadual Mendes Gonçalves			Técnico em informática
			Técnico em Vendas
			Técnico em Administração
Colégio Roosevelt	Estadual	Presidente	Formação de Docentes

Fonte: SED - Secretaria da Educação do Paraná, 2013.

Conforme a tabela (VIII) de cursos profissionalizantes registrados, em Guaíra são oferecidos os cursos técnicos de informática, vendas e administração. E curso do magistério voltado para a formação de docentes.

A pesquisa sobre os cursos oferecidos em Guaíra e Mundo Novo foi feita a partir de informações colhidas nos sites do Ministério da Educação e Cultura e Secretaria da Educação. Procuramos nos sites do Sistema FIEMS – Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul (SESI, SENAI e IEL) e no Sistema FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná (SESI, SENAI e IEL) e não encontramos unidades nos municípios de Guaíra e Mundo Novo. Por outro lado, em jornais online e nos sites das prefeituras, encontramos notícias de cursos oferecidos pelo SENAI, SENAT, SENAC e outros em parceria com a prefeitura. Os cursos oferecidos, orientados para a formação da mão de obra pouco qualificada: eletricista, empregada doméstica, manicure/pedicure, assistente de cabeleleiro, costureira, informática, auxiliar administrativo.

Conforme a tabela (IX), dos 38 trabalhadores brasileiros entrevistados no comércio em Salto Del Guairá, apenas cinco têm curso superior completo. Lembrando que constam apenas os trabalhadores que responderam os questionários que foram aplicados de forma aleatória. Em algumas jornadas ao comércio em Salto Del Guairá encontramos pessoas que nos relataram serem formadas em outros cursos como Geografia e Pedagogia, por exemplo.

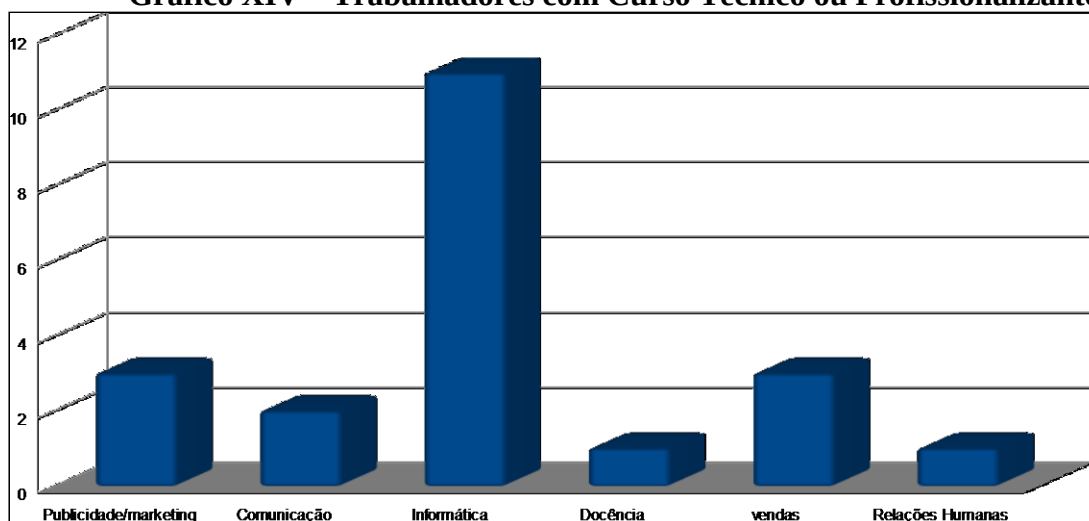
Tabela IX – Trabalhadores com Curso Superior Completo

Contabilidade	1
Letras	1
Gestão Ambiental	1
Administração	1
Publicidade e Marketing	1

Fonte: MASUZAKI, T.I. Trabalho de campo, agosto de 2012.

No gráfico (XIV) observa-se o número de trabalhadores que fizeram algum curso profissionalizante. Destacam-se os que fizeram algum curso na área de informática, seguidos de vendas, publicidade, marketing e comunicação.

Gráfico XIV – Trabalhadores com Curso Técnico ou Profissionalizante



Fonte: Org. MASUZAKI, T.I. Trabalho de campo, agosto de 2012.

Conforme o gráfico (XIV), os cursos realizados pelos trabalhadores estão em sua maioria orientados para o comércio, como publicidade/marketing, comunicação, vendas e relações humanas. Quanto ao curso de informática, algum conhecimento de software e hardware é importante para aqueles que trabalham em setor ou lojas que vendem produtos de informática.

A qualificação orienta-se pelas estratégias de desenvolvimento local ou regional, quanto à necessidade de dispor de mão-de-obra especializada em um determinado setor contribuindo para a expansão geográfica do capital. Como observamos em Guaíra e Mundo Novo, cujos setores que mais se destacam na geração de empregos formais são o de serviços, comércio e da indústria.

Conforme Alves (2000) qualificações profissionais passam a serem consideradas menos “um estoque de conhecimento/habilidades”, mas, sobretudo a competência, capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou imprevisíveis.

Essas características tornam-se importantes para o trabalhador na hora de negociar um produto. Geralmente o patrão estabelece o preço mínimo pelo qual determinada mercadoria pode ser vendida (principalmente as lojas de eletrônicos e informática de empregadores do segmento árabe). O vendedor fará o balanço do preço em que ela está sendo ofertada no mercado, estipulando um valor inicial (nem muito alto e nem muito baixo) para o cliente, até a negociação ser concluída. A comissão será maior ou menor conforme o preço em que a mercadoria foi negociada.

As tentativas do capital pela busca central da captura da subjetividade operária (cooptada ou coerciva), tem como finalidade incutir no trabalhador o pensamento do capital, que suas metas coincidam com as metas do capital. Busca desestimular qualquer tipo de manifestação que possa atrapalhar os interesses capitalistas, valorizando o individualismo.

Cardin (2005) ressalta que o homem atual é reflexo do mundo do trabalho vivenciado por ele mesmo. Em que o objetivo do sistema sociometabólico do capital é um trabalhador inteiramente subordinado que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital, mas, até mesmo a demissão de seus companheiros. Outros são influenciados pelo espírito competitivo e individualista, orgulhando-se das metas atingidas, por ser o melhor vendedor da empresa com posicionamento pouco crítico ou de conformidade com suas condições de trabalho. Essas práticas contribuem para o enfraquecimento de suas identidades sociais, de precarização do emprego, do trabalho e da vida.

Conforme Carvalhal:

E a totalidade social no capitalismo tem em sua centralidade o fetiche da mercadoria, a transformação do trabalho em uma dupla condição (produtor de valores de uso e produtor de valores de troca) é o que caracteriza sob o metabolismo societário do capital a transformação da mercadoria como razão-de-ser das ações humanas no capitalismo. (CARVALHAL, 2002, p.6)

Para Carvalhal (2002), esta razão-de-ser está fundada na característica do trabalho enquanto momento fundante do ser social, mas que na condição de mercadoria, no capitalismo se tem a possibilidade de formar/qualificar a força de trabalho para produzir valores de troca, “deformando/desqualificando” o trabalhador, o ser social.

Conforme aponta Gemelli (2010), a qualificação profissional não engloba apenas o conhecimento do processo do trabalho associado à incorporação de habilidade técnicas, mas também abarca o próprio “ser” trabalhador que representa também as vantagens comportamentais e atitudinais que o trabalhador possa oferecer no sentido de aumentar a produtividade e a lucratividade do trabalho através da educação para o trabalho.

Essas exigências fundamentadas por mercados cada vez mais competitivos tornam o cotidiano do trabalho marcado por maior pressão por metas e cobranças personificadas em resultados quantitativos crescentes. O ambiente de trabalho marcado por essas pressões, que personifica o trabalhador como um simples objeto para realização da mercadoria.

Quando tem alguma coisa que ta me afetando, no meu caso, eu converso com meu patrão. Acontece muita briga aí entre si. Aí quem sai na vantagem é quem vende mais. Quem tem mais moral. Vamos dizer assim, com patrão né. Você vende bem, sua moral já é boa com patrão. Porque ele não quer perder você. Porque você que dá lucro pra ele. (“V”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

Conforme Thomaz Jr. (2011) a marca fundante do estranhamento é o próprio significado que o trabalho tem como componente do capital, ou seja, em essência a própria transmutação genética do trabalho em capital. Ou ainda, “o capital aparece como realização efetiva de trabalho, mas essa realização efetiva é a objetivação do próprio trabalho, que aparecerá então, a um só tempo, como estranhamento e alienação.” (RANIERI, 2001, *apud* THOMAZ JR, 2011, p.7)

Por outro lado, o homem não é um sujeito passivo, sem resistências. Como vimos o individualismo e a competitividade gerada entre os trabalhadores ocorre de forma coerciva, pela extrema necessidade de sobrevivência dos mesmos. Neste sentido, ao invés de “acabar” com a luta de classes apenas a reafirma, pois estas estratégias buscam o controle dos trabalhadores. E, mais, pode-se afirmar que a captura da subjetividade operária não é homogênea/totalizadora/sem-resistências.

A qualificação e formação profissional fazem parte da produção do espaço, que muitas vezes se orienta para a formação da mão de obra e exploração do capital. Mas ela não é completamente voltada para a finalidade capitalista, porque também contribui para ampliar a compreensão do mundo e para uma visão crítica em relação à ideologia burguesa. Observamos isso na fala de muitos trabalhadores, que descontentes, não se sentem realizados

no trabalho. Buscar maior qualificação, estudar, fazer um curso superior para encontrar outro emprego, que ofereça melhores condições de vida.

E como os homens não são sujeitos passivos, a resistência operária frente a estes processos, deve buscar a crítica destes novos modelos de gestão da força de trabalho. O sentimento de exploração e da (des) realização no trabalho pode contribuir para que os trabalhadores dotem-se de sentimentos revolucionários e pouco conformistas.

Na pesquisa de campo, em nenhum momento tivemos informações ou evidenciada alguma manifestação coletiva desses trabalhadores. As formas de resistência dos brasileiros à exploração do trabalho no comércio em Salto Del Guairá tem se expressado de forma mais individual, na busca por melhores oportunidades de emprego. O descontentamento se expressa devido ao descumprimento da legislação trabalhista, falta de seguridade social, jornada intensificada de trabalho que prejudica sua vida também fora do trabalho, ficando entre muitos uma perspectiva de buscar maior escolaridade (muitos dos entrevistados pretendem fazer algum curso superior ou já estão cursando) para melhorar suas condições de trabalho ou encontrar emprego melhor no Brasil.

Diante das principais formas de degradação do trabalho que enfrentam no Paraguai, principalmente no que se refere à seguridade social e ao ritmo intensificado de trabalho, os brasileiros sujeitam-se ao trabalho precarizado pela remuneração que é maior do que a do emprego que possivelmente encontrariam no Brasil. No ponto a seguir buscamos de forma sucinta trazer alguns elementos para entender os significados materiais e subjetivos do trabalho no comércio em Salto Del Guairá para os brasileiros que se deslocam diariamente na fronteira.

3.3 Significados Materiais e Subjetivos do trabalho

Buscamos entender as motivações para a decisão dos trabalhadores brasileiros a se deslocarem para o outro lado da fronteira. Assim que concluem o ensino médio e ingressam no mercado de trabalho encontram facilidades na obtenção de emprego no comércio em Salto Del Guairá, que não exige tanta experiência e qualificação e não há tanto controle para a entrada de trabalhadores que ainda não completaram 18 anos.

O motivo de se deslocarem para Salto Del Guairá não é apenas a facilidade de encontrar um emprego, mas principalmente o salário mais atraente. A maioria relata que não teria o mesmo poder de consumo se trabalhasse no Brasil. Conforme “E” e “V” relatam sobre as motivações de trabalhar no Paraguai:

Pela facilidade né. Tipo assim o salário que eu ganho lá eu não vou ganhar aqui. Tipo assim, por eu não ter curso superior né, eu sei que trabalho um pouco mais, mas é mais fácil né, bem mais. (“E”, entrevista realizada no dia 02 de abril de 2012)

Na profissão que eu tenho a oportunidade de emprego eu tenho só que o salário não chega. Sabe é pouco, muito pouco. Ainda mais pra você, para uma família hoje, cê ganhar salário mínimo. Pouco mais de um salário mínimo é pouco, se você não tem casa própria ou algo assim. A gente recorre a um salário maior, que é o Paraguai que fornece. (“V”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

No Paraguai os brasileiros vão encontrar um emprego com mais facilidade e com uma remuneração mais significativa. Contudo há aqueles que ganham pouco.

O trabalhador tem que vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, e essa condição faz com que muitos se submetam a condições precárias de trabalho no Paraguai diante da baixa perspectiva de emprego no Brasil.

Na empresa que eu trabalhava aqui (no Brasil) ficava anos: nove anos, dez anos na empresa. Ali não, é coisa de meses. É coisa de um mês, dois meses o funcionário já tá saindo. Porque não aguenta, só aguenta quem precisa mesmo. Muita pressão. Pressão psicológica, pressão de todo tipo. Então só fica no Paraguai quem realmente tem necessidade, quem precisa mesmo do dinheiro. Se não, não fica não. Eu só não desisti porque tenho o meu filho né, agora se fosse eu sozinha no mundo e não ter que cuidar dele, já tinha saído de lá também. Mas eu não posso, por um tempo vou ter que ficar por lá. (“V”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

O emprego no Paraguai é para os brasileiros o meio para garantirem sua sobrevivência. A condição material é importante para o bem-estar do ser humano, uma casa mobiliada, boa alimentação, transporte, educação, lazer e outros. O trabalho no Paraguai contribui para realização do trabalhador brasileiro em alguns aspectos, principalmente pelo maior acesso ao consumo. Por outro lado, esse trabalhador também não se sente realizado com seu trabalho em Salto Del Guairá.

O brasileiro tem acesso aos bens materiais que demoraria conquistar trabalhando no Brasil. Em alguns casos, jamais conseguiria adquirir. Como segue:

[...] foram dez meses, mas dez meses no Brasil eu nunca ia conseguir comprar um carro. Não ia conseguir de jeito nenhum né. Eu acho que é um ponto a favor até. Porque se você tá aí, tentando guardar um dinheiro, juntá um dinheiro pra você compra o que você quer, ali é o lugar mais rápido que eu acho assim. (“A”, entrevista realizada 26 de março de 2012)

O trabalho dos brasileiros no comércio em Salto Del Guairá contribuiu para melhorar as condições de vida. Contudo, esses brasileiros estão inseridos na sociedade capitalista, que constrói o pensamento que o consumo passa a fazer parte da realização do homem. A sociedade diz que tudo tem que ser para agora. Ao mesmo tempo ela diz que se você não consome você não é ninguém. E se cria o ser a partir do ter. O ser na sociedade capitalista não é completo em si mesmo. Ele se completa a partir do ter. O comércio no Paraguai contribui para a realização do consumo de forma mais imediata.

O que eu consegui conquistar lá em um mês eu não consegui em um ano aqui. Então é uma diferença muito grande mesmo, de trabalhar lá e aqui. E olha que eu to pouco tempo lá. Agora tem gente que tá a cinco a dez anos, já tem casa própria, tem carro e não é casinha não, é casão e trabalhando lá com vendas. [...] pouco tempo que estou lá, já conquistei bastante coisa que não teria conseguido se tivesse aqui. Móveis, moto e até pagar minha faculdade. (“V”, entrevista realizada no dia 05 de março de 2012)

Na pesquisa de campo, observou-se boa situação de moradia de alguns brasileiros que trabalham no outro lado da fronteira. Não são envoltos em imensa riqueza, mas algumas casas são novas, outras nem tanto, mas bem mobiliadas. Com ar condicionado, móveis novos e modernos, eletrodomésticos de última linha no mercado.

Trabalhar como vendedor em Salto Del Guairá e transportar “cotas” garante renda e consequente melhor acesso a bens materiais. Mas a rotina de trabalho é intensa e cansativa, interferindo na vida fora do trabalho. Conforme observamos nos relatos abaixo:

Fica mais complicado para eu ver minha família trabalhando no Paraguai. Que a gente trabalha de segunda a segunda, e só tem um dia de folga, então fica complicado eu tirar esse dia para eu ir para lá. É muito corrido. Porque o dia que eu tenho de folga, eu tenho que fazer minhas coisas aqui. Porque eu moro sozinho né, então eu tenho que pagar uma coisa, tenho que ir no mercado, tenho que fazer serviço de casa. E pra mim o único problema que

eu tenho agora é a dificuldade de ver minha família. Tipo já tem dois meses sem eu ir para lá e a gente mora tão pertinho. (“A”, entrevista realizada no dia 26 de março de 2012)

A rotina de trabalho é intensificada e geralmente trabalha-se aos sábados, domingos e feriados. O dia de folga costuma ser durante a semana, principalmente às segundas, terças e quartas-feiras. O dia de folga o comerciante aproveita para fazer outras atividades que não são possíveis nos dias de trabalho, como higienização da casa, compras e etc.

A mercantilização das relações sociais transforma até mesmo o lazer em mercadoria. Os comerciantes não reclamam do acesso ao dinheiro, mas os principais motivos de demissão voluntária são o cansaço e a indisposição ou a falta de tempo para a diversão e lazer.

No domingo você já está beleza, mas no sábado a tarde quando todo mundo sai, a gente nunca pode fazer. Assim, quando for nas férias, a gente nunca pode fazer uma viagem. Brasileiro no feriado, como na sexta-feira santa né _ “Na quinta-feira à tarde vou viajar e só volto na segunda” _ Isso para pessoa que trabalha no Paraguai nunca vai ter. _ “É feriado na terça, eu vou e coisa”. _ Não, isso a gente não tem! É sábado à tarde, as pessoas sai, mas você tá trabalhando e você chega muito cansada. Se você pega feriadão, quando é feriado, as pessoas estão aproveitando, você está moído. Então você perde muito da vida sim. (“J”, entrevista realizada no dia 02 de abril de 2012)

Fica mais distante né, porque trabalha mais. Tipo, sábado a tarde que você teria para ficar em casa você não fica porque trabalha. Feriado que você podia ficar com amigos também não dá, porque trabalha. O que tem livre é domingo à tarde, só, e olha lá ainda. (“E”, entrevista realizada no dia 02 de abril de 2012)

Os comerciantes relataram que a rotatividade de trabalhadores no comércio é muito alta devido ao trabalho intenso. Isso gera cansaço, estresse e desmotivação para o trabalho. Apesar do salário, há resistência a essa atividade. Muitos trabalhadores revelam que veem o emprego no Paraguai como um processo transitório, objetivando juntar dinheiro, estudar e procurar um emprego melhor no Brasil. A rotina de trabalho, o trânsito, a poluição visual, o intenso fluxo de pessoas e mercadorias e o descumprimento da lei são fatores que estressam e desmotivam os trabalhadores para o comércio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Entendemos que a expansão do comércio em Salto Del Guairá se insere em uma dinâmica globalizada, inclusive de buscar respostas ao movimento contraditório do capital, que se expande criando barreiras para sua própria expansão. A expansão geográfica do capital é uma das condições básicas para sua existência, por isso o capital sempre está em busca de novos espaços de dominação e exploração. Ele tem que se expandir constantemente, não apenas para vencer a crise, mas a fim de não perder o controle do espaço e aproveitando-se do maior número de vantagens que cada lugar possa oferecer.

A expansão do comércio em Salto Del Guairá oferece vantagens para acumulação capitalista. O empresário buscará sempre novos lugares para investir seu excedente e garantir sua reprodução promovendo a transformação espacial causando a mobilidade territorial do capital e do trabalho.

O homem vai transformando a natureza e a si mesmo por meio do trabalho que, como ato teleológico, é historicamente constituído e muda as relações sociais e a produção do espaço. Isso se reflete na organização da sociedade no modo de produção capitalista, no qual preconiza-se cada vez mais o trabalho concreto sobre o trabalho abstrato, e o valor de troca sobre o valor de uso.

A migração geralmente ocorre devido à expansão do capitalismo, que ao mesmo tempo torna o espaço homogêneo promovendo a destruição de outros modos de produção e outros padrões de consumo. Ele também diferencia o espaço, provocando a divisão territorial do trabalho e a desigualdade social.

A migração tem a direção que interessa ao trabalhador, que se desloca em busca de adquirir meios para garantir sua sobrevivência ou melhorar sua condição de vida e da família. A direção é tomada a partir de um quadro de opções oferecidas pelo sistema capitalista. Esse deslocamento tem que interessar também ao capital, ao seu processo de valorização, o que podemos observar também quando discutimos a migração no Brasil. O trabalhador escolhe se migra ou não, mas muitas vezes sua força de trabalho é descartada pelo capital, como aconteceu durante a crise imobiliária na Europa deixando desempregados muitos brasileiros forçando-os a voltar.

Mesmo que a iniciativa de migrar seja do sujeito trabalhador, o domínio do processo de produção espacial é capitalista, ou seja, a criação de lugares mais ou menos atrativos aos trabalhadores está condicionado à dinâmica territorial do capital.

Geralmente a migração toma direção para espaços onde o capital está se expandindo. Como observamos no Brasil a atração de mão de obra qualificada da Europa para as obras da Copa, obras do PAC, prospecção do petróleo, entre outros, além de mão de obra barata de vários estados brasileiros (ao mesmo tempo em que são expulsas muitas pessoas que moram ou trabalham no entorno dos estádios e das obras de infraestrutura) caracterizando uma inversão nas rotas migratórias no interior do país.

O que ocorre com os trabalhadores objeto da pesquisa é uma mobilidade internacional da força de trabalho, com características muito próximas daqueles que se deslocam para morar e trabalhar em outro país. Precisam enfrentar toda a burocracia para a regularização da situação migratória e garantir o mínimo de sua cidadania, direitos no trabalho, protegerem-se do risco de serem deportados se encontrados em condição de clandestinidade (muitas vezes sob o risco de não receber o mínimo pelo seu trabalho), o contato (muitas vezes marcado por conflitos) com outra cultura, entre outros elementos.

No modo de produção capitalista a mobilidade humana está cada vez mais centrada no trabalho assalariado, embora exista o discurso de que com o desenvolvimento da técnica e da ciência, a produção dependerá menos do trabalho do homem. Percebemos que no modo de produção capitalista, o desenvolvimento técnico atrelado à produção de mercadoria e acumulação de lucros, não poupa trabalho. O desenvolvimento técnico leva à redução de empregos, porém isso não significa a eliminação do trabalho, pelo contrário, para quem continua empregado ele se intensifica.

A intensificação do trabalho não acontece apenas na linha de produção, mas em todos os setores que participam do processo de realização de mercadoria. Desde os trabalhadores que atuam no desenvolvimento e inovações de produtos, na linha de fábrica, os trabalhadores da área de marketing, publicidade, comerciários, camelôs, sacoleiros e outros.

A expansão capitalista homogeneiza o espaço no sentido de acabar com as outras formas de produção que não são baseadas na maximização do lucro capitalista. Em nossa região, especificamente Guaíra e Mundo Novo, a expansão do capital, desapropriou ou expulsou camponeses, indígenas, quilombolas e aumentou a concentração de terras. Os

trabalhadores, sem o controle dos meios de produção, possuidores unicamente de sua força de trabalho, deslocaram-se para a cidade, tornando-se mão de obra assalariada.

A modernização da agricultura concentrou e vem concentrando terras nas mãos de uma minoria e caracteriza a inserção precária daqueles trabalhadores do campo que vieram para a cidade. A mobilidade diária de trabalhadores para municípios vizinhos, como exemplo, os trabalhadores provenientes do campo que se deslocam para cidade e sujeitam-se ao trabalho pesado e degradante nas indústrias alimentícias da região.

Os trabalhadores da cidade, que possuem um perfil de escolaridade não muito alta e de baixa qualificação se inserem de forma precária em setores como o comércio, serviços e na indústria local. Em busca de uma remuneração mais significativa muitos optam em deslocar-se diariamente para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá/PY.

Observamos que muitos dos brasileiros que se deslocam para trabalhar no comércio em Salto Del Guairá, nunca chegaram a trabalhar no Brasil. Foi a experiência do primeiro e único emprego. Muitos jovens, devido às exigências do perfil da mão de obra para entrar no mercado de trabalho, à falta de experiência, qualificação e em muitos casos, por serem menores de idade. Eles encontram no Paraguai uma alternativa de emprego, maior facilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Guaíra e Mundo Novo, apesar do aspecto positivo em relação ao aumento do número de empregos formais nos últimos anos, não gera empregos capazes de absorver toda a mão de obra, e as condições de trabalho nem sempre motivam a permanência do trabalhador no emprego. Como observamos os brasileiros que se deslocam para trabalhar no comércio paraguaio pela remuneração que é mais alta. Isso porque o perfil da mão de obra brasileira que trabalha no Paraguai enfrenta dificuldades de encontrar um emprego que ofereça uma remuneração igualmente significativa no país de origem.

O mercado de trabalho no capitalismo é seletivo, limitando o número de vagas com as melhores condições, cujos benefícios, salários, seguridade social são maiores. A exclusão do mercado de trabalho é legitimada com o discurso “tem vaga de emprego, mas não tem mão de obra qualificada”, também com a alegada falta de experiência dos trabalhadores. O que é uma falácia, a título de exemplo pode-se citar o deslocamento de mão de obra qualificada de países como Espanha e Portugal que, devido à crise financeira, enfrentam hoje, desemprego e precarização do trabalho em seus países de origem.

A qualificação profissional é essencial para o capital, para o desenvolvimento de certas atividades no espaço, como os arranjos produtivos locais que demandam de uma qualificação específica da mão de obra. Mas o discurso da falta de qualificação é utilizado também para legitimar a pressão sobre os salários, as péssimas condições de trabalho e o desemprego.

Diante do perfil da mão de obra brasileira, que se desloca para trabalhar no comércio no Paraguai, observamos que no Brasil esses trabalhadores possivelmente conseguiriam se inserir num emprego com maior seguridade e garantias sociais, mas dificilmente o salário alcançaria o valor da remuneração que recebem em Salto Del Guairá no sistema de comissões. Muitos, cansados da rotina intensificada de trabalho e da baixa seguridade no mercado de trabalho paraguaio, procuram um emprego no Brasil. Mas, devido aos baixos salários do lado brasileiro, voltam a sujeitar-se ao trabalho precarizado no país vizinho.

A remuneração mais significativa implica não somente no maior acesso ao consumo. Para muitos, é mais do que isso, o acesso aos meios necessários para sobrevivência, conforme relatos dos trabalhadores “A” e “V” respectivamente: “trabalhando no Brasil não conseguiria pagar o aluguel”, “trabalhando no Paraguai tenho condições de sustentar meu filho e fazer faculdade”.

É neste contexto que entendemos a mobilidade da força de trabalho no modo de produção capitalista. O trabalhador pode decidir migrar ou não, mas às vezes se sente forçado a migrar. O trabalhador escolhe deslocar-se para trabalhar em Salto Del Guairá, local de expansão do capital comercial. A mobilidade territorial do trabalho é intrínseca à mobilidade territorial do capital.

As fronteiras jurídicas políticas são estratégicas para o capital. Como observamos, a política de turismo de compra no Paraguai é interessante para os capitalistas. A política de incentivo e expansão comercial voltada para reexportação na área de fronteira permite ao capital se territorializar a baixos custos, entre outros elementos a utilização da mão de obra barata e um mercado de trabalho pouco regulamentado.

Os capitalistas tem baixos custos, pois exploram mão de obra barata e pagam baixos impostos ao governo paraguaio, que poderiam ser investidos em políticas públicas. Observamos que há expansão do comércio e aumento da especulação imobiliária. Contudo, não há melhoria de vida para a maior parte da população, como saneamento básico, saúde, educação, moradia, boas condições de emprego, entre outros. O emprego precarizado no

comércio, muitas vezes, é o único meio de sobrevivência encontrado pelos trabalhadores paraguaios.

E a expansão do agronegócio no Paraguai é outro agravante, concentra terras e desemprega os trabalhadores do campo que em Salto Del Guairá se deslocam para trabalhar no comércio, inserindo-se na maioria das vezes no mercado de trabalho informal.

Por isso, entendemos que a fronteira, além do limite jurídico-político de Estado, que é estratégico para o capital, é também o lugar da degradação do outro. É espaço de conflitos, em que a expansão capitalista ocorre diante da exploração do trabalho precarizado de paraguaios e brasileiros.

Em Salto Del Guairá percebemos que há um excedente de mão de obra nacional, forte presença de trabalhadores informais de rua como camelôs e vendedores ambulantes, a maioria proveniente do campo.

A preferência pela mão de obra brasileira ocorre principalmente pelo aspecto cultural, para atender a ampla maioria do público consumidor que é proveniente do Brasil. O aspecto cultural favorece na hora de atender os clientes brasileiros, seja por falar a mesma língua, ter outra compreensão de organização e objetivação do trabalho e mais atrelada a cultura comercial. Em alguns conseguem qualificação que garanta maior desempenho nas vendas, como o conhecimento em informática, vendas, comunicação e marketing.

A formação do trabalhador não se restringe necessariamente a habilidades técnicas, mas também mudanças comportamentais e subjetivas. A captura da subjetividade do trabalhador pelo capitalista, para que ele pense e seja criativo para empresa. É a mudança do próprio “ser” trabalhador, para que pense conforme os objetivos da empresa.

Mas o trabalhador não é um sujeito passivo, que diante das condições precárias de trabalho é capaz de tomar posições críticas e pouco conformistas em relação às imposições capitalistas. A maior escolaridade também pode contribuir para as posições críticas. A tentativa de controlar o trabalhador pode ser pela busca do seu consentimento em relação aos objetivos da empresa ou de forma coercitiva, sob o medo de perder o emprego, por exemplo.

Interessante que há intensa rotatividade de trabalhadores nas lojas de Salto Del Guairá. A rotatividade é uma estratégia empresarial fundamental nesta captura, pois aparece como pressão sobre os trabalhadores empregados e serve para “selecionar” aqueles que têm maior comprometimento com a empresa, ao se sujeitaram por mais tempos às condições

estabelecidas pelas empresas, seja pelo caráter individual, seja pela falta de alternativas para estes trabalhadores.

A expansão do comércio em Salto Del Guairá, cumpre a função final de realização de mercadoria. Incessantemente busca-se o controle da força de trabalho pela captura da subjetividade do trabalhador até mesmo de forma coercitiva. A objetivação desse controle resulta na intensificação do trabalho.

Quesito básico para um trabalhador estrangeiro entrar no mercado de trabalho formal no Paraguai é a regularização de sua situação migratória. Por outro lado, observamos que brasileiros e paraguaios, mesmo em situações regularizadas, nem sempre têm os direitos respeitados. Em situações ainda mais degradantes, vivem aqueles trabalhadores com vínculos informais de trabalho e, no caso dos brasileiros, muitas vezes como emigrantes clandestinos.

O movimento do comércio na fronteira paraguaia é muito instável. Há momentos de intenso fluxo de pessoas e épocas do ano de redução das vendas, como parte significativa ou toda remuneração depende da comissão em vendas, essa oscilação leva muitos trabalhadores a pedirem demissão ou a sujeitarem-se às atividades clandestinas.

As atividades clandestinas como puxar “cotas de mercadorias” são realizadas pelos trabalhadores para permanecer no emprego. Alguns trabalhadores realizam constantemente essa prática, para custear os deslocamentos e a alimentação, garantindo renda maior no final do mês. Os trabalhadores encaram a ilegalidade como um trabalho, mesmo que envolva maiores riscos e seja de alguma forma mais precário.

Por vezes é questionada pelos trabalhadores a pouca presença do Estado na fronteira paraguaia. Em alguns relatos acabaram denunciando a ausência de fiscalização mais rígida no local de trabalho para que se cumpram os direitos mínimos dos trabalhadores. As denúncias que são levadas ao Ministério da Justiça e Emprego geralmente não são resolvidas e quando o são favorecem os patrões. O processo de regularização migratória não fica muito esclarecido para os trabalhadores, inclusive concernente aos custos e à mediação do contador da empresa neste processo (o que levantou suspeita de corrupção, embora não conseguimos mais elementos para comprovar esse fato e ficamos restritos aos relatos dos trabalhadores.).

Muitas vezes o trabalhador do mercado de trabalho formal encontra-se em condições semelhantes ao trabalhador do mercado de trabalho informal. Ainda assim percebemos que há empresas que buscam cumprir com os direitos mínimos dos trabalhadores e insistimos que o mercado de trabalho informal é ainda mais precarizado. Conforme alguns relatos, muitos

trabalhadores estão sob o risco de serem demitidos a qualquer momento e em certas situações sem direito sequer ao próprio salário. Em situação de clandestinidade é ainda mais complicado.

Não tivemos a intenção de fazer uma discussão de gênero. Contudo, na análise das amostras levantadas a partir dos questionários observamos que os trabalhadores sob vínculos informais de emprego são menor remunerados. Entre os informais, destaca-se a presença das mulheres. Sua inserção no mercado de trabalho ocorre de forma muito mais precária que a dos homens. Geralmente sob vínculo de emprego informal e baixos salários.

No âmbito do MERCOSUL existem avanços na perspectiva de contemplar os trabalhadores migrantes com direitos comuns a todos os Estados-Partes, equiparados aos nacionais, inclusive em relação à aposentadoria. Por outro lado, o que observamos na prática, os brasileiros não têm muito conhecimento de seus direitos e pouca confiabilidade nos mecanismos legais. Eles não só contribuírem para Previdência no Paraguai, mas alguns contribuem novamente no Brasil para poderem comprovar uma renda para ter acesso a financiamentos e garantir inclusive a contribuição previdenciária.

Há a tentativa de legitimar a perspectiva de uma integração regional que possa resultar em avanços no plano político e social. O MERCOSUL atende diretamente ao processo de acumulação capitalista, na busca de subordinação de países ou de fortalecer o mercado frente à concorrência internacional. Ficando a integração no plano político e social secundarizada e periférica.

O trabalho dos comerciários em Salto Del Guairá é muito flexibilizado e precário. Em nossa pesquisa não observamos nenhuma forma de organização ou manifestação frente às condições de trabalho impostas pelos empregadores. Observamos que as caronas e o espaço do shopping possibilitam a troca de informações entre trabalhadores, que evitam o emprego nas lojas onde a exploração é maior. Como também a busca desses trabalhadores em encontrar um emprego melhor no Brasil.

As condições de trabalho tanto de brasileiros quanto de paraguaios no comércio apontam para a necessidade da organização e luta coletiva, dificultada principalmente pelo ritmo intensificado de trabalho, que explica inclusive a ausência de um sindicato em Salto Del Guairá.

Não pretendemos com este trabalho chegar a resultados prontos e acabados. Queremos, ao invés disso, trazer elementos que possam contribuir para a continuação do

debate sobre a dinâmica territorial do trabalho às premissas da expansão e reprodução capitalista numa região de fronteira, além de estabelecer uma postura crítica na ciência geográfica, a fim de desconstruir as ideologias das classes dominantes, que buscam reproduzir a ordem sociometabólica do capital, e desmascarar as práticas sociais que reproduzem as desigualdades sociais e exploram a classe que vive do trabalho.

Buscamos desmascarar as práticas sociais que reproduzem e acirram as desigualdades sociais porque exploram a classe que vive do trabalho. Acreditamos ser fazê-lo importante para busca de uma sociedade mais justa e igualitária, para além das fronteiras nacionais, o que pode significar ir além do que o capital nos impõe.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A.M.T. **A Presença Libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)**. (Dissertação de Pós-Graduação em Ciências Sociais) Brasília/GO: Universidade de Brasília, 2007.
- ALBUQUERQUE, J.L. **A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- ANTUNES, R. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARROIO, M. Mercosul: Redefinição do Pacto Territorial vinte anos depois. In: ARROIO, M.; ZUSMAN, P. (Orgs.) **Argentina e Brasil: Possibilidades e Obstáculos no Processo de Integração Territorial**. SP: Humanitas, 2010. p.59-79
- BOITO JR, A. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (org.) **MERCOSUL e as Migrações: Os Movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração**. Brasília, DF, 2008. 180p. Disponível em www.mte.gov.br, acesso em 27 de set. de 2011.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego et al. **Como Trabalhar nos Países do MERCOSUL: Guia Dirigido Nacional dos Estados Partes do MERCOSUL**. Brasília, DF, MTE, 2010. 132p. Disponível em: www.mte.gov.br, acesso em 27 de set. de 2011.
- BRASIL. Itamaraty: Ministério das Relações Exteriores. **Programa de Regularização Migratória Brasil-Paraguai**. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em 21 de maio de 2012.
- CARDIN, E. A formação do Ser Social e a Informalidade na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). In: SEPTIMO CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 2005, Buenos Aires. **Anais Nuevos escenarios del mundo del trabajo: rupturas y continuidades**. Buenos Aires: ASET: Edunioeste, 2001. p.1-21 Disponível em: <<http://www.aset.org.ar/congresos/7congreso.htm>> Acesso em 12 dez. 2011.
- CARVALHAL, M.D. Os Fundamentos do Debate Sobre a Formação Profissional. **Revista Pegada**, Presidente Prudente/SP, vol.3,n.1, p.1-12, 2002. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA31/marcelov3n1out2002.pdf> Acesso em abril de 2013.
- CARVALHAL, T.B. **Gênero e Classe nos Sindicatos**. Presidente Prudente/SP: Projeto Editorial Centelha, 2004.

CATAIA, M. Uso do Território e Fronteiras Políticas no Período da Globalização. In: COSTA, E. et al (Orgs.) **Fronteiras em Foco**. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2011,p. 13-32

CATAIA, M. Fronteiras: Territórios em Conflitos. **Revista Geografia em Questão**, n 1, vol 3. Marechal C. Rondon/PR: AGB-mcr, 2010. ISSN2178-0234

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo. Xamã, 1996.

CODAS, GUSTAVO. Os desafios de Lugo no Paraguai. **Revista Sem Terra**, n.45, jun/julho 2008. Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em 25 de Janeiro de 2013.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Rotatividade e Flexibilidade no Mercado de Trabalho.São Paulo: DIEESE, 2011, 128p. Disponível em <www.dieese.org.br. > Acesso em 3 de mar. de 2012.

DECLARAÇÃO sociolaboral do MERCOSUL. Rio de Janeiro: MERCOSUL, 1998, 9p. Disponível em www.cni.org.br, acesso em 27 de set. de 2011

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização**: (des) fordizando a fábrica – Um estudo do complexo petroquímico. Salvador: EDUFBA, 1999.

DURÃES, B. J. R. Novas Configurações no Mundo do Trabalho: O que há de Novo na Informalidade de Rua? **Revista Pegada**, Presidente Prudente/SP, n1, vol 8, junho 2007.p.101-128 ISSN 1676-871

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. In: Vade – MECUM, 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FILGUEIRAS, L.A.M.; DRUCK, G.; AMARAL, M.F. O Conceito de Informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador/BR, v. 17,n41, p.2011-229. Mai./Ago. 004.

FERREIRA CRUZ, C. Os Direitos Fundamentais dos Trabalhadores e Flexibilização na Declaração Sociolaboral do Mercosul: Um Estudo Comparado. **Revista da ABET**, no 1, vol I, 2001.p.1-17. Disponível em: <http://www.abet-trabalho.org.br/revista.html>. Acesso em 06 de jul. 2011

FRANÇA JR, L. B. F. A Precarização do Trabalho e o Comerciário do Carrefour. **Revista Pegada**, Presidente Prudente/SP, vol.10, n.1, p.94-112, jun. 2009. Disponível em:<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA101/07luzimar.pdf> Acesso em 04 fev. 2012

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa: estampa 1977, 405 p.

GEMELLI, D.D. Capital, Território e Trabalho no Oeste Paranaense: o frigorífico de aves da Copagril. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n.2, 31 dezembro 2009.

Disponível em <www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/09diane1002.pdf>. Acesso em 16 de ago. de 2012.

GEMELLI, D.D. Frigoríficos de Aves da Copagril: Mobilidade Forçada e Formação do Trabalhador para o Capital. In: THOMAZ JR, A.;PONTE, K.F.;ALVES,J. (Orgs.) **Geografia e Trabalho no Século XXI**, v6, Presidente Prudente: Centelha, 2011.

GOMES, F.G. Mobilidade do Trabalho Controle Social: Trabalho e Organização na Era Neoliberal. **Revista Sociologia Política**, Curitiba/PR,v.17, n.32, p.33-49, fev. 2009. Disponível em:<www.scielo.br> Acesso em 04 fev. de 2012.

GONÇALVES, M.A. **Informalidade e Precarização do Trabalho no Brasil**. Rev. Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales (Scripta Nova), Universidade de Barcelona.vol. VI, nº 119, agosto de 2002. ISSN: 1138-9788

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAESBAERT, R. **O Des-Controle dos Territórios – e das Fronteiras – Num Mundo Globalizado**. Marechal C. Rondon, Rev Geografia em Questão, v.1, n.2, 2009 – p.56-69 ISSN: 1982-8942

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O Território em tempos de globalização**. Revista etc...espaço, tempo e crítica, v.1, n.2, agosto 2007 – p.39-52 ISSN 1981-3732

MARTINS, J.S. **A Sociedade Vista do Abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003, 232p.

MARTINS, J S. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1973,223p.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. p.213

MARX, K. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: MARX, K. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Abril, 1983. p.149-163

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I, 28 ed., vol.01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 571p.

MENDES, J.M.; WÜNSCH, D.S.; CAMARGO, M. A Saúde do Trabalhador e a Proteção Social no Cenário Fronteiriço do Mercosul. In: O Direito à Saúde e a Proteção Social em Faixas de Fronteira: Um Balanço do Debate Acadêmico do Sul Da América do Sul. 2011, Pelotas – RS, **Anais**, Pelotas: DIPROSUL, 2011, p. 1- 27

MENELEU NETO, J. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S. (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez,1996.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e “Precarização Flexível”. In: MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico: Socialismo no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.p.1103

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO et al. (Orgs.) **Como Trabalhar nos Países do MERCOSUL: Guia Dirigido Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL**. Brasília: MTE, 2010.p.132

MOREIRA, R. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos na Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOREIRA, R. **Teses para Uma Geografia do Trabalho**. Rev. Ciência Geográfica, Ensino-Pesquisa-Método, (Seção Bauru/AGB) Bauru/SP, ano VIII, vol II, n 22, maio/agosto 2002.

MOREIRA, R. **As Novas Noções do Mundo (Geográfico) do Trabalho**.Rev. Ciência Geográfica, Ensino-Pesquisa-Método, (Seção Bauru/AGB) Bauru/SP, ano II, voliii, setembro/dezembro, 2001.

OCADA, F.K. Trabalho, Sofrimento e Migração Internacional: O caso dos Brasileiros no Japão. In: ANTUNES, R.; SILVA, M.A.M. (Orgs.) **O Averso do Trabalho**. 2.ed.São Paulo: Expressão Popular, 2010,127 – 170p.

PARAGUAI. Ministro de Justiça y Trabajo. **Ley nº213/93 Que Establece El Código del Trabajo**. Asunción, 1993, 113p.

PATARRA, N. L. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **Rev. São Paulo em Perspectiva**. v.19.n.3,p.23-33, jul/set. 2005.

PERPETUA, G. M. Movimentos pendulares e acumulação do capital. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/07MARINI1102.pdf>>. Acesso em 01 de fev. de 2011.

PEDRÃO, F. Fronteiras Móveis, um Imperativo do Capital. In: BRANDÃO, M.A.(Org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo:Perseu Abranio, 2004.

PÓLVORA, E.P. Aspectos Polêmicos do Crime de Contrabando na Importação. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n.108, jan 2013. Disponível em < www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em 07 de maio de 2013.

RABOSSI, F. **Nas Ruas de Ciudad del Este: Vidas e Vendas num Mercado de Fronteira**. (Tese de doutorado em Antropologia Social) Rio de Janeiro/RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIMANN, V.; NAZZARI, R.K. As crianças da Ponte. O trabalho de Crianças e Adolescentes o Comércio Fronteiriço de Foz do Iguaçu no Paraná em 2012. Ano. VII, n. 10, 2012. Disponível em <www.estudosdotrabalho.org> . Acesso em 3 de set. de 2012.

RODRIGUES, I.D. **A Dinâmica Geográfica da Camelotagem: A Territorialidade do Trabalho Precarizado.** (Dissertação em Geografia) Presidente Prudente/SP: UNESP, 2008.

SILVA, J.F.M.; TONDO, I.S.P. LIMA, J.F. **Desenvolvimento Local em Guaíra-PR: impasses e alternativas.** *Rev. Interações (Campo Grande) [online]*.,set 2007,vol.8,no.2,p. 165 – 174. ISSN 1518-7012, disponível em www.scielo.com.br, acesso em 06/05/2009.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, M. J. L. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C.;CORREA, R.L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

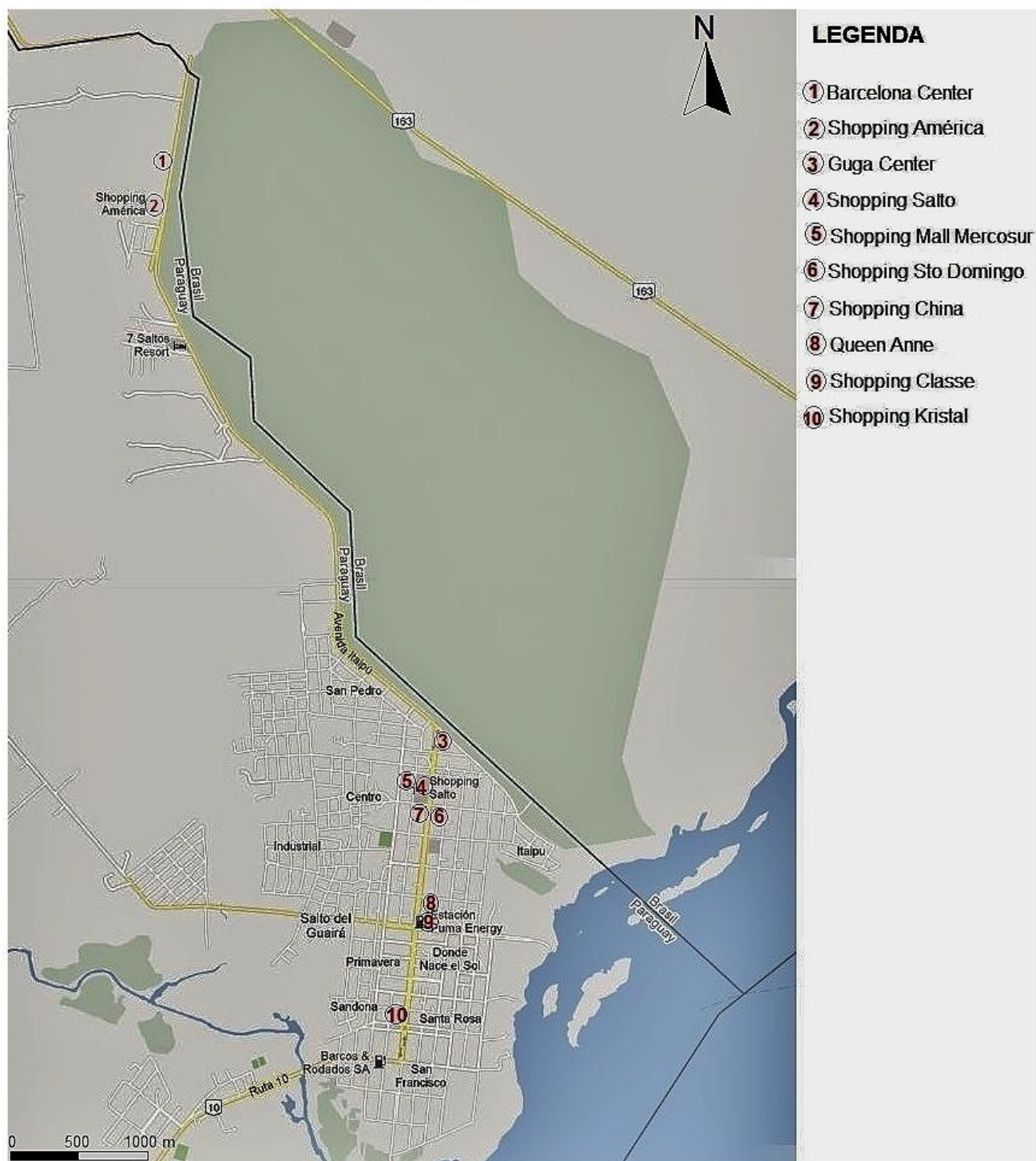
TAVARES, M. A. **Os Fios (In) visíveis da Produção Capitalista:** Informalidade e precarização o trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMAZ JR, A. Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas. *Revista da ANPEGE*, out. 2011, v.7, n.1, número especial, 307-309p. ISSN 1679-766X

THOMAZ JR, A. Por Uma Geografia do Trabalho. **Rev. Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales (Scripta Nova):** Universidad de Barcelona, agosto 2002, vol.VI, nº119, ISSN: 1138-9788

ANEXOS

ANEXO A - Shoppings em Salto Del Guairá/PY



Fonte: Google.Inav/Geossistema SRL, 2013. Org. Masuzaki, T.I., 2013.

ANEXO B – Área Urbana de Salto Del Guairá 2000



Fonte: LANDSAT_5, BAND3(b)_BAND4(R)_BAND5(G), 2000. Org. MASUZAKI,T.I, 2013.

ANEXO C – Área Urbana de Salto Del Guairá 2011



Fonte: LANDSAT_5, BAND3(b)_BAND4(R)_BAND5(G),2011. Org. MASUZAKI,T.I, 2013.

ANEXO D – Questionário aos brasileiros do comércio em Salto Del Guairá/PY

Data ____/____/____

Cidade onde mora_____

Ano de nascimento_____

Sexo: () Feminino () Masculino

Estado Civil: () Solteiro () Casado

Escolaridade: () Primário () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Completo
() Curso Superior Incompleto () Curso Superior Completo

Profissão

Nome da loja_____

Tempo de Trabalho em Salto_____

Tempo de Trabalho no mesmo estabelecimento_____

Nacionalidade do Empregador_____

Setor de Trabalho_____

1-Como você ficou sabendo da oferta de emprego em Salto Del Guairá?

2- Por que você decidiu trabalhar no Paraguai?

3- Antes de trabalhar no Paraguai, qual era a sua ocupação no Brasil?

4- Já trabalhou em outros países?

() não, só no Paraguai () Paraguai e Brasil () Portugal

() Japão () Espanha () Outro _____

5- Já trabalhou em outros Estados ou municípios brasileiros?

6- Como faz para se deslocar-se da cidade onde mora à Salto? De quem são os custos de deslocamento?

() carona e divide custos com colegas () carro próprio e divide custos

☐ carro próprio conta própria ☐ carona com patrão ☐ transporte coletivo ☐ balsa

☐ _____

7- Relação empregatícia:

☐ contrato formal ☐ sem contrato, informal ☐ RUC

8- Alguma formação específica que contribui para o desempenho no trabalho:

- ☐ formação em publicidade e marketing
- ☐ formado em comunicação
- ☐ curso técnico e informática
- ☐ outro _____
- ☐ Não, mas há pretensão de fazer.

9- Há cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela empresa?

☐ sim ☐ não

10- Nível salarial em relação ao salário mínimo brasileiro:

- ☐ menos de um salário mínimo
- ☐ um a dois salários mínimos
- ☐ dois a três salários mínimos
- ☐ três a quatro salários mínimos
- ☐ quatro a cinco salários mínimos
- ☐ mais que cinco salários mínimos

11 – Forma de Pagamento:

☐ apenas salário ☐ salário mais comissão ☐ apenas comissão

12 – O que a empresa faz para estimular as vendas?

- ☐ sistemas de premiações
- ☐ metas de vendas
- ☐ comissões

13- Situação migratória:

() regular () irregular () Está providenciando

14- Houve mudanças nas relações de trabalho devido ao golpe de Estado ocorrido no Paraguai?

ANEXO E – Entrevista com comerciários brasileiros de Salto Del Guairá

Data ____/____/____

Cidade onde mora_____

Data de nascimento____/____/____

Sexo: () Feminino () Masculino

Estado Civil: () Solteiro () Casado

Escolaridade: () Primário () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Completo
() Curso Superior Completo

Profissão

Nome da loja_____

Tempo de Trabalho em Salto_____

Tempo de Trabalho no mesmo estabelecimento_____

Nacionalidade do Empregador_____

1-Como você ficou sabendo da oferta de emprego em Salto Del Guairá?

2- Por que você decidiu trabalhar do outro lado da fronteira e não no Brasil?

3- Antes de trabalhar no Paraguai, qual era a sua ocupação no Brasil? Discorra sucintamente sobre sua trajetória pregressa. Quantas atividades realizou e quais?

4-Na loja em que trabalha e demais estabelecimentos, há intensa rotatividade de trabalhadores? Quais seriam os motivos?

5- Como faz para se deslocar-se da cidade onde mora à Salto? De quem são os custos de deslocamento? Quanto tempo gasta para deslocar-se? Qual era o horário de retorno e saída?

6- O que mudou em sua vida depois de começar trabalhar no Py? Mudou a convivência com a família e amigos? Facilitou maior acesso ao consumo? Melhorou sua qualidade de vida?

- 7- Quais as vantagens de sair de sua cidade para trabalhar no comércio em Salto?
- 8- Por que saiu do emprego em Salto del Guairá? Pretende voltar a trabalhar no Paraguai?
- 9-Que direitos obteve ao sair do emprego?
- 10- Quantos dias de folga você tem por semana? Tem direito a quantos dias de férias?
- 11- Trabalhar aos domingos e feriados, recebe remuneração diferenciada?
- 12- Quanto tempo tinha de almoço? Você levava almoço de casa?
- 14- Qual era a forma de remuneração? () salário () comissão () comissão + salário
- 15- Os estudos influenciaram para a melhoria do seu emprego? Onde você trabalha foi dada a possibilidade de você estudar, fazer algum curso e se qualificar?
- 16- Quando há problemas no trabalho ou os direitos não são respeitados, a quem os trabalhadores brasileiros em Salto costumam recorrer?
- 17- Você encontra-se legalizado ou ilegalizado no Paraguai? Temporário ou permanente? Qual foi o custo?
- 18- Se foi feito contrato na hora de empregar, que tipo de contrato? Por quanto tempo?
- 20 – O que mudaria para melhorar as condições de trabalho?
- 21- Costuma fazer outra atividade para completar a renda, além de trabalhar no comércio?

ANEXO F – Questionário aos empregadores

DATA ____/____/____

NOME DO ESTABELECIMENTO _____

NACIONALIDADE EMPREGADOR _____

- 1- Há muitos brasileiros procurando por emprego?
- 2 – Quando há demanda, como a empresa recruta mão de obra?
- 3- Qual é o perfil de trabalhador buscado pela empresa?
- 4- Existem diferenças vantajosas em contratar mão de obra brasileira?
- 5- Há diferença em relação aos custos da mão-de-obra brasileira e paraguaia? Quais?
- 6- Que direitos legais são assegurados aos trabalhadores brasileiros no Paraguai?
- 7- Como é feito o processo de formalização dos trabalhadores?
- 8 - Quais são os incentivos do governo paraguaio para o comércio de fronteira?
- 9- Por que a maioria dos brasileiros trabalham nos shoppings?
- 10- É mais lucrativo investir no shopping? Por que?

ANEXO G – Questionário ao departamento de migrações

DATA ____/____/____

- 1- Quantos brasileiros trabalham no Salto? Quantos estão legalizados?
- 2- Quais são os documentos necessários para se legalizar? Como funciona o processo de legalização?
- 3- Quais são os custos para se legalizar?
- 4- Quais são os tipos de “permisso”? Quais são as diferenças legais?
- 5- Há diferença entre Permisso, carnê imigrante e residência temporária?
- 6- Quais são as implicações para a empresa caso a fiscalização encontre migrantes ilegais trabalhando?
- 7- Quais são as implicações para o trabalhador estrangeiro se estiver sem “permisso” para trabalhar?
- 8- Há diferença nos processos burocráticos (dificuldades) na hora de adquirir a Residência Temporária ou Permanente, aqueles imigrantes que não fazem parte dos Estados Partes do Mercosul?

ANEXO H – Questionário ao Ministério da Justiça e Trabalho/Salto Del Guairá

Data ____/____/____

1-Quantos trabalhadores há ao todo no comércio em Salto del Guairá? Quantos são brasileiros?

2-Quantos trabalhadores se encontram formalizados e informalizados?

3- Quais são as condições básicas para o brasileiro entrar no mercado de trabalho formal no Paraguai?

4- Quais são os direitos básicos assegurados aos brasileiros que trabalham no Paraguai?

5- A diferenças legais dos direitos assegurados aos trabalhadores paraguaios e brasileiros?

6- Há estabelecimentos de normas e procedimentos comuns relativo à circulação de trabalhadores na zona de fronteira entre Brasil e Paraguai?

7- O Ministério da Justiça e do Trabalho é encarregado do controle, fiscalização e aplicação das normas trabalhistas. Quais as principais demandas para os trabalhadores hoje? Em quais situações os trabalhadores mais têm procurado o Ministério da Justiça e Trabalho?

8- Há iniciativa para formação de um sindicato dos trabalhadores do comércio em Salto del Guairá? Quais são as principais dificuldades?

ANEXO I - Questionário a Receita Federal

1- O que é considerado contrabando?

3- Quais mercadorias são mais apreendidas?

4- Houve uma mudança no tipo de mercadoria contrabandeada em relação a 10 anos atrás?

5- Como se dá o processo de controle de mercadorias na fronteira? O controle do contrabando?

5.1- Quais mercadorias são consideradas piratas?

5.2- Qual valor mínimo que pode ser passado sem a necessidade de declaração?

5.3- Como identificam as mercadorias voltadas para comercialização?

5.4- As mercadorias que necessitam ser declaradas, quantos por cento sobre o valor?

5.6- Quais são as conseqüências para as pessoas que praticam o contrabando? Que ponto leva uma pessoa ser presa?

5.8- Quais mecanismos são utilizados para controlar ou frear as atividades dos “laranjas”?

5.9- Quando é necessário registrar mercadorias no nome do consumidor?

5.10- Se uma pessoa tem a mercadoria apreendida, o nome fica em algum sistema de controle?

5.11- Como controlam diante do intenso fluxo de carros?